

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Conquistas Comunitárias da Gestão Participativa na Educação do
Campo: O caso da Escola do Sertão na Chapada dos Veadeiros -
GO**

Delmar Ferreira Rezende

Orientador: Prof. Dr. Joseph Sanson Weiss

Dissertação de Mestrado

Brasília, DF - Setembro de 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Conquistas Comunitárias da Gestão Participativa na Educação do
Campo: O caso da Escola do Sertão na Chapada dos Veadeiros -
GO**

Delmar Ferreira Rezende

Orientador: Prof. Dr. Joseph Sanson Weiss

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, Setembro de 2010

Rezende, Delmar Ferreira

Conquistas Comunitárias da Gestão Participativa na Educação do Campo: O Caso da Escola do Sertão na Chapada dos Veadeiros - GO./Delmar Ferreira Rezende.

Brasília, 2010.

116 p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, DF.

1. Gestão Participativa. 2. Desenvolvimento Comunitário e Sustentável. 3. Educação do Campo. I. Universidade de Brasília. CDS.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Delmar Ferreira Rezende

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Conquistas Comunitárias da Gestão Participativa na Educação do
Campo: O caso da Escola do Sertão na Chapada dos Veadeiros -
GO**

Delmar Ferreira Rezende

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção Profissionalizante.

Aprovada por:

Prof. Dr. Joseph Sanson Weiss (CDS/UnB)
(Orientador)

Profª Drª Izabel Bacelar Zanetti (CDS/UnB)
(Examinadora Interna)

Profª Drª Nina Paula Laranjeira (FUP/UnB)
(Examinadora Externa)

Profª Drª Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi (CDS/UnB)
(Suplente - Examinadora Interna)

Brasília-DF , Setembro de 2010

Dedico este sonho trabalhado em forma de
dissertação aos meus filhos Igor e Ariel,
guias fiéis do meu destino, luzes que
afastam os nevoeiros do meu caminho.
Por eles... tudo.
Sem eles... nada.

Agradecimentos

Agradeço imensamente a Deus e aos anjos e espíritos de luz que me acompanharam incansavelmente na senda diária das novas descobertas.

Meus sinceros agradecimentos ao meu Orientador, o Professor Joseph, que com especial atenção dedicou-se ao meu tema e além disso, soube extrair da pedra bruta alguns lampejos de luz, cujo brilho encontra-se refletido nesse trabalho.

À professora Jeanine Felfili pela carta de recomendação e por ter acreditado no meu potencial.

Agradeço aos docentes e funcionários do CDS, especialmente ao Professor Saulo Rodrigues, a Professora Izabel Zanetti e a Professora Magda Wehrmann que, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional deixaram marcas indelévels do que é ser mestre.

Um agradecimento imensurável aos amigos mestrados, especialmente Mariana e Othília que, com grande gentileza acolheram a “sertaneja” em seus corações e lares.

À banca de seleção para o Mestrado em meados de 2007, meu afetuoso agradecimento por acreditarem no meu potencial de transformar sonhos em realidade.

Agradeço também de todo o coração à Equipe Escolar do Sertão e a toda comunidade Sertaneja pelo seu apoio, inspiração e por me acompanhar em todas as etapas desse trabalho.

E enfim, agradeço aos meus familiares e amigos que dividiram comigo esse doloroso processo de criação, escrita e reescrita. Aos meus pais Anestaly e Laurinda, aos meus sogros Denezin e Elvira, e especialmente a Zeth meu companheiro de jornada, Aliberino meu irmão e principal incentivador deste trabalho e aos amigos, em nome dos quais nomeio Elisa e Aline, um agradecido abraço.

À todos vocês, que de variadas maneiras souberam equilibrar e compreender minhas ausências e falhas, toda a minha gratidão e estima.

[...] gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

Paulo Freire

As coisas que queremos e parecem impossíveis só podem ser conseguidas com uma teimosia pacífica.

Mahatma Gandhi

RESUMO

A pesquisa realizada na Escola do Sertão e comunidade rural sertaneja do município de Alto Paraíso de Goiás objetivou uma avaliação a respeito do processo de Gestão Participativa e do Desenvolvimento Comunitário obtido na região por intermédio da referida instituição escolar. A não aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no que se refere às especificidades da educação camponesa resulta na desvalorização e no esvaziamento do campo. A escolha da Etnopesquisa crítica como metodologia de investigação partiu do entendimento de que, o contexto e o momento histórico transcende a informação fria dos fatos extraídos daquela realidade. Verificou-se que a Gestão Participativa escolar, em consonância com a legislação, permitiu o expressivo desenvolvimento da localidade através da prestação dos principais serviços básicos à população. A análise documental bem como a realidade vivenciada pelos atores sociais permitiu concluir ainda que, dependendo do modo de gerenciamento dos conflitos locais, a Gestão Participativa é um fator preponderante para o estabelecimento de um desenvolvimento com sustentabilidade, mais justo e solidário tanto para a gerações presentes quanto para as gerações futuras.

Palavras-chave: Gestão Participativa; Desenvolvimento Comunitário e Sustentável; Educação do Campo.

ABSTRACT

This research conducted at the School of the Wild, a backwoods rural community of Alto Paraiso de Goias, is an evaluation of the process of Participatory Management and Community Development achieved in the region obtained by this the educational institution. The failure to apply the Education Directives Law regarding peasant education leads to the undervaluing and emptying of rural life. The choice of critical Ethnographic research as methodology is based on the understanding that the context and historical moment transcends the information extracted from that cold facts of reality. The study found participatory school management, consistent with existing laws, can lead to expressive local development, through key basic public services and the return of alumni to the community. Document analysis and social actor participation also leads one to conclude that, depending upon local conflict management, Participatory Management is a preponderant factor in achieving a more just sustainable development with solidarity to present and future generations.

Keywords: Participatory Management; Sustainable Community Development; Rural Education.

RESUMEN

La investigación llevada a cabo en la Escuela “do Sertão” y su comunidad rural de la municipalidad de Alto Paraíso de Goiás tuvo el objetivo de evaluar el proceso de gestión participativa e del Desarrollo Comunitario en la región obtenida a través de esta institución educativa. La no aplicación de la Ley de Directrices y Bases de la Educación en cuanto a especificidades de la educación campesina se refiere resulta en la desvaluación y esvaziamiento del agro. La escoja de la etnoinvestigación crítica como metodología partió de la comprensión de que el contexto y el momento histórico trasciende la información fría de los hechos de aquella realidad. Verificose que la gestión participativa educativa, en consonancia con la legislación, permitió un desarrollo local de mucha expresión a través del suministro de los principales servicios básicos a la comunidad. El análisis de documentos bien como la realidad vivida por los actores sociales permitió concluir aún que, dependiendo de la forma de administración de los conflictos locales, la Gestión Participativa es un factor preponderante para el establecimiento de un desarrollo con sostenibilidad, más justo y solidario para las generaciones presentes como también generaciones futuras.

Palabras claves: Gestión participativa, Desarrollo Comunitaria Sostenible, Educación en el Agro.

Lista de Ilustrações

Ilustração 1 – Vale do Rio São Bartolomeu	57
Ilustração 2 – Mapa da área de influência da Escola do Sertão	58
Ilustração 3 – Escola do Sertão na Parida – 1999	64
Ilustração 4 – Escola do Sertão na Parida – 1999	64
Ilustração 5 – Sala multisseriada e dividida por parede de madeirite.....	65
Ilustração 6 – Sala de aula na área externa.....	65
Ilustração 7 – Escola do Sertão na Faz. Sta. Clara – 2001	67
Ilustração 8 – Escola do Sertão na Faz. Sta. Clara – 2001	67
Ilustração 9 – Construção do Barracão dos Formandos – 2002	68
Ilustração 10 – 1ª Turma de Formandos – 2002	68
Ilustração 11 – Prédio da Escola Água Branca – 2003	69
Ilustração 12 – Biblioteca no prédio da Escola Água Branca – 2003	69
Ilustração 13 – Almoço no Barracão – 2004	70
Ilustração 14 – Apresentação teatral no Barracão.....	70
Ilustração 15 – Reforma do Barracão - Fund Bobby Moore – 2006	72
Ilustração 16 – Reforma do Barracão - Fund Bobby Moore – 2006	72
Ilustração 17 – Barracão dos Formandos reformado - Fund Bobby Moore – 2006	72
Ilustração 18 – Ônibus Escolar do Sertão – 2009	74
Ilustração 19 – Escola do Sertão - Formandos 2009.....	74
Ilustração 20 – Dia de Campo - Experimento café – 2009.....	82
Ilustração 21 – Reunião Pedagógica – Faz. Sta. Clara – 2001	87
Ilustração 22 – Encontro de Formação - PCNs - 2004	87

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População residente 1940-1996 e projeção preliminar da população residente de 2000 – 2020.....	24
Tabela 2 - Estabelecimentos de Educação Básica no Brasil – Ano 2000	27
Tabela 3 - Estabelecimentos do Ensino Fundamental, número de docentes e matrículas na zona rural – Ano 2000	33

Lista de quadros

Quadro 3.1 – Conquistas Comunitárias no Ensino Básico na Escola do Sertão	77
Quadro 3.2 – Conquistas Comunitárias para serviços de Apoio ao Ensino Básico da Escola do Sertão.....	78
Quadro 3.3 – Conquistas Comunitárias na Infraestrutura da região do Sertão	79
Quadro 3.4 – Conquistas Comunitárias na Conservação e Conscientização Ambiental	81

Lista de gráficos

Gráfico 3.3.1: Atendimento na Escola Povoado do Moinho.....	93
Gráfico 3.3.2: Atendimento na Escola do Sertão.....	94
Gráfico 3.3.3: Contraste e Evolução das Escolas.....	95

Lista de Abreviatura e siglas

APA – Área de Proteção Ambiental
APA PA – Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto
APROMAS – Associação dos Produtores e do Meio Ambiente do Sertão
CBP&D/Café – Consórcio Brasileiro de Pesquisa & Desenvolvimento do Café
CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável
CES – Conselho Escolar do Sertão
CMAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar
DS – Desenvolvimento Sustentável
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMSAP – Escola Municipal Santo Antonio da Parida
EPAMIG – Empresa de pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEP – Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
PARNA – Parque Nacional
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNCV - Parque Nacional Chapada dos Veadeiros
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF – Programa Saúde da Família
RESBIO – Reserva da Biosfera
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica a Saúde
SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
TCCV – Território de Cidadania Chapada dos Veadeiros
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UCB – Universidade Católica de Brasília

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNITINS – Universidade do Estado do Tocantins

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO	19
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CAMPO	23
1.1 AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS PARA O CAMPO.....	27
1.2 PREMISSAS E CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARA O CAMPO.....	30
1.2.1 A Educação no Campo sob a perspectiva pedagógica de Paulo Freire e Mônica Molina	36
2 O PAPEL DA GESTÃO PARTICIPATIVA SOB A ÓTICA CONTEMPORANEA	42
2.1 CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO PARTICIPATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	46
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUE EMBASARAM A PESQUISA	50
3 ESTUDO DE CASO – A ESCOLA DO SERTÃO	54
3.1 PERFIL DA REGIÃO E COMUNIDADE DO SERTÃO	54
3.2 PRECEDENTES HISTÓRICOS QUE EMBASARAM O DESENVOLVIMENTO LOCAL	63
3.3 HISTÓRICO DAS CONQUISTAS COMUNITÁRIAS QUE SUPERARAM DESAFIOS	75
3.3.1 Aplicação prática da Gestão Participativa Escolar	83
3.3.2 Análise dos conflitos locais.....	87
3.4 CONTRASTE ENTRE AS ESCOLAS LOCAIS	92
3.5 O RETORNO DOS EGRESSOS	96
CONCLUSÕES	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O trabalho ora proposto baseou-se na experiência de Gestão Participativa e Desenvolvimento Comunitário nos ideais de sustentabilidade vivenciados pela Escola do Sertão no município de Alto Paraíso de Goiás, Chapada dos Veadeiros, distante cerca de 230 quilômetros de Brasília-DF. Sua escolha deveu-se tanto à localização geográfica, às condições sócio-econômicas e ambientais desta comunidade escolar, quanto de sua real contribuição à melhoria da qualidade de vida da população local e ao fato de ser, atualmente, alvo do interesse de outros estabelecimentos educacionais.

O caso aqui relatado, ultimamente também tem servido de estímulo às instituições educativas dos municípios vizinhos que desejosos de obter semelhantes benefícios, consequência direta desse desenvolvimento, tem procurado a escola foco desse estudo, para apreender seu método de funcionamento e assim, poder aplicar em seus próprios estabelecimentos aquele diferencial que possibilitou o sucesso desta escola.

Com essa pesquisa pretende-se ainda, revelar os meandros da multifuncionalidade de uma escola regular no meio rural e suas reais potencialidades para a criação do desenvolvimento local integrado no campo, que de certo modo, e segundo Sachs, também poderia ser chamado de Desenvolvimento Rural Sustentável. O diferencial desse caso é a possibilidade de uma integração mais profunda entre a Educação Básica regular no meio rural e o Desenvolvimento Sustentável, através de políticas públicas e metodologias administrativas que possibilitem a adequada conscientização dos temas abordados.

A orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de dezembro de 2006, LDB) no Brasil supõe uma educação básica plural que permite contemplar as especificidades naturais e econômicas do país. Entretanto, na prática o sistema educacional tem privilegiado o ensino urbanizado em todas as suas dimensões, seja no livro didático pouco afeito as questões do meio rural, seja na qualificação universitária dos professores cujos cursos, especialmente pedagogia, nada tem haver com a didática e os saberes do campo.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a dificuldade de acesso, comunicação e logística em relação às escolas do campo. Tais fatos comprovam cotidianamente a inexistência de política educacional adequadamente direcionada, pois apesar de haver elevado número de escolas rurais, em 2000 havia cerca de 117.164, e mais de 4.633.840 estudantes nelas matriculados, o que ainda se vê é o descaso da realidade anteriormente

descrita.

É nesse contexto que, insere-se uma idéia sustentada pela análise dos dados relacionados à posição estratégica que os estabelecimentos educacionais ocupam no espaço territorial brasileiro. Pois, pressupõe-se que, além do atendimento pedagógico, a escola tenha responsabilidades sociais que extrapolam o simples ensinar, e no quesito escola do campo, requisita-se um tratamento diferenciado que a própria legislação permite mas, que de fato não acontece, seja por desconhecimento dos gestores educacionais ou por simples desinteresse.

A questão crucial é que, quando uma dimensão educacional urbanizada insere-se na escola camponesa ela deixa de cumprir sua função social mediadora com o mundo atual, pois coloca-se como modelo hegemônico a seguir, o que favorece a desvalorização do meio rural e conseqüentemente gera o êxodo, especialmente dos jovens.

Isto implica num descumprimento das orientações legais e desserviço à população do campo e ao desenvolvimento social e econômico do país. Pois, é nas instituições educacionais do campo que estão presentes diariamente o desafio de encontrar um novo repertório de alternativas, de perfil multidimensional, onde os cidadãos e a sociedade organizada possam, de modo democrático, gerir e participar na construção de um futuro comum, onde o desenvolvimento seja mais ambientalmente sustentável e socialmente justo do que tem sido nos dias atuais.

Nesse sentido, essa realidade é contrastada com o estudo de caso aqui apresentado que tem como objeto de pesquisa o processo de Gestão Participativa desenvolvido na Escola do Sertão. A referida escola, inserida nos moldes comuns à maioria das instituições de Educação Básica no meio rural brasileiro, vivenciou e desenvolveu um processo de gestão que foi se aperfeiçoando na medida em que ia se desenvolvendo.

E desse modo, revolucionou o ensino formal praticado na localidade e muito contribuiu para o desenvolvimento comunitário da região. Portanto, a questão que norteia o estudo é: como a gestão participativa contribuiu para o fortalecimento da escola rural e o desenvolvimento sustentável daquela localidade? E ainda mais, como generalizar essa experiência prática e transformá-la em modelo teórico a serviço de outras comunidades rurais?

O objetivo geral dessa pesquisa é resgatar o histórico do processo de gestão

participativa na Escola do Sertão sob a perspectiva do Desenvolvimento Rural Comunitário e Sustentável, tendo como objetivos específicos:

- Analisar a Gestão Participativa como possibilidade nas escolas rurais;
- Identificar os conflitos que ocorreram durante esse processo;
- Analisar o processo histórico de Gestão Participativa dos últimos 10 anos de funcionamento da Escola do Sertão e suas contribuições para a evolução social e econômica dessa região;
- Identificar fatores que contribuíram para o desenvolvimento rural na região.

Para se alcançar os devidos resultados lançou-se mão de entrevistas e questionários com Equipe Escolar, Pais, alunos e lideranças comunitárias, cujas memórias foram fundamentais para a posterior análise documental. Também foram utilizados registros e documentações dos arquivos escolares que, por circunstâncias singulares foram sendo registradas ao longo do tempo de funcionamento. Além disso, para dar continuidade à pesquisa outros órgãos correlacionados com o tema foram consultados tais como, MEC/INEP, IBGE, SMEC, SIAB-PSF, entre outros.

Pelo ineditismo do tema e para os objetivos do trabalho aqui proposto, torna-se relevante questionar se de fato a Gestão Participativa foi o fator que desencadeou o processo de desenvolvimento comunitário da Região do Sertão e também, que fatores possibilitariam a replicação desse processo em outras escolas rurais. Tais questões norteiam o resgate histórico dessa instituição escolar no sentido de bem entendê-la para melhor poder explicá-la e disseminá-la. Pois, de acordo com Macedo, "...compreender a singularidade das ações e realizações humanas é fundante, bem como a ordem sociocultural que aí se realiza" (Macedo, 2006, p.83).

Também serão abordados nesta pesquisa os conflitos entre os atores envolvidos diretamente no processo de Gestão Participativa, bem como, o nível de contribuição dos egressos no ambiente escolar, um indicador da retenção da população no campo e, indiretamente, do desenvolvimento da área de influência da escola.

Em seu primeiro capítulo, a fundamentação teórica da Educação Básica no Campo é apresentada através da legislação educacional vigente e sob a perspectiva de grandes

educadores da atualidade como é o caso de Sud Mennucci, Paulo Freire e Monica Molina. Entremeando esses autores, encontra-se um dos principais expoentes do Desenvolvimento Sustentável na atualidade que é Ignacy Sachs, entre outros que também muito contribuem para esse debate.

No segundo capítulo expõe-se o papel e as contribuições da Gestão Participativa sob a ótica da contemporaneidade na realidade educacional. Versa ainda, sobre os procedimentos metodológicos que embasaram cientificamente esta pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso onde também se analisa o perfil da região e comunidade, o histórico das conquistas comunitárias e a análise dos conflitos existentes na localidade. Também expõe o contraste dos dados obtidos entre duas unidades escolares com perfil semelhante, e por fim, apresenta a motivação de retorno dos egressos ao convívio escolar.

Por fim são apresentadas as conclusões, com análises sobre a efetividade do caso apresentado e sobre as possibilidades de sistematização para posterior disseminação da experiência alvo desse estudo. Estima-se ainda, que as considerações finais do trabalho possam indicar quais seriam as possibilidades de replicação do sistema em outras localidades e, quais os caminhos para a elaboração de um modelo teórico que permita inserir o Desenvolvimento Sustentável no cotidiano das escolas rurais brasileiras.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CAMPO

A educação regular, especialmente no nível básico de zona rural, enfrenta a problemática residual do sistema educacional vigente no campo, como a falta de infraestrutura necessária e de docentes qualificados ou mesmo com visão de mundo urbano, a alienação dos interesses dos camponeses, o estímulo ao abandono do campo por apresentar o urbano como superior, e especialmente por não organizar alternativas de avanço das séries em escolas do campo.

Também existe a concepção de que as escolas urbanas são melhores do que as rurais apenas por determinismo geográfico, e não porque o campo vem sendo desqualificado como espaço de prioridade para as políticas públicas. O que já foi inclusive alertado por Mennucci, ainda na década de 1930 quando já se preocupava com o êxodo da mocidade camponesa,

...levamos às regiões do campo uma organização escolar que está profundamente, visceralmente eivada do preconceito urbanista. São simples “escolas de cidade” implantadas ou enxertadas à força em núcleos rurais. Trazem, apesar do vistoso aparato cultural com que se apresentam, uma irraciocinada animosidade contra tudo o que relembra o trabalho dos campos, resíduo ainda da campanha abolicionista, e que transparece no desdém superior e absoluto com que as escolas ignoram os labores rurais. Tudo nelas conspira contra o menino incauto que o meio lhe entrega... para perdê-lo (Mennucci, 1934, p.47).

São tantas e tão variadas as questões, que até mesmo o vazio intelectual deixado pelo Estado tem contribuído para o surgimento de novas iniciativas públicas, como é o estudo de caso aqui apresentado, que garantam o acesso à educação de qualidade. Tais iniciativas geram a mobilização das comunidades locais não apenas pela educação em si, mas também para promover a inclusão social, porque nesse aspecto, os camponeses são de fato e de direito atores sociais, protagonistas da contínua construção da nossa sociedade. Dando oportunidade tanto para a inclusão de novas políticas de evolução para o campo, como para a disseminação dos novos conceitos e hábitos, que são necessários a sua própria sobrevivência.

Nesse sentido, torna-se mais do que necessário expandir os conceitos de educação formal para além das experiências já concretizadas e em conformidade com as leis vigentes. Nesse aspecto, encontra-se inserido não apenas um novo olhar sobre a educação do campo, como também novas premissas em relação aos educadores de base que estão na linha de frente da educação formal deste país. Em última análise, são eles os formadores de

opinião em suas variadas localidades de atuação, pois possuem linguajar apropriado à clientela de todos os recantos e ainda fazem parte de uma das classes profissionais de maior crédito nos domicílios rurais brasileiros.

Em relação à população do campo, existem alguns argumentos baseados especialmente no resultado dos cálculos da “taxa de urbanização” do Brasil que, segundo Veiga é anacrônica e obsoleta (Veiga, 2001, p.10). Tais argumentos defendem a existência de um processo gradual de extinção do camponês, bem como de uma urbanização crescente no país. Embora seja fato que a população mundial camponesa esteja diminuindo, não se pode desvalorizar aquela que ainda está lá, por menor que seja, e nem mesmo determinar o futuro daquilo que está em permanente evolução.

Pois, conforme a tabela que explicita os cálculos e projeções populacionais a curto e longo prazo (tabela 1), o Brasil contará em 2020 com aproximadamente 27 milhões de pessoas ainda vivendo no campo, isso sem contar com outros fatores tais como, a diminuição da migração campo-cidade, o desemprego no meio urbano, a melhoria das condições de vida na zona rural com a chegada de alguns serviços básicos, a expansão contínua da reforma agrária, os eventos climáticos extremos, entre outros.

Tabela 1
População residente 1940-1996 e projeção preliminar da população residente 2000 – 2020

Década	Pop. Total	Pop. Rural	Pop. Urbana
1940	41.236.315	28.356.133	12.880.182
1950	51.944.397	33.161.506	18.782.891
1960	70.070.457	38.787.423	31.303.034
1970	93.139.037	41.054.053	52.084.984
1980	119.002.706	38.566.297	80.436.409
1991	146.825.475	35.835.485	110.990.990
1996 ¹	157.079.573	33.929.020	123.087.553
2000 ²	165.715.400	32.233.000	133.482.000
2010	184.157.000	29.332.000	154.825.000
2020	200.306.000	26.985.000	173.321.000

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1996

¹ IBGE – Contagem de População – 1996

² A projeção da População total é do IBGE. As projeções das populações rural e urbana foram obtidas por meio de cálculos, considerando as tendências das taxas de decréscimo da população rural e de crescimento da população urbana.

Tais números demonstram que os movimentos populacionais não obedecem a regras rígidas, embora haja uma certa linearidade na movimentação ao longo dos anos. Também reafirma a existência atual e futura de uma população camponesa que necessita dos

serviços básicos como saneamento básico, postos de saúde e especialmente escolas públicas que defendam os interesses, a cultura e o modo de vida dos camponeses, tudo isso numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e incluyente para as populações locais.

Nesse aspecto, observa-se a resistência heróica da maioria das escolas do campo que, embora estejam relegadas ao abandono, funcionando precariamente em locais de difícil acesso e sem infra-estrutura básica, ainda assim, estão ali servindo como podem ao seu propósito original. Com seus valores e conhecimentos singulares criando seus próprios modelos na tentativa de construir "... a escola que queremos. Não é do nosso interesse a cópia de modelos, importados de escolas que não contribuem para a compreensão de nossas realidades." (Arroyo; Fernandes, 1999, p.66).

Da mesma maneira, o educador Paulo Freire discorre sobre a potencialidade e o direito de todos os cidadãos terem uma educação que privilegiem seus conhecimentos prévios e sua realidade local. Que seja valorizada sua lógica do mundo em que vive, seus saberes e suas práticas alternativas na vida diária. Estabelecendo assim as bases de uma pedagogia onde tanto o educador quanto o educando, igualmente livres, apreendem no trabalho comum uma tomada de consciência do lugar onde vivem. Poucos autores reconhecem nessas práticas alternativas o incentivo ao exercício da pluriatividade¹ no meio rural, algo que contribui eficazmente para o dinamismo econômico local, a sustentabilidade do meio natural e a digna sobrevivência humana (Veiga *et alii*, 2001, p. 43).

Embora o tema Pedagogia da Organização Coletiva esteja direcionado ao Movimento dos Sem Terra, MST, pode-se dizer também que o mesmo termo se aplicaria a outras experiências educativas no campo. Pois, possui a dimensão de uma pedagogia da cooperação, onde tanto o coletivo educacional quanto a comunidade toda assumem a responsabilidade e a co-autoria de uma escola moldada em suas próprias necessidades; onde compartilhar uma nova visão de mundo e alcançar o bem comum é o objetivo de todos e, que conforme a autora "ela brota da raiz que nasce de uma coletividade que descobre um passado comum e se sente artífice do mesmo futuro." (Benjamin; Caldart, 2000, p.53).

Compreendendo que quem faz a escola camponesa é o povo, a comunidade ali residente, pode-se inferir que, se a escola do campo que entendemos é aquela que trabalha de acordo com os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos que

¹ Pluriatividade é o termo utilizado por Veiga para descrever a variedade de serviços e produtos oriundos da agricultura familiar. (Veiga, 2001, p. 13).

compõe a população camponesa, então, as opções e alternativas de gestão educacional com embasamento no desenvolvimento sustentável, seriam temas obrigatórios na grade curricular das universidades que formam os novos docentes e gestores escolares. Pois, esse tema ao ser tratado com a devida eficiência acadêmica daria início a um novo tipo de gestão escolar, que por sua vez, contribuiria de forma ágil e singular para o dinamismo regional e a sustentabilidade no campo.

De acordo com Sachs, em palestra proferida no auditório das Quartas Sustentáveis em meados de novembro de 2008 na UnB, “todos os habitantes da nave espacial “Terra” dependem do nível de sustentabilidade que se consiga obter a longo prazo. Sendo que, o melhor modo de preservar a natureza é fazer um bom uso dela” (Sachs, 2008). Assim, o renomado autor sugere variados meios de se diminuir a pressão antrópica no planeta, desde o pagamento por serviços ambientais, a diminuição do desmatamento, a utilização consciente das águas, o uso equilibrado do solo e das terras agricultáveis e até experimentos com plantios ou variedades que melhor se adaptam a um clima mais quente. Algo que a Escola do Sertão em parceria com alguns institutos de pesquisa está fazendo em relação ao cultivo do café.

Dada a real importância do tema e a função dos educadores em ação, poderia nesse caso utilizar-se dos seguintes dizeres de Freire, “Pesquisa para constatar, constatando, intervir, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (Freire, 1996, p.32). Seria justo então qualificar os estabelecimentos de educação básica, bem como os seus professores, em orientadores de um novo modo de vida numa perspectiva real de implantação de uma biocivilização², formando possíveis ilhas de sustentabilidade no campo brasileiro.

Nota-se que, tais ações estão inegavelmente ligadas ao manuseio com a terra e todo o ecossistema. Considerando que, são os pequenos agricultores espalhados pelo país que detêm um conhecimento ancestral prático e aprimorado do meio em que vivem é natural reconhecer que, ainda de acordo com Sachs (2008), seriam eles os verdadeiros Gestores Ambientais³. População essa, facilmente alcançada por meio da Educação Básica no campo. Também é através dessa valorização do conhecimento prévio que o aluno traz de sua vida pregressa para a vida escolar, que Freire defende como base para a alfabetização e posterior qualificação desse alunado.

² Palavra utilizada por Sachs (2008) para exemplificar uma nova civilização que teria como base a consciência ecológica.

³ Termo utilizado por Sachs para conceituar uma nova categoria/função dos Agricultores Familiares.

Tabela 2
Estabelecimentos de Educação Básica no Brasil – Ano 2000

Região Brasileira	Estabelecimentos de Educação Básica por localização segundo região geográfica ¹ - 2000									
	Total					Rural				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	217.412	198	37.148	149.704	30.362	117.164	62	8.818	107.553	731
Norte	27.541	15	4.698	21.597	1.231	21.126	4	2.227	18.832	63
Nordeste	96.608	77	9.308	77.185	10.038	65.517	33	1.674	63.335	475
Sudeste	54.521	61	13.753	27.482	13.225	14.839	11	2.893	11.814	121
Sul	27.800	32	6.510	17.421	3.837	11.858	8	1.788	10.003	59
Centro-Oeste	10.942	13	2.879	6.019	2.031	3.824	6	236	3.569	13

Fonte: MEC/INEP/SEEC - 2000

¹ Nota: Inclui todos os estabelecimentos de ensino em atividade, independente do nível/modalidade de ensinamentos oferecidos.

Levando em consideração que, conforme a tabela 2, há 117.164 escolas de Educação Básica espalhadas por todos os estados brasileiros na zona rural, nesse caso, seria fácil supor que um bom acesso aos agricultores fosse a escola onde os filhos deles frequentam regularmente. Dessa maneira a escola rural, que em geral é pública e mantida pelo governo em suas diversas esferas, seria o melhor veículo de formação do novo gestor ambiental, pois, tanto a criança aprenderia quanto também levaria para casa os ensinamentos recebidos na escola, gerando assim um ciclo virtuoso de aprendizagem prática.

1.1 AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS PARA O CAMPO

A orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, supõe uma educação ofertada em zona rural, conforme o art. 28, com identidade própria que contempla suas especificidades principalmente quando se trata das questões climáticas, no entanto, o que nos afigura como desafio principal é: como transformar didaticamente a lei em realidade a serviço do empoderamento das comunidades rurais em prol do desenvolvimento do país.

Atualmente, quando se fala em meio ambiente e sustentabilidade, a tendência é pensar nos inúmeros problemas do mundo atual, com relação à questão ambiental. O mesmo acontece quando se fala em Educação Rural⁴; há até um certo descrédito ou preconceito quando se trata dessa instituição educacional, uma vez que a ela são atribuídos problemas de natureza variada e raros são os relatos de experiências bem sucedidas.

⁴ Educação Rural está aqui compreendida como todo tipo de Educação Formal Básica no meio rural brasileiro sem qualquer distinção ideológica e na forma da lei 9394/96.

Desse modo, a compreensão do ensino a ser praticado na educação regular do campo toma outra dimensão, pois enfatiza a importância do trato adequado tanto às disciplinas específicas quanto na parte diversificada do currículo, desse modo também se dá, no tocante à capacitação profissional, como bem explicita Paulo Freire, em seu livro *Ação Cultural Para a Liberdade e outros escritos*: “tudo isto implica não apenas na rigorosa capacitação dos educadores de base, mas também numa permanente avaliação de seu trabalho” (Freire, 1968, p.29).

Nesse quesito em particular faz-se necessário ressaltar que, a formação acadêmica dos professores que já estão atuando em sala de aula é mais que um investimento no educando, torna-se também o pagamento de uma dívida educacional contraída pelo estado brasileiro com as crianças e jovens de décadas atrás, especialmente aqueles de zona rural, que não tiveram oportunidade de estudar e ou concluir seus estudos.

Naturalmente que vivemos num mundo em constante evolução, por isso é necessário que todos aprendamos a viver e conviver com as novidades de cada dia. Assim sendo, pode-se observar que a classe de docentes é uma das mais afetadas por estas mudanças, pois trabalham diariamente com a veiculação de informações tanto antigas quanto recentes para seu alunado. Considerando que a função maior da educação é resumidamente transmitir o legado histórico da humanidade às novas gerações, então, há necessidade de se avaliar sempre a veracidade daquilo que se ensina. Da mesma forma, é preciso verificar as antigas práticas didáticas e administrativas, aperfeiçoando-as na medida da necessidade e da coerência com o mundo atual.

Outro dado importante é o fato de que o professor aluno⁵ à medida que inicia sua formação acadêmica, tem a oportunidade de colocar à prova tanto seus conhecimentos e habilidades quanto sua maneira de ensinar. Também ao ser avaliado tem a oportunidade de observar criticamente seus próprios métodos avaliativos e dali tirar suas conclusões, rever suas atitudes e modificá-las se for o caso. Tais assuntos dificilmente são abordados pelos docentes em exercício nas instituições de ensino superior pois, normalmente estão muito preocupados com o conteúdo programático das disciplinas, a correção de provas, seus próprios estudos e o tempo exíguo para tudo isso.

Porém, não se pode desprezar essa aprendizagem que está além das palavras e dos conteúdos aplicados, pois, é inegável que gradual e continuamente cada docente em formação vai se auto-avaliando e ao mesmo tempo apropriando-se de novas didáticas.

⁵ Professor aluno refere-se àqueles professores que ao mesmo tempo em que estudam também lecionam.

Torna-se então, um educador mais crítico e consciente de seu valor enquanto sujeito de sua própria história pessoal e profissional, passa a ser então, um cidadão mais ciente de suas responsabilidades para com o coletivo local. É nesse sentido que Freire completa com o seguinte raciocínio “o importante é que todos esses estudos se façam sempre em função da realidade concreta dos camponeses e de sua prática nela”(Freire, 1968, p.34).

Nessa perspectiva e em toda a linha pedagógica que defende, Freire estabelece uma didática apropriada ao ensino que busca privilegiar o conhecimento prévio do alunado, reconhecendo em cada um deles o seu potencial criador do mundo que o cerca. Ainda de acordo com Fernandes (et alli) é preciso considerar que,

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. E nestes grupos há forte centralidade da família na organização não só das relações produtivas, mas da cultura, do modo de vida. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo. (Fernandes, 2004, p.61).

Reconhece-se então que, no mundo dos camponeses há todo um conhecimento empírico passado de geração para geração que, tanto desafia constantemente a prática docente dos que se propõe a trabalhar eficientemente nas escolas de zona rural, quanto enriquece o currículo escolar ali aplicado. Por isso, há necessidade de se construir espaços educativos e participativos que permitam uma educação voltada para os interesses, necessidades e identidades da população do campo, aspectos que nem sempre são considerados pelo paradigma da educação atualmente ofertada em zona rural.

Principalmente porque a Gestão Participativa que aqui se pretende conceitualmente resgatar refere-se à participação efetiva dos funcionários e professores, dos pais, dos alunos e demais membros da comunidade, tanto local quanto externa, interessados na escola, na melhoria do processo pedagógico e também no desenvolvimento da comunidade como um todo. É bem verdade, que esse tipo de participação caracteriza-se por uma força de atuação crítica e consciente de cada indivíduo, que unidos em prol de um objetivo comum podem influenciar positivamente no contexto de que fazem parte (Lück et al, 2009, p.18).

Também se deve ressaltar o papel da mobilização social comunitária como um dos fatores que mais poderiam contribuir para o desenvolvimento local sustentável, não a confundindo com as manifestações públicas e passeatas, mas sim com a agregação de um grupo de pessoas, ou mesmo uma comunidade agindo com um objetivo comum para

alcançar o resultado desejado por todos (Toro, et alli, 1997, p. 11). Dessa maneira, se a escola e a educação oferecida num determinado recanto do país merece a atenção e os cuidados primordiais da comunidade que a cerca, naturalmente haverá inúmeros pontos de convergência com consequências positivas para ambas.

Em educação camponesa não se pode tratar apenas da escola enquanto localização geográfica, mas sim, como bases locais de desenvolvimento comunitário onde se pode convocar vontades individuais que contaminem positivamente todo o coletivo, e daí resultem em ações benéficas tanto para essa população quanto para o ambiente em que vivem. Nesse caso, seria o cumprimento real e inequívoco do artigo 3º da Constituição Federal que prima pelo desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade livre, democrática, justa e solidária, sendo assim, menos preconceituosa e desigual. (Brasil,1988, p.13).

Nesse sentido, reduzir a desigualdade no campo também significa oferecer ali uma educação básica de qualidade que permita aos educandos, especialmente crianças e jovens, estarem em pé de igualdade para enfrentar quaisquer vicissitudes que por ventura surgirem em seus caminhos, sejam eles no campo ou na cidade. Significa ainda, adaptar os currículos escolares, bem como, a gestão escolar que, exercida significativamente possa espelhar a preocupação dos gestores educacionais na escolha dos temas a serem tratados, dos métodos implantados e principalmente do poder que lhes é investido nessa função.

Naturalmente que esses alunos terão melhores condições e maiores chances para escolher seu futuro tanto acadêmico quanto pessoal, pois, com base no pragmatismo e nas reais premissas escolares que aprenderam, crescerão sabendo que seu espaço, o campo, possui valor inestimável para a construção de um Brasil mais rico, justo e solidário.

1.1.1 Premissas e contexto atual da Legislação Educacional no Campo

Ainda nessa mesma linha de pensamento, porém de modo mais explícito, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica no Campo (2001), antes de entrarem no escopo da lei, traçam um histórico sobre a educação escolar do campo, onde se pode constatar o quanto tal assunto é periférico, além do que, os legisladores não conseguem o devido distanciamento do paradigma urbano, prevendo na maioria dos casos a simples adaptação da organização escolar ao ambiente rural. Cabe ressaltar ainda, que em seus artigos destaca-se o direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de

desenvolvimento sustentável.

Nesse aspecto, as Diretrizes estão em consonância com a LDB, que de maneira específica, garante a gestão democrática, as relações entre a escola, a comunidade e os demais setores da sociedade (LDB, Art.12). Também indica que a escola deve adequar-se às peculiaridades locais em todos os aspectos da vida em sociedade, inclusive os climáticos e econômicos (LDB, Art.23, § 2º). Aqui, observa-se que tal conjunção torna possível uma nova identidade rural que inclui a preocupação com o dinamismo econômico, social e ambiental numa perspectiva real de sustentabilidade do desenvolvimento no campo.

Evoluindo um pouco mais nesse pensamento, se observa os dizeres do Professor Ignacy Sachs que, em palestra proferida em Salvador – Bahia, em meados de março de 2007, defendeu a educação no meio rural como fator decisivo para o desenvolvimento sustentável e na qual disse o seguinte:

...é preciso repensar o papel da escola, que, além de ensinar a ler, escrever, transmitir conhecimentos e formar cidadãos, deve ainda incentivar o autogoverno dos alunos e transmitir a cultura do desenvolvimento sustentável (Sachs,2007).

Nesse ponto, torna-se necessário salientar que a atual legislação educacional brasileira está bastante flexível, tornando possível desenvolver novas metodologias e experiências na área educacional seja da zona urbana ou rural; como um exemplo tome por base o Art.28 da LDB onde diz:

– Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do trabalho agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Desse modo, podemos inferir que as possibilidades de criação de um novo paradigma educacional para o campo são concretas e possíveis, desde que haja interesse e comprometimento por parte do poder público, das instituições educativas e dos profissionais da educação, além é claro, do desejo e cooperação da comunidade local. Tal empenho comunitário daria a principal sustentabilidade ao processo pois, suas ações quase sempre são pautadas pela exigência por direitos básicos nas localidades onde vivem.

Confirmada a existência de mais de 110 mil escolas espalhadas pelo campo brasileiro (tabela 3) que independente de suas condições estruturais, oferecem a Educação Básica e funcionam regularmente, seja em sistemas de ciclos, séries anuais, períodos semestrais, ou alternância regular de estudos, torna-se possível sonhar com o estabelecimento de potenciais ilhas de sustentabilidade⁶ local a serviço da sobrevivência humana na terra em que vivem.

Mesmo que inexistam famosas publicações a cerca da criação, implementação e investimento em tais ilhas de sustentabilidade no campo, isso não significa que elas estejam ausentes do imaginário popular camponês que, ao enviar seus filhos para as escolas desejam que os mesmos apreendam o que eles mesmos gostariam de ter aprendido. E ainda mais, que tragam para suas casas as novidades do mundo e os melhoramentos tecnológicos que lá aprenderam para desempenharem eficientemente suas funções.

Assim, investindo em educação para o meio rural privilegiando sua identidade e sua capacidade de gerir o ambiente em que vivem, e ao mesmo tempo implementando processos de valorização da biodiversidade é o que faz com que se criem essas ilhas de sustentabilidade. São medidas práticas imbuídas de teorias que assertivamente poderão contribuir para um desenvolvimento rural sustentável embrionário porém ascendente.

Evidentemente que inúmeras ações de reconhecimento dessas experiências teriam que ser implementadas, até mesmo para lhes dar o devido crédito de replicação. O que não se sabe é qual o interesse do governo em suas variadas instancias pelo assunto em questão, pois dele partiriam a análise inicial do processo e depois os direcionamentos legais e administrativos. Para isso, tomando como base os dados oficiais (tabela 3) onde verifica-se grande número de docentes e educandos na zona rural brasileira, já se contaria com o fácil acesso ao público alvo de tais políticas de sustentabilidade.

Ressalta-se ainda que, a maioria desses estabelecimentos educacionais são da primeira fase do ensino fundamental com dependência administrativa municipal. Portanto, o que se supõe seja algo positivo pois, a descentralização da oferta do ensino regular no campo favorece sua real adaptação às peculiaridades econômicas e climáticas locais. O que inclusive já está sabiamente previsto na legislação educacional brasileira, especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

⁶ Ilha de Sustentabilidade é uma designação utilizada pela autora para exemplificar o conjunto de ações locais de cunho sócio-ambientais que as Escolas Rurais poderiam implementar em suas regiões.

Tabela 3

Estabelecimentos do Ensino Fundamental, número de docentes e matrículas na zona rural – Ano 2000

Região Brasileira	Estabelecimentos Ensino Fundamental ¹		Docentes	Nº de matrículas
	Total	1ª a 4ª		
Brasil	111.909	100.897	289.435	6.429.104
Norte	20.543	18.998	39.495	981.452
Nordeste	62.761	58.188	151.056	3.835.696
Sudeste	13.694	12.377	49.615	859.799
Sul	11.144	8.285	36.907	524.006
Centro-oeste	3.767	3.049	12.362	228.151

Fonte: MEC/INEP/SEEC - 2000

¹ Nota: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível/modalidade de ensino.

Assim contextualizado o tema em questão, e levando-se em conta os prognósticos científicos para a Terra nas próximas décadas, pode-se perceber a urgência em realizar experiências educacionais que possibilitem atingir o máximo possível de indivíduos, para que os mesmos possam conscientemente contribuir para o surgimento de soluções viáveis que favoreçam a sobrevivência humana num planeta climaticamente mais quente e instável. Também é necessário desenvolver modelos e criar novas tecnologias alternativas que permitam a implantação efetiva das bases práticas que fundamentam o desenvolvimento sustentável do campo.

É certo que as gerações presentes devem promover e implantar efetivamente as bases da sustentabilidade, mas não é possível que se utilize apenas a teoria pois, os desarranjos climáticos que põe em risco a humanidade não são teóricos, pelo contrário, a teoria busca entendê-los para melhor poder enfrentá-los. Assim, é na prática diária e na exemplificação de atitudes corretas que as gerações futuras poderão aprender e usufruir de melhores condições de vida no mundo em que viverão. Aqui cabe ressaltar que, quanto mais se conhece um problema melhor se sabe lidar com ele. Como bem explicita o Professor e Ambientalista Paulo Nogueira Neto na revista *Agitação*:

O Brasil vai precisar de muita gente com qualificação. Vão surgir novos empregos, por exemplo, no plantio em larga escala de florestas, ao mesmo tempo em que deveremos ter profissionais de carreiras tradicionais com esse conhecimento incluso. Um exemplo são os professores. Podemos construir uma nova civilização voltada para a manutenção da qualidade de vida (2007. p.27).

Analisando sob esse aspecto, vale a pena quantificar os profissionais da educação, especialmente os docentes que trabalham no campo brasileiro, para se avaliar

apropriadamente o real alcance de tal política. Com base nos dados do INEP (tabela 3), pode-se verificar que no ano 2000 havia mais de 289 mil docentes apenas na educação básica das áreas rurais. Esses profissionais lidaram somente neste ano com mais de 6 milhões de alunos; ou seja, significativa parcela da população rural está diariamente em contato com novos conhecimentos fornecidos pelas escolas. Outro aspecto a ser relacionado com esse quesito é o fácil acesso aos familiares desses milhões de alunos pois, deles recebem toda sorte de informações acerca do que viram e ouviram no ambiente escolar diário.

Tais números possibilitam também, ressaltar a importante missão de qualificar objetivamente os professores tendo em mente sua adequação a um possível plano nacional de educação rural sustentável. Algo que contemplasse de maneira apropriada as diversas esferas da sustentabilidade em consonância com a educação básica brasileira. Tendo a quantidade de docentes como base de cálculo para se estimar os demais profissionais envolvidos na esfera educacional, pode-se chegar a números populacionais significativos, tendo em vista que a maioria das escolas conta com merendeiras, agentes administrativos e de limpeza, entre outros profissionais diretamente ligados ao cotidiano escolar.

Outro aspecto apontado por esses números é o expressivo contingente populacional formado pelas famílias rurais brasileiras que, além de serem constituídas por vários membros, ainda desenvolvem múltiplas relações com sua vizinhança. Desse modo, tais famílias são atingidas diariamente com informações e novos conhecimentos, em apropriado linguajar, por intermédio dos alunos que frequentam regularmente essas instituições educacionais espalhadas por todo o território brasileiro.

Nesse contexto sugere-se, conforme Sachs, uma dupla solidariedade que é o compromisso firmado tanto com a geração presente quanto com as gerações futuras, combinando o ecologicamente correto com o socialmente justo e o economicamente viável no sistema regular de educação rural.

Em relação a esse novo olhar sobre a educação do campo, convém ressaltar que ao longo do tempo alguns educadores dispensaram expressiva atenção ao tema, especialmente Sud Mennucci, que em 1930 ao assumir a Diretoria Regional do Ensino de São Paulo, implantou grande número de escolas e ainda nesse período discorria sobre uma proposta de educação autônoma e específica para zona rural, que "...em suas obras, ressaltava a vocação agrícola brasileira e a necessidade de o Brasil voltar-se ao seu meio rural para solidificar-se como país autônomo e independente." (Mennucci apud Alves, 2009,

p.236). Mennucci afirmava ainda que, os professores que trabalhassem no meio rural deveriam ser no campo os incentivadores do progresso, independente do atraso, da desconfiança e hostilidade do meio.

Em suas obras, Mennucci ressaltava a importância do professor, como uma das formas de valorizar e manter a população no campo. Com a efetiva contribuição do governo, o autor defendia que “o empreendimento necessário [...] seria levar ao campo o rádio, a luz elétrica, o cinema e o telefone, com dotações orçamentárias do estado e dos municípios”. (Mennucci,1930. p.143).

Reconhecendo a validade desses argumentos e uma vez que alguns desses recursos já estão ao alcance dos camponeses, é fato que realmente contribuem para sua melhor qualidade de vida no campo. No entanto, resta saber o quanto a educação rural tem sido utilizada para estabelecer as bases do desenvolvimento comunitário em suas variadas nuances e localidades.

Nesse aspecto, vale ressaltar que os municípios estão incumbidos de baixar normas complementares para os seus sistemas de ensino, o que lhes facilita de sobremaneira a implantação de novas políticas educacionais. (LDB, Art.11, I. p.4). Também os estabelecimentos educacionais, de acordo com um de seus incisos, devem “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.” (LDB, Art.12, VI. p.5). Embora estes, sejam aspectos genéricos da legislação vigente, também especificam as reais possibilidades da implantação de novos sistemas que podem contribuir para uma melhor aplicação do ensino básico no meio rural.

Desse modo o resgate da experiência concreta de gestão participativa de uma escola rural, de região outrora conhecida como corredor da miséria que, por sua atuação conseguiu não apenas melhorar o nível de alfabetização da população local como, também melhorar as condições de vida dos habitantes da localidade, torna-se fundamental para que outras experiências sejam descobertas e disseminadas pelo país.

Essa experiência, além da sua significação como modelo em potencial, situa-se numa área de relevante interesse ambiental como é o caso da zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Reserva da Biosfera, APA-GO e Corredor Ecológico Paranã – Pirineus. Por sua natureza restritiva, tais condições nem sempre favorecem os moradores locais, especialmente aqueles que vivem no campo, visto que os critérios e princípios que caracterizam essas ações restringem bastante as atividades tradicionais

desses habitantes locais. No entanto, o que pode ser observado nessa região é a maneira com que essa população, de uma maneira ou de outra tem se adaptado a essas questões.

Outro interessante aspecto a ser ressaltado é a implantação de um programa Federal denominado Território da Cidadania da Chapada dos Veadeiros – MDA, que tem como princípio básico possibilitar o desenvolvimento rural sustentável nos municípios em que atua. Esse programa diferentemente dos que foram anteriormente citados, pretende somar-se aos esforços locais, ao invés de restringir as ações dos camponeses desta região, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população local.

Torna-se interessante destacar que quase sempre tais programas e políticas se sobrepõem umas às outras; em muitos casos, sequer reconhecem a validade dos antecessores ou de sua possível conexão com os atuais programas. E ao contrário do que se pensa, os mais afetados por essas políticas são os que menos têm esclarecimentos sobre elas, pois, a maioria da população local e em especial os moradores do campo estão alheios ao real alcance dessas propostas para suas vidas. Desconhecem até mesmo que estes movimentos podem gerar grandes impactos, tanto benéficos quanto maléficos, no meio rural de onde vivem e nas regiões circunvizinhas. Suas principais fontes de informações e o meio mais rápido de terem acesso a elas têm sido as escolas rurais como é o caso da que motivou esse estudo.

Nesse sentido, vale ressaltar ainda, que a referida escola tem contribuído com bons exemplos de conservação ambiental, adaptação da legislação educacional, gestão escolar participativa e principalmente de superação das dificuldades encontradas no meio rural, o que pode ser chamado de desenvolvimento comunitário e sustentável. Tudo isso com base na legislação educacional vigente e na prática diária voltada às necessidades de suprir uma deficiência da educação formal no campo.

1.1.2 A Educação do Campo sob a perspectiva pedagógica de Paulo Freire e Mônica Molina

Desenvolver esse estudo se deve ao fato de crer na possibilidade real de aplicação de um método que facilite a implantação de um novo tipo de desenvolvimento no meio rural, pois, de acordo com Molina um dos desafios da educação camponesa é “transformar ação em conhecimento”. E para tanto, segundo a autora nesse mesmo artigo, é preciso [...]

refletirmos, sistematizarmos e escrevermos sobre nossas práticas pedagógicas, de nossas experiências como educadores e educandos do campo” (Kolling; Cerioli; Caldart, 2002, p.38). Pressupõe-se ainda que, essa diversidade de experiências ao serem explicitadas e analisadas por diferentes atores poderiam contribuir não apenas para o surgimento de diferentes práticas pedagógicas mas, também para criação de novos sistemas de gestão administrativa nas escolas.

Nesse sentido, cabe pontuar que, o desafio de sistematizar e descrever essas ações com o objetivo de transformá-las em conhecimento útil e acessível a todos, é o que há de mais difícil e penoso. Poucas de tantas experiências exitosas que há no país são efetivamente transformadas em conhecimentos teóricos válidos e disseminados ao público que necessita dessas informações. Pois, embora seja o meio universitário e acadêmico o mais recomendado para se tratar dessas questões, são tantas as regras e normas, o rigor científico é tal que, por vezes desestrutura de tal forma os meios utilizados por aquela ação real podendo ser até difícil reconhecer ali, aquela práxis que inicialmente era um dos principais objetivos a serem atingidos.

Por isso é que, de certa forma, independentemente do fato da escola camponesa se apropriar dos conceitos locais e aprimorar os conhecimentos que podem servir de base aos habitantes do campo, ainda assim, essas ações podem ser somente locais sem uma maior ligação com o todo que a circunda rotineiramente. O que se propõe aqui, de acordo com Molina (2004), é que tais ações sejam de fato sistematizadas, reconhecidas e disseminadas para serem de fato úteis a quem delas necessite. E ainda mais, que o alcance de tais experiências possibilitem a sustentabilidade desejada e sejam de fato utilizadas, adaptadas e transformadas pelos que administram diariamente os recursos naturais do planeta.

Pois, reconhecendo que tais recursos são finitos, é preciso que essa parcela significativa da população seja orientada sobre as melhores atitudes e ações a serem empreendidas, no sentido de proteger e ao mesmo tempo utilizar o ambiente natural de forma racional e inteligente, permitindo assim, a sobrevivência sustentável tanto das gerações presentes quanto das gerações futuras na terra.

Outra questão a ser ressaltada é a urgência em compreender e mitigar os efeitos do aquecimento global, podendo assim, minimizar as dramáticas consequências das mudanças climáticas presentes no mundo atual. Para tanto torna-se útil mesclar os novos e antigos conhecimentos numa perspectiva de auto gestão da comunidade em prol de soluções para problemas comuns. Nessa empreitada global toda ajuda é necessária desde a mais remota

área rural nos sítios e fazenda até as vilas, cidades e metrópoles. É nesse sentido que para Molina, a Educação do Campo,

Que é indissociável da reflexão sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimento, e de um novo papel para o campo neste modelo, deve trazer elementos que contribuam na construção desta nova visão. Elementos que fortaleçam a identidade e a autonomia das populações do campo, e que ajudem o conjunto do povo brasileiro a compreender que a relação não é de hierarquia, mas de complementaridade: a cidade não vive sem o campo e vice versa. (Kolling; Cerioli; Caldart, 2002, p.39).

Considerando então, que a Educação do Campo tem papel primordial na construção desse novo modelo de desenvolvimento, um aspecto a ser salientado no enfrentamento desse desafio é a formação dos profissionais da educação que, embora esteja em debate nacional há algum tempo, ainda não atingiu as metas desejáveis para o efetivo desempenho nessa nova ótica. Pois, trata-se de prepará-los num viés não apenas ambiental mas, de forma a lhes garantir o adequado conhecimento “científico” sobre o Desenvolvimento Sustentável e sua adequação ao meio rural. Desse modo, também os gestores educacionais estariam aptos a agirem como intermediários de uma nova política de sustentabilidade ambiental, social, econômica e educacional inteiramente apropriadas ao campo.

É nesse sentido que se faz a seguinte indagação: se o modelo de desenvolvimento atual está em questão, também não estariam as políticas públicas que até agora direcionaram a Educação do Campo? Não se trata aqui de desqualificar o que já foi realizado nessa área e nem mesmo ressuscitar velhas medidas paliativas na esfera educacional, mas sim estabelecer novas bases de políticas públicas onde a Educação do Campo passe a ser protagonista de sua própria história e do desenvolvimento rural sustentável.

Em relação ao tratamento público da Educação do Campo alguns avanços são visíveis, especialmente aqueles que resultaram de uma longa e persistente caminhada dos movimentos sociais. Mas essa não é uma tarefa apenas da sociedade civil organizada, pois, segundo Arroyo, “a educação do campo não é responsabilidade única dos movimentos sociais, mas da sociedade toda, especialmente do Estado e dos diversos governos” (Molina; Jesus, 2004, p.106).

Partindo desse princípio, se deve averiguar o quanto e de que forma, as variadas práticas educacionais exitosas podem contribuir para o estabelecimento das novas bases da Educação para o Campo. Devendo observar ainda, o quanto essas práxis podem se aliar ao

enfrentamento da problemática atual e além disso, se elas estão em consonância com o momento atual e a nova conceituação educacional.

Ainda nessa perspectiva de lançar um novo olhar sobre a educação do campo, torna-se interessante conhecer outras experiências, mesmo que seja em países mais desenvolvidos e menos desiguais, como é o caso da Espanha que há mais tempo do que o Brasil, vem sistematizando essa preocupação com a educação camponesa. Pois, de acordo com Roser Boix Tomás da Universidade de Barcelona, num artigo que trata de escolas rurais abertas ao contexto local,

La escuela rural puede convertirse en el núcleo cultural y dinamizador del pueblo. En muchas pequeñas poblaciones el centro escolar es el único espacio cultural existente e, incluso, es la única institución que desarrolla actividades vinculadas con la educación formal e informal. (Boix Tomás, 2004. p. 15).

Sob esse ponto de vista inclui-se aqui a preocupação com os órgãos públicos e o tratamento conceitual que os mesmos dão às instituições educacionais brasileiras. No que se refere às escolas do campo⁷ Molina afirma que elas, por sua vez, dependem muito mais de concretas

...articulações municipais por uma Educação do Campo, na qual participem além dos movimentos sociais do campo, também representantes de órgãos públicos comprometidos com a perspectiva de fazer avançar a construção do projeto popular de desenvolvimento. Representantes de ONG e de outras instituições urbanas que comunguem com a necessidade de reconstrução da relação campo-cidade também podem [ser] aliados para multiplicarmos o debate sobre a importância do campo no novo modelo. (Kolling; Cerioli; Caldart, 2002. p. 42).

Sob esse ponto de vista, a Educação do Campo desempenha um papel fundamental na perspectiva de contribuir para a construção de um novo modelo de desenvolvimento territorial brasileiro. Naturalmente que o que se almeja é um tipo de crescimento que não se desvincula das principais questões sociais e nem das esferas públicas, pois é na esfera do Estado que se pode alcançar os resultados desejados.

Nesse sentido, fazendo um cálculo simples, do número de matrículas que existiam somente nas áreas rurais brasileiras no ano 2000, que somavam mais de 6 milhões, e levando em consideração que as famílias camponesas geralmente tem dois filhos ou mais, ainda assim, seria atingida uma significativa parcela da população rural, algo em torno de 2

⁷ Escolas do campo aqui estão compreendidas como todas aquelas que estão nas áreas rurais brasileiras.

milhões de pessoas que a princípio não estariam na escola mas seriam alcançadas através dessa estratégia educacional veiculada de dentro das escolas rurais, isso sem contar as famílias dos docentes e demais profissionais ligados às instituições escolares.

Tais comunidades seriam atingidas direta e diariamente pelos novos paradigmas e ideais da sustentabilidade. Em suas próprias regiões, com linguajar adequado, cultura e modos de vida respeitados essa população seria capaz de desenvolver suas próprias defesas embasadas em seu conhecimento empírico, nas teorias aprendidas na escola e na sua prática cotidiana. Assim, contribuiriam de fato para a solução dos problemas que surgissem, sendo então, a melhor maneira de encontrar soluções viáveis, adaptáveis e localizadas para o enfrentamento de dias mais quentes e com menor índice de chuvas, como pode ser observado no caso apresentado pela parceria com órgão de estudo científico, descrito mais adiante no estudo de caso.

Essas, são questões que devem ser pensadas de maneira pragmática aliando na medida do possível os variados conhecimentos de que a literatura científica já dispõe, sem no entanto desprezar as variadas práticas, que embora destituídas de teorias, tem obtido relativo êxito em suas localidades. E mesmo que tais resultados demandem tempo e sejam reconhecidos no longo prazo, tais experiências devem ser iniciadas pois, as estratégias devem ser aplicadas, testadas e então implementadas com as devidas adaptações.

É nesse sentido que Freire enfatiza a importância de valorizar o conhecimento prévio do alunado nos primeiros dias de sua inserção educacional pois, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996. p.25). É uma troca de experiências com riqueza de múltiplas combinações e inúmeros benefícios para ambas as partes.

Como já foi dito anteriormente, a legislação educacional, independentemente das questões rurais, possui tal abrangência de possibilidades que permite variadas inserções em seu bojo, seja nos aspectos das disciplinas seja no escopo administrativo. Tal abertura possibilita rapidez e eficiência legal para quaisquer mudanças que se queira fazer, especialmente no caso de se implantar um Plano Educacional de Desenvolvimento Rural Sustentável para as escolas do campo.

Tomando por base o expressivo número de estabelecimentos educacionais, de docentes e matrículas no Brasil rural e da abertura na legislação, seria possível imaginar que a implantação de um novo modelo de desenvolvimento a partir das escolas de

educação básica, não seria tão difícil ocorrer. Até mesmo porque, de acordo com Arroyo "...a escola tem que estar vinculada às raízes de suas vivências, de sua família, de sua experiência completa". (Arroyo; Fernandes, 1999. p. 43.). Também sobre essa questão Fernandes afirma que,

"Uma escola do campo tem uma especificidade que é inerente à histórica luta de resistência camponesa. Ela tem seus valores singulares que vão em direção contrária aos valores burgueses. Esse é um dos elementos importantes de sua essência." (Arroyo; Fernandes, 1999. p.65-66).

Ainda de acordo com essa perspectiva, a educação do campo faz parte de um dinamismo cultural e social bem mais amplo e diverso do que inicialmente se pensa. Pois são muitas e variadas, as possibilidades que o espaço rural representa em potencialidade de geração de empregos, renda e serviços locais. Evidentemente que a Educação Formal contribui efetivamente para o real cumprimento dessas potencialidades, pois, na medida de suas próprias condições vivencia diariamente os valores, os conteúdos, as práticas pedagógicas e as reflexões sobre seu real papel na sociedade.

2 O PAPEL DA GESTÃO PARTICIPATIVA ESCOLAR SOB A ÓTICA CONTEMPORÂNEA

As transformações ocorridas na sociedade em geral tem relativa influência na maneira como os sistemas administrativos foram se organizando ao longo do tempo em variadas instancias. Como exemplo, os administradores do modelo burocrático que imbuídos dos princípios da impessoalidade tem uma tendência de agir com excesso de rigidez e normatização, e por isso mesmo, incapazes de responder às demandas da sociedade contemporânea.

Especialmente nas ultimas décadas quando a reestruturação do Estado brasileiro assumindo uma nova gestão pública trouxe alterações também na gestão dos estabelecimentos educacionais. Esse fato provocou relativas mudanças na função do gestor escolar que, além de gerenciar os serviços escolares também foi chamado "a captar recursos, estabelecer parcerias e responsabilizar-se pelo sucesso e pelo fracasso da escola" (Neto, et al. 2007, p.123).

Respondendo a essa demanda, surge a Gestão Participativa que tem como propósito o empoderamento da comunidade escolar através da participação efetiva dos pais, alunos, funcionários e professores. Tal estratégia contribuindo diretamente para superar a administração autoritária até então vigente nas escolas, e para a redução das desigualdades sociais e educacionais, estabelecendo assim, os reais princípios da gestão democrática no ambiente escolar.

Convém ressaltar que, a administração escolar na atualidade tem atravessado fases de profunda transformação, que embora se traduzam em diferentes medidas o objetivo almejado é apenas um: a melhoria efetiva da qualidade do ensino ofertado aos educandos. Nesse aspecto, torna-se necessário salientar alguns princípios que norteiam tais medidas que, de um modo ou de outro, a globalização tem contribuído efetivamente para que se tornem públicas e por isso mesmo viáveis em diferentes localidades do globo.

Uma das principais medidas que fundamentam a nova gestão escolar, é a implantação de políticas públicas e legislação adequada que possibilitem aos sistemas educativos propor e experimentar mudanças efetivas em suas organizações. Os princípios que norteiam tais medidas são baseados numa proposta ética, legal e emancipatória em que os estabelecimentos educacionais, não apenas na teoria mas, de maneira prática e inequívoca

tornem-se mais autônomos e cientes de sua identidade, tanto quanto de sua responsabilidade social nas efetivas comunidades em que se fazem presentes.

Assim sendo, essas medidas ao longo do tempo receberam nomenclaturas variadas embora mantivessem o mesmo fio condutor da Gestão Participativa aqui salientada por Lück da seguinte maneira: “a gestão participativa é normalmente entendida como uma forma regular e significativa de envolvimento dos funcionários de uma organização no seu processo decisório” (Xavier, Amaral e Marra, 1994, *apud* Luck p. 17. 2009). E no caso específico da aplicação desse tema às escolas, o entendimento desse conceito de gestão já pressupõe, em si, a idéia de efetiva participação e autonomia dos atores sociais ali envolvidos.

Quanto ao termo gestão, o que é salientado em várias obras é que, sob essa designação já se pressupõe a ideia de um trabalho que envolva vários indivíduos e ainda que os mesmos, numa ação construtiva sejam capazes de mobilizar os talentos e os esforços do coletivo ali instituído em prol de um objetivo que beneficia a todos indistintamente.

Nesse aspecto, a autora também aborda as diferentes interpretações que se pode dar ao termo participação pois, não basta que várias pessoas participem das atividades desenvolvidas num determinado momento, especialmente se as mesmas não possuem a sensação de pertencimento àquele grupo ou mesmo àquela causa. Pois, de acordo com Lück,

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder este resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afeitas. (Luck, 1996. Luck, 2009, p. 18).

Outro aspecto a ser ressaltado é o ambiente escolar em todas as nuances mas, especialmente quanto aos diretores, coordenadores e professores pois, não há gestão participativa num ambiente cuja tendência seja a burocracia e a centralização de poder. O clima organizacional pode inclusive definir antecipadamente o grau de avanço que as experiências podem obter a curto, médio ou mesmo a longo prazo.

O modo como os visitantes, independentemente de quem seja, são recebidos nas instituições educacionais pode ser muito revelador, especialmente nas escolas rurais que

difícilmente tem cercas e portões trancados. Essa também é uma excelente maneira de observar o tipo de cultura organizacional adotado, e o grau de autonomia que a escola possui em relação ao sistema de hierarquização das secretarias municipais de educação. Pois de acordo com Hora,

O fazer democrático no interior da escola realiza-se pela transformação das práticas sociais que ali se constroem, tendo como foco a necessidade de ampliar os espaços de participação e de debates, preservando as diferenças de interesse entre os diversos sujeitos e grupos de interação, criando condições concretas para a participação autônoma dos variados segmentos, viabilizando nesse processo, horizontalidade das relações de força entre eles. (Hora, 2007. p. 31).

Retornando ao conceito de Gestão Participativa torna-se evidente também o papel fundamental do estilo participativo de liderança, bem como suas habilidades para moderar ou mesmo solucionar conflitos. O líder participativo consegue envolver e incluir os outros, compartilhando assim, a liderança com toda a comunidade escolar. Tal atitude gera confiança, companheirismo, co-responsabilidade e relativa eficácia tanto no setor pedagógico quanto no da estrutura organizacional da instituição.

Desse modo, o termo Gestão Participativa é o que melhor define o processo experienciado pela Escola tema desse estudo, dada as circunstâncias de evolução e o trabalho desenvolvido pela mesma no decorrer dos anos. Após relativa verificação bibliográfica o termo ainda continua válido tendo em vista que é o que melhor se assemelha ao processo experienciado quotidianamente pela instituição.

Diante de variados fatos que são conhecidos e atestam a veracidade desse desenvolvimento, torna-se necessário ressaltar pelo menos os mais expressivos, como a ampliação do atendimento escolar dos anos iniciais para a segunda fase do ensino fundamental, o ensino médio e a educação para jovens e adultos no período noturno, a abertura e posterior canalização de poço artesiano para a escola e comunidade, a implantação do período integral com almoço incluso e o transporte escolar com dois veículos.

No caso específico, tais fatos são resultados inequívocos e diretos do protagonismo da Gestão Participativa num ambiente natural inóspito, mas com clima organizacional adequado e contemplando todas as especificidades que o termo preconiza, sem no entanto, ter a pretensão de ser perfeito. Salientando que, na prática o que realmente motivou esse tipo de gestão foram as dificuldades encontradas em todas as frentes, seja na contratação

de profissionais que ousassem viver naquela região ou mesmo na inobservância da lei por parte dos dirigentes municipais.

Embora pareça ter sido fácil alcançar esses resultados, é preciso que se diga que, além de diversas dificuldades enfrentadas, houve ainda variados e numerosos conflitos, tanto internos quanto externos. Todos resultaram em mudanças, alguns em melhorias, outros em transformação ou adequação, e houve ainda aqueles que cortaram na carne e foram radicalmente extintos.

Também é digno de nota, o fato dos professores terem cursado o ensino superior ao mesmo tempo em que trabalhavam, podendo assim aplicar na prática e de imediato os novos conhecimentos e técnicas aprendidas na academia. Foi muito útil e oportuno o surgimento dos cursos de Licenciatura Plena Parcelada oferecidos pela Universidade Estadual de Goiás, como também está sendo os da Universidade Aberta (UnB e UFG), onde alguns desses professores ainda estão cursando Letras e Pedagogia.

Outro fato extremamente importante foi a realização de parcerias e a participação efetiva dos Amigos da Escola do Sertão, que deram uma nova dimensão de comunidade local e externa. Alguns vieram por ouvir a história da escola, outros por dispor de algum bem que por ventura servisse e há ainda aqueles que pagam mensalmente por um funcionário que presta serviço diário no ambiente escolar.

Nesse contexto em particular, pode-se afirmar que essa instituição ao experimentar variados métodos de funcionamento se reinventou como entidade estudantil pois, o que se almejava inicialmente era apenas oferecer o melhor ensino àquela clientela, ou seja, o objetivo central era a sobrevivência da instituição na localidade assim justificando todas as estratégias utilizadas. Para bem ilustrar esse ponto, torna-se interessante citar um conceito proferido recentemente por docentes do CDS onde afirmam que: “Nenhuma estratégia, já é uma estratégia. Nem sempre boa, mas é estratégia.” No caso particular a que se dedica este trabalho, essa estratégia funcionou, especialmente em períodos críticos como nas eleições municipais. Também para conhecer a evolução desse processo é preciso incluir fatos recentes e ilustrativos sobre a gestão e o funcionamento da referida escola.

Diante das inúmeras dificuldades encontradas pela escola rural brasileira e em respeito a toda essa clientela educacional, parece natural que a população camponesa seja contemplada com a educação formal direcionada ao desenvolvimento rural comunitário. Nesse caso, o conhecimento formal especializado aliado ao conhecimento empírico

camponês renderia novos conceitos, disciplinas e atitudes, onde a tônica seria a práxis da sustentabilidade e não apenas um rosário de teorias.

Seria o caso, talvez, ao governo em suas variadas instâncias, à sociedade com seu poder moderador e às respeitáveis instituições governamentais ou não, perguntar o que este país tem feito de fato pela educação de zona rural? Porquê há tantos discursos que externalizam razoável preocupação com o êxodo rural convivendo em sintonia com um desdém mal disfarçado em relação às entidades educacionais de base? Quais políticas públicas concernentes à educação têm sido realmente direcionadas para os camponeses deste rincão? Que formação e reconhecimento tem sido oferecido aos profissionais da educação rural? Questionamentos simples, mas óbvios no encaminhamento desse raciocínio.

Essas perguntas merecem mais que um arremedo de respostas, carecem é de efetivo compromisso público com a questão da educação de um modo geral, mas especialmente com aquelas instituições de ensino que estão no campo e que de algum modo resguardam não só a cultura camponesa, mas também uma infinidade de recursos naturais tão caros a este país. São as escolas rurais de base que dominam o letramento nos mais longínquos sertões deste país e ao acolher diariamente crianças, jovens e adultos detém grande parte do saber local, com todas as possibilidades de unir teoria e prática em prol de um desenvolvimento comunitário que tem tudo para ser comunitário e também sustentável.

2.1 CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO PARTICIPATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Reconhecendo a importante contribuição dos estabelecimentos educacionais para a criação e manutenção de novos modelos de Desenvolvimento Rural Sustentável e, partindo do pressuposto de que a participação efetiva dos atores sociais é uma forma de garantir a melhoria da qualidade de vida, há que se concordar então, que a Gestão Participativa é um importante fator no desencadeamento e na legitimidade de todo o processo de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, convém ressaltar que, para o termo desenvolvimento há diferentes interpretações mas, a que permeia esse trabalho baseia-se nas liberdades políticas, facilidades econômicas e oportunidades sociais. Essa perspectiva econômica leva em conta

principalmente a expansão da melhoria das condições de vida das pessoas, pois, de pouco adianta um desenvolvimento baseado na riqueza econômica se isso não se reflete na qualidade de vida das pessoas.

Nesse aspecto, há uma preocupação crescente com a população rural, que por sua vez é a real detentora do direito de uso dos recursos naturais. Sachs, em palestra proferida em 2008 em Brasília, sugere valorizar a função desempenhada pelo agricultor familiar que no fundo e na prática é um gestor ambiental, pois ao que tudo indica, estamos numa fase de transição, num breve interlúdio na história do mundo, onde os paradigmas são quebrados pela força das circunstâncias.

Tais forças estão inegavelmente ligadas às alterações climáticas com suas nefastas consequências, como a perda de solos agricultáveis, a diminuição das chuvas e a redução da produção agrícola, o que leva a crises sociais gravíssimas, afetando de variadas formas e principalmente as populações menos favorecidas. Não é mais possível tratar a floresta, as águas e todos os recursos naturais como uma mina infinita, pois, a capacidade de suporte do planeta Terra está chegando ao seu limite e por isso “novas biocivilizações” deverão surgir. Em suas obras e palestras Sachs assinala que,

Ainda hoje, há milhões de "pessoas dos ecossistemas" - habitantes das florestas e população rural - lutam por sua subsistência nos ecossistemas próximos, geralmente de modo criativo, baseado em conhecimento profundo sobre as ocorrências da natureza. Nosso problema não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos do ecossistema, decodificado e recodificado pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização de biomassa, posicionada em ponto completamente diferente da espiral de conhecimento e do progresso da humanidade (Sachs, 2002, p.30).

Nesse caso, a população camponesa compartilha com a urbanidade variadas preocupações, algumas mais urgentes que outras pois, tendo em vista que a agricultura, fonte expressiva de alimentos, sofre enorme influência do clima, logo, é preciso que se busquem com premência soluções eficazes para o enfrentamento dos impactos causados pelas mudanças climáticas ao longo deste século, a fim de que sejam garantidos os direitos de sobrevivência das gerações presentes e futuras.

É inegável porém, que, embora rica de recursos naturais esta população vive em precárias condições de trabalho e com baixos ou inexistentes rendimentos monetários. Nessa mesma linha existe a desigualdade social que mostra sua pior face na pobreza, trabalho infantil e analfabetismo no campo. Essa é boa parte da população rural que, na sua maioria produz apenas o básico para sua subsistência e que pouco pode depender dos

órgãos governamentais para a implementação e melhorias de suas propriedades.

É digno de nota que, em variados momentos da história antiga e recente houve intrépidos atores e movimentos sociais no campo, em defesa de melhores condições de vida dessa população, que embora tenha decrescido bastante, ainda não está extinta e tudo leva a crer que não desaparecerá tão facilmente.

Embora haja um movimento crescente do mito da “avassaladora urbanização” e anúncios de que a ruralidade brasileira tende a desaparecer, há fortes indícios de que tais informações não estão corretas. VEIGA (2002), para quem o Brasil é menos urbano do que se imagina, descreve inclusive a multiplicidade de relações sociais que se sobrepuseram junto à atividade produtiva e a multifuncionalidade do rural. Portanto, a população do campo está se reconfigurando e sendo instada a evoluir e inovar, incorporando a temática ambiental em seu meio e dando margem ao Desenvolvimento Rural Sustentável conforme as perspectivas suscitadas por Sachs, que diz o seguinte,

Os países tropicais, de modo geral, e o Brasil, em particular, tem hoje uma chance de pular etapas para chegar a uma moderna civilização de biomassa, alcançando uma endógena "vitória tripla", ao atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável (Sachs, 2002, p. 35).

Neste aspecto, cabe incluir o surgimento da sustentabilidade como um novo ideal de desenvolvimento. Publicado em 1987, o famoso Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum ajudou a disseminar o ideal de um desenvolvimento sustentável para diferentes setores das sociedades modernas, como a agricultura e a economia.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conceituava: "O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras em satisfazer as suas necessidades". A partir daí, embora outros conceitos fossem surgindo, a ideia básica permaneceu, incluindo o ideal do Desenvolvimento Rural Sustentável como base para um novo patamar de sobrevivência e sustentabilidade.

Tanto para Veiga quanto Abramovay, qualquer estratégia de desenvolvimento rural no Brasil deve, necessariamente, passar pelo fortalecimento da agricultura familiar. Esses autores baseiam-se na experiência dos países desenvolvidos que fortaleceram suas estruturas sociais agrícolas familiares como pilares, não só do desenvolvimento rural, mas,

também do seu desenvolvimento integrado, rural e urbano. Em se tratando desse tema, convém citar Veiga que considera o desenvolvimento como oportunidade de expansão das potencialidades humanas, que por sua vez dependem essencialmente de fatores sócio-culturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade.

De fato, apesar de o Brasil ser um país de origem eminentemente agrária, a educação do campo nunca foi alvo de interesse dos governantes, ficando sempre relegada a segundo plano e a mercê da política educacional urbana. Observa-se, que o momento atual tanto pela legislação quanto pelas mudanças climáticas, propicia espaço para novas discussões sobre a educação e sua real inserção nas comunidades, repensando suas ações como possíveis molas propulsoras de um desenvolvimento rural mais equilibrado e justo.

Desse modo, convém reconhecer a real contribuição do papel político das escolas camponesas de um modo geral, na construção de um modelo diferente de desenvolvimento que se propõe a ser sustentável e incluyente. Pois, é no convívio diário escolar que discentes e docentes podem exercitar a aplicação de seus saberes na vida cotidiana. É também o ambiente adequado para dar estabilidade a novos conceitos, projetos e idéias que tenham como base a sustentabilidade local.

A Gestão Participativa nesse caso, tanto é a estratégia de empoderamento social e evolutivo dessa comunidade, quanto a idealizadora dessa nova civilização composta por gestores ambientais que criam, implementam e vivem nessas ilhas de sustentabilidade instaladas em diferentes regiões do país. Mais do que disciplinas específicas incluídas nos currículos escolares, tais ilhas serão laboratórios vivos que muito contribuirão para o estabelecimento das novas base do Desenvolvimento Sustentável nesse mundo em constante transformação. De acordo com Sachs,

O desenvolvimento rural socialmente incluyente e em harmonia com o meio ambiente exige soluções intensivas em conhecimentos e mão de obra, econômicas em capital e recursos naturais. Devem apelar para a "revolução duplamente verde", garantindo rendimentos elevados por hectare, respeitando as limitações ecológicas e dirigindo-se aos camponeses tropicais que René Dumont chamava "a maioria silenciosa do mundo rural", a mais importante categoria social do planeta, representando quase a metade da humanidade (Sachs, 2009, p. 335).

Vale ressaltar que, embora a inserção do tema Educação Ambiental nas disciplinas regulares e o conseqüente despertar para as novas dimensões ambientais tenha sido uma

vantagem, ainda assim, não é o suficiente pois, segundo Marcel Bursztyn na obra intitulada A Dificil Sustentabilidade,

...trata-se de importante avanço que, embora seja necessário, não é suficiente para resolver os problemas do meio ambiente. Estes, por sua natureza complexa e multidimensional, muitas vezes carecem de fórmulas que integrem conhecimentos produzidos em vários campos das ciências, numa síntese que transcenda o âmbito de cada disciplina. (Bursztyn.2001 p.73).

Além disso, o estabelecimento dessas novas disciplinas não dispõe de treinamento para os docentes partindo do princípio que eles possuem tal conhecimento. Nesse quesito em particular, pode-se citar ainda que, de acordo com o referido autor e em conformidade com um possível projeto de futuro há que se obter a combinação de alguns elementos vitais como:

A visão de longo prazo, uma predisposição de empreender reformas – o que significa vontade política e um arranjo entre as elites dirigentes – e o estabelecimento de instrumentos de indução por parte do poder público. (Bursztyn, 2001, p. 60).

Mais adiante, o autor destaca a importância da Educação como um dos principais componentes para qualquer projeto de desenvolvimento, tratando-a como um vetor de ação pública cuja maturação se dá a longo prazo ressaltando que,

Prédios escolares podem ser construídos em pouco tempo, mas a formação das pessoas requer mais tempo. Geralmente, é preciso um lapso de mais de uma geração para os resultados serem efetivos. Esse é o tempo necessário para primeiramente preparar os formadores, para depois multiplicar o processo. Assim sendo, para se mudar pensar um projeto de mudanças de mentalidades, resultante da universalização da educação, é indispensável a continuidade das políticas correspondentes. (Bursztyn, 2001. p. 60).

Desse modo, para se solidarizar de fato com as gerações futuras em prol de um desenvolvimento mais sustentável será necessário mais que boa vontade e um rosário de teorias, será preciso investir de forma ostensiva na educação de base, nas políticas públicas que direcionam os diversos setores educativos e nos gestores educacionais, ampliando assim o conceito de solidariedade em conformidade com a sustentabilidade ambiental num mundo contemporâneo.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUE EMBASARAM A PESQUISA

A temática escolhida está diretamente associada à análise dos dados obtidos numa

experiência educacional exitosa no meio rural brasileiro sob a perspectiva da pertinência do detalhe e da observação participante. Pois, conforme Macedo (2006), a observação participante sendo um dos recursos metodológicos para investigação de inspiração qualitativa e com total observância do rigor científico, acaba por atrair uma densidade teórica que transcende uma simples posição de recurso em metodologia. Isso implica em compreender essa análise dos dados obtidos sob um ponto de vista que, privilegia tanto a investigação dos fatos quanto à compreensão daqueles que os vivenciaram no fazer científico.

A motivação da escolha da etnopesquisa crítica como metodologia de investigação partiu do entendimento de que o contexto e o momento histórico transcendem a informação fria dos fatos extraídos daquela realidade. Pois, seguindo as considerações de Macedo

As investigações de características temáticas, que partem do universo vocabular das populações, devem voltar-se para a percepção da realidade local e sua relação com perspectivas mais gerais. Nesse sentido, o objeto é apanhado em sua densidade local, mas também em seu movimento e em sua transformação, de modo a superar o “dado”, para atingir os nexos de relação que se encontram em permanente movimento e que, portanto, se recriam e se transformam em sua temporalidade (Macedo, 2006. p.33).

O método escolhido permite então, a contextualização do fenômeno como forma de apreende-lo mais significativamente evitando o desperdício da experiência social e contribuindo assim, para a evolução do sistema de produção de conhecimento que as academias utilizam na atualidade.

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada com ênfase nos aspectos qualitativos tendo como principal referência a etnopesquisa crítica, pois, a mesma nasce da inspiração e da tradição etnográfica onde a realidade é o compreendido, o interpretado e o comunicado, não havendo uma só realidade, mas quantas forem suas interpretações e comunicações.

A etnopesquisa preocupa-se primordialmente com os processos que constituem o ser humano em sociedade e em cultura e compreende esta como algo que transversaliza toda e qualquer ação humana. Assim, os etnométodos emergem das práticas cotidianas, dos processos interacionais, que aí se dinamizam.

Segundo orientações sociofenomenológicas, as ações e construções humanas devem ser interpretadas e reinterpretadas de forma situada, o pesquisador devendo se colocar na posição de ator, isto é, fazer um esforço para perceber o mundo do outro a partir do ponto

de vista deste.

(...) ao estudarmos as realidades sociais, não estamos lidando com uma realidade formada por fatos brutos, lidamos com uma realidade construída por pessoas que se relacionam por meio de práticas que recebem identificação e significado pela linguagem usada para descrevê-las (Macedo, 2006, p. 12).

O processo da etnopesquisa é mediado pela cultura, que traz o registro da identidade dos atores envolvidos, uma densidade qualitativa que implica uma ética, uma estética e uma política, em todos os sentidos.

Nesse sentido, a pesquisa proposta constitui-se no estudo de caso da Escola do Sertão, bem como de seu processo de gestão ao longo de 10 anos. E para melhor descreve-la dividiu-a em duas etapas distintas, sendo que a primeira é onde se intercalam a pesquisa em campo e a revisão bibliográfica, o levantamento de dados através da observação participante, dos diários de campo e dos questionários elaborados pela direção escolar para avaliação da estrutura organizacional e pedagógica da instituição, e a aplicação das entrevistas semi-estruturadas com lideranças da comunidade.

Tais atores sociais, conhecedores do histórico da região puderam então contribuir eficazmente para a análise das diferenças do desenvolvimento dos últimos 10 anos na região. Esta foi então, a segunda etapa da pesquisa, composta pela análise dos relatórios e diários, das entrevistas e dos resultados obtidos nas avaliações e questionários, fazendo um contraponto com os diagnósticos da região realizados por consultorias, dados do Censo Escolar, MEC/IBGE, Secretaria Municipal de educação e Secretaria Municipal de Saúde.

O estudo é portanto, fruto de investigações documentais nos arquivos e biblioteca das instituições pesquisadas com a finalidade de submetê-los à verificação científica e objetiva para bem fundamentar os resultados alcançados na pesquisa. As entrevistas semi-estruturadas foram utilizadas para se obter o nível de percepção dos atores sociais e lideranças locais em relação ao reconhecimento dos principais fatores que contribuíram para a consecução das benéficas mudanças ocorridas na localidade.

As entrevistas não estruturadas foram acompanhadas de um roteiro guia que permitia o espaço de fala ao entrevistado e portanto, seguem os princípios da metodologia da História Oral que, para esclarecer determinada situação permite contemplar a declaração de experiências subjetivas e assim compreender a participação social na gestão local. Desse modo, algumas falas dos entrevistados neste trabalho, tanto dão veracidade ao tema em

destaque quanto valoriza a participação e o uso de suas informações num contexto social acadêmico longe de seu cotidiano mas, nem por isso fora de sua realidade.

A revisão bibliográfica privilegiou tanto alguns autores consagrados cujos temas contemplam algumas das dimensões tratadas neste trabalho, quanto outros menos conceituados mas perfeitamente incluídos na temática escolhida. As limitações prenderam-se ao fato de haver pouca literatura sobre o assunto em questão, e a tentativa de equacionar conceitualmente os estabelecimentos educacionais de base no campo com o desenvolvimento comunitário obtido na localidade da experiência. Tais limitações no entanto, não impediram que houvesse uma criteriosa revisão bibliográfica e nem que se fosse instalado o ideal rigor científico ao tema em discussão.

Reflexões e encontros com pessoas de notório saber que militam na educação rural e, principalmente, os dezenove anos de experiência da autora em salas de aula de escolas rurais também contribuíram para entabular o debate do qual resulta este trabalho. Durante esses anos a prática educativa fez com que variadas alternativas de gestão escolar tenham sido testadas e diante do despreparo governamental para uma eficaz formação dos docentes que trabalham no campo, tais experiências foram sendo implementadas na referida escola rural.

Portanto, o que se mostra aqui é o resultado alcançado por uma equipe escolar que intuitivamente primou pela melhoria do funcionamento escolar e do serviço oferecido à comunidade, sem a princípio estarem preocupados apenas com as questões teóricas da administração escolar.

Assim sendo, a escolha do tema deve-se a crença de que tal experiência possa ser útil às outras escolas do campo que por ventura estiverem na mesma situação que outrora esteve a Escola do Sertão. Também se deve ao fato de que as escolas que ofertam a educação básica, especialmente as do campo, é um excelente veículo de formação e informação no meio rural. Podendo ali contribuir favoravelmente para a melhoria da qualidade de vida e conseqüentemente para o desenvolvimento local sustentável daquela região.

Assim sendo, esse estudo também privilegiou a análise da legislação vigente bem como a fundamentação teórica da Educação do Campo para obter um retrato fidedigno da descrição experienciada do estudo de caso relatado a seguir.

3 ESTUDO DE CASO - A ESCOLA DO SERTÃO

3.1 PERFIL DA REGIÃO E COMUNIDADE DO SERTÃO

O município de Alto Paraíso de Goiás está situado na região Nordeste do Estado de Goiás, caracterizada pelo bioma Cerrado de maior altitude do Estado de Goiás, manifesta características altimétricas, paisagísticas e climáticas bem diferenciadas, abrigando assim uma notável biodiversidade. O município possui 2.593.885 Km² de área e abriga um total de 6.182 habitantes, sendo 2.003 na área rural. Distante 230 km de Brasília com principal acesso pela GO 118.

A sede do município está numa altitude de 1.200 m. e o clima é bem ameno, com a temperatura média anual variando em torno de 24° C a 26° C. O regime de chuvas é tropical, com estações de seca ocorrendo entre abril e setembro, e a chuva concentrando-se no verão, entre novembro e março, com precipitação média anual entre 1500 mm e 1750 mm (FELFILI; RESENDE; SILVA JUNIOR, 2007, p.17).

Alto Paraíso de Goiás, conforme o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2006), pertence à Área de Proteção Ambiental – APA de Pouso Alto, criada a partir do Decreto nº 5.419, de 07 de maio de 2001 e é o único município que possui portão de acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado pelo decreto número 49.875/61, de 11 de janeiro de 1961, que abrange uma área de 65.514 hectares.

Em 2000, a região foi reconhecida como Reserva da Biosfera do Cerrado Goyaz, e como Sítio do Patrimônio Natural Mundial pela Unesco em 2001, e tem como objetivo preservar o cerrado de altitude e a fauna local, a interpretação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a educação ambiental.

A Chapada dos Veadeiros, na Serra Geral do Paranaíba, possui clima ameno e temperatura média anual de 24-26°C e chegando a 32-36°C nos grandes vãos e depressões, como é a região do sertão onde tem período seco bem definido. Sendo o ponto mais alto do Planalto Central abriga inúmeras nascentes que dão origem às cabeceiras de grandes bacias hidrográficas. Situa-se ainda, num dos pontos geográficos do centro brasileiro que sofreu relativa influência das inúmeras correntes migratórias que por lá passaram desde seus primórdios.

Consta que a povoação dessa região iniciou-se a partir da passagem dos

Bandeirantes em meados do século XVI e desde então, várias famílias por ali se estabeleceram tanto com a finalidade de encontrar minérios valiosos quanto de colonizarem as novas terras.

De acordo com os registros históricos (BERTRAN, 2000) em meados do ano de 1783 já havia farta movimentação nas lavras dos rios Montes Claros, Brumado e São Bartolomeu dos Veadeiros que é o rio que abastece a atual região do Moinho e do Sertão. Tal movimentação contribuiu diretamente para o povoamento dessa região e também para o estabelecimento de novas atividades agropastoris.

Nesse sentido convém ressaltar que, segundo registros históricos, foi pelo "Vão do Paranã" que o gado oriundo dos sertões mineiros e baianos foi introduzido nas pastagens de altitude da Chapada dos Veadeiros, que por sua vez, era assim designada não se referindo aos veados propriamente dito, mas sim, aos cães que os farejavam e perseguiram.

Além dessas atividades agropastoris também foram se formando as fazendas e os engenhos de cana de açúcar, ainda no período escravagista, cuja função principal era dar suporte às atividades mineradoras na localidade e adjacências. No entanto, após o declínio da mineração alguns desses povoados da região prosperaram, como foi o caso de Veadeiros que em 12 de dezembro de 1953 pelo Decreto Estadual nº 808 foi elevado à categoria de município e pela Lei Estadual 4.685 de 15 de outubro de 1963, passou a denominar-se de Alto Paraíso de Goiás.

Portanto, nas áreas rurais desse município, especialmente na região do Sertão e Moinho a maioria da população é pertencente às antigas e tradicionais famílias que, além de habitar essa região há bastante tempo, ainda possuem raízes profundas e grande senso de pertencimento ao local onde vivem.

Como parte inerente dessa história, inclui-se o caso em estudo, cuja postura tem a ver com o perfil e a resistência estóica dessa população rural, que desde sempre sofreu as inerentes consequências de habitar em locais de difícil acesso e por isso mesmo, lutaram para obter reconhecimento e para que seus direitos fossem respeitados pelos governantes. É nesse contexto que surge a experiência de gestão participativa democrática e plural relatada mais adiante, tanto por quem a acompanhou, quanto por quem vivenciou tal experiência e que, ao serem entrevistados rememoravam os fatos ocorridos .

Nesse sentido, dar-lhes o direito à voz significa reconhece-los como importantes multiplicadores desse processo contínuo de exercício da cidadania em prol de um desenvolvimento solidário e incluyente no meio rural. Também no intuito de melhor

contextualizar o assunto em questão no adequado formato conceitual, pode-se parafrasear Sachs quando afirma que, não se pode discutir o desenvolvimento de um determinado local sem ter um profundo conhecimento da ecologia cultural daquela região.

Sachs considera ainda que, a transdisciplinaridade ativa na cabeça de cada pesquisador é o que propicia a indispensável abertura às reflexões sobre a desconstrução e reconstrução dos conceitos de desenvolvimento e é nesse sentido que o autor indaga,

Para que serve a teoria nas ciências sociais? Para suscitar questões. Quanto às respostas, só vêm mesmo das observações de campo. [...] computador é bom, uma biblioteca é bom, mas nada substitui o contato com o terreno, com os que ali vivem e que acumularam experiências, fracassos e surpresas (Sachs, 2009, p. 297).

Tendo em vista tais considerações, convém ressaltar o perfil da instituição educacional em seu tempo e espaço, dando-lhe a real oportunidade sugerir respostas que naturalmente só podem vir da práxis diária. Pois, ainda segundo Sachs “o desenvolvimento é um conceito processual que habita o tempo e atua sobre espaços diversificados” (Sachs, 2009, p 323). E ainda que se questione a base conceitual e a realidade plural e móvel da experiência ora apresentada, o que se pretende é apenas contribuir para elaboração de estratégias e políticas públicas que almejem a melhoria educacional no meio rural brasileiro.

Assim contextualizado o tema em questão convém apresentar a referida instituição educacional. A Escola Municipal Santo Antonio da Parida e também denominada Escola do Sertão, situa-se às margens da GO 239 na altura do quilômetro 30, encravada no fértil vale do rio São Bartolomeu. De 1999, quando possuía apenas 3 salas de aula e um cantina, para o ano de 2009, pode-se dizer que houve relativa evolução pois, atualmente conta com dois prédios, sendo que num deles funciona a parte administrativa, biblioteca e cantina e no outro prédio, o Barracão dos Formandos, que foi construído pela comunidade escolar funcionam as salas de aula, sanitários e sala de professores.

Tudo isso em uma ampla área de cerrado nativo, com casas, plantações, pastos, morros e matas razoavelmente preservadas. A serenidade do local se soma à beleza das montanhas, córregos e rios (Ilustração 1) e desde o início de suas atividades como escola polo, a comunidade local, os Professores, Pais, Alunos e mesmo o secretariado da prefeitura passaram a considera-la como o principal ponto de encontro da comunidade. Também é no prédio intitulado Barracão dos Formandos que se promovem eventos e festividades variadas nos finais de semana, e que portanto, se constituem em oportunidades únicas para o lazer familiar na comunidade.



Ilustração 1: Vale do Rio São Bartolomeu

A região rural denominada Sertão dista 30 quilômetros da sede urbana do município, situando-se nas bordas da Serra Geral do Paranã e entre os vales dos rios São Bartolomeu e Macaco. Tal localidade, embora de difícil acesso, é uma das áreas mais férteis do município que, pela sua diversidade e rica vegetação oferece condições especiais para a criação de modelos de desenvolvimento comunitário e sustentável no bioma cerrado. É nesse contexto que se pretende relatar a experiência verídica da Escola Municipal Santo Antonio da Parida, também denominada Escola do Sertão no município de Alto Paraíso de Goiás.

Assim, respeitando a cronologia histórica da instituição, torna-se necessário voltar no tempo em meados de 1991 quando só existiam 3 pequenas escolas na região: Escola Municipal da Fazenda Água Branca, Escola Municipal Santo Antônio da Parida e Escola Municipal do Murici. Essas escolas atendiam de 10 a 42 alunos cada, de forma multisseriada, da pré-escola a 4ª série, sendo estes, oriundos dos referidos núcleos populacionais e contavam com apenas uma professora que em alguns casos cumpria com todas as funções do estabelecimento, inclusive limpeza e merenda. Interessante ressaltar que, nesse período havia certa rotatividade de professores na região, principalmente pela falta de profissionais qualificados que habitassem naquela região, mas também pela inexistência de alojamento para funcionários, pela dificuldade de acesso e isolamento do local.

Nesta região, pelo que já foi descrito mas, também pela situação atual, verifica-se grande dificuldade relacionada a fatores econômicos, sociais, climáticos e geográficos, evidenciando assim a necessidade de um atendimento adequado, inspirado nos princípios da conservação ambiental, da solidariedade e da valorização humana baseando-se nas leis vigentes do país.

Torna-se necessário ressaltar ainda que, a região rural denominada Sertão transcende

os limites naturais do município de Alto Paraíso e por legitimidade cultural atinge os municípios de São João D'Aliança, Flores de Goiás e Nova Roma numa área de aproximadamente 60 quilômetros de diâmetro (Ilustração 2).

Esta comunidade rural caracteriza-se em sua maioria por famílias de pequenos produtores rurais que são os habitantes tradicionais desta região e possuem pequenas propriedades de onde tiram seu sustento diário. Há também meeiros, vaqueiros e outras profissões ligadas a terra e o seu uso. Nas grandes fazendas normalmente os proprietários residem na capital e empregam como gerentes tanto as pessoas da própria comunidade, como também trazem funcionários de outras regiões do país, especialmente do nordeste brasileiro.

Nessa miscelânea populacional pode ser observada uma convivência harmônica entre chegantes⁸ e nativos, até mesmo em relação a absorção da linguagem e outros costumes. Pode-se dizer também que esta comunidade recebe de bom grado os que ali chegam, especialmente aqueles que denotam interesse em contribuir para a melhoria das condições de vida na localidade.



Ilustração 2: Mapa da área de influência da Escola do Sertão. Fonte AGETOP. Ed. 2006

De um modo geral essas famílias tem nos filhos que estudam a esperança de um futuro melhor e menos difícil, pois os pais em grande parte são iletrados e não possuem grandes posses, mas são donos de uma cultura centenária de convivência e uso do cerrado. Tais conhecimentos são oriundos da prática cotidiana dos “antigos” na luta pela

⁸ Esse era o termo pelo qual se conheciam os novos habitantes do município.

sobrevivência nesse local distante e isolado, especialmente no que se refere à alimentação e tratamentos de saúde.

Em relação a esse quesito, o mais comum era consultar algumas pessoas da localidade que detinham razoável conhecimento tanto sobre as doenças típicas, quanto de grande variedade de remédios naturais que, em alguns casos, conjugados com benzimentos tratavam os doentes da região. Desse modo, picada de cobra, febre e dores gerais, queimaduras, ossos fraturados, problemas respiratórios e partos, entre outros, eram sempre assistidos por esses curandeiros, que na maioria das vezes nada cobravam por seus serviços.

Torna-se desnecessário salientar que, se a saúde nessa localidade era um benefício público inexistente, a educação formal regular também não era uma prioridade para a gestão pública municipal. Tanto é que, um dos principais desafios para implantação de escolas nessa região era a contratação de professores, que por não pertencerem à comunidade logo iam embora, o que gerou um razoável histórico de rotatividade na função docente.

Assim foi o caso da professora Maria Elisa que, oriunda de Brasília quando assumiu a docência e o semi-internato na escolinha do Murici espantou-se com o que viu na região, segundo entrevista para este estudo,

A estrada era muito ruim e o lugar bastante isolado, não tinha energia elétrica nem banheiro e tinha que buscar água no rio Macaco para todo o uso da escola. Eu sentia grande dificuldade de tomar daquela água, pois as vezes ela estava barrenta, isso foi o mais difícil de suportar. Também sentia medo pois, nos arredores da escola só havia mato. Só fiquei lá porque já tinha dado a palavra para a Secretária de que ficaria por um ano.

Sem pessoal qualificado para exercer a docência nas comunidades e cientes da difícil situação, os pais enviavam os filhos e filhas para as cidades mais próximas, gerando assim grande desagregação familiar na região. Os governantes municipais diziam não ter solução para o caso, já que não havia profissionais da área de educação com disponibilidade para residir no meio rural. Em alguns casos indicavam uma pessoa da comunidade para ocupar a função de professora, desde que a mesma soubesse um pouco mais do que os alunos, dada a situação tal critério já era considerado suficiente, como foi o caso de Dona Joana Torres, uma das primeiras professoras dessa escola que diz o seguinte:

... o Secretário de educação da época, o seu Chico Hugo, foi quem me chamou para dar aula aqui e que, também me incentivou cursar o supletivo e terminar os estudos. Foi assim, lecionando e estudando que cheguei até

aqui.

Dadas as efetivas circunstâncias de funcionamento das escolas rurais do município convém ressaltar que, mesmo não havendo docentes e escolas construídas, ainda assim, havia alunado pois, os filhos das famílias menos abastadas e que não possuíam parentes estabelecidos na cidade, permaneciam na região sem estudar excluídos de seus direitos básicos e por assim dizer fora da lei.

Em meados de 1989 de acordo com Dona Andreлина, uma das matriarcas da região, "... minha sala de visita foi uma das primeiras salas de aula dessa região e os pessoal daqui achou bom, os aluno faltava pouco e sempre tinha lanche, mesmo buscando água na lata lá nos poço do São Lourenço". Ela explica ainda que, sua filha Elita que tinha filhos em idade escolar visitou as casas da vizinhança para convidar outras crianças para estudar e assim aumentar o número de alunos. Funcionou desse modo até receber a doação de um terreno, no local onde a prefeitura posteriormente construiu uma escolinha com uma sala de aula e uma privada externa.

Na lembrança da professora Madalena que chegou nessa região em meados de novembro de 1988,

...a região toda era muito carente, pois, além da estrada ser ruim não tinha água encanada, energia elétrica, atendimento médico, transporte coletivo e nem telefone. Era uma solidão mesmo. Hoje vejo o quanto tudo mudou e para melhor. A água encanada daqui da Parida, por exemplo, foi a escola que trouxe quando fizemos aquela greve por falta de água, e tem outros benefícios também.

Importante ressaltar que, no momento das entrevistas cada pessoa rememorava os fatos referentes àquele período e os comparava com o presente e com a evolução sofrida na região ao longo dos anos. Assim nos relata também o sr. José do Espírito Santo, proprietário de uma pequena mercearia na região, "quando cheguei, no final de 1988, aqui não tinha muita coisa, pouca água e não tinha energia. As coisas por aqui era bem difícil".

Em meados de 1984, pela oferta de lotes urbanos gratuitos em Alto Paraíso, muitas famílias deslocaram-se desta região para a cidade, abandonando suas terras ou cedendo-as por módicos valores que mal davam para construir a nova casa no lote recebido. De acordo com Sr. Denezzy Inácio, antigo morador e um dos poucos que resistiu ao lote,

...o sonho dos que foram embora, era por os meninos na escola e que lá a vida ia se mais fácil, ia ter mais conforto também. Muitas pessoas me incentivaram a mudar também, mas achei melhor arranjar um barraco na cidade e mandar os filhos mais velhos prá estudar, eles tava nessa época

com 8 a 11 anos. Muita gente me chamou de atrasado mas quem ia plantar os mantimentos da minha família comer se eu fosse também?

Desse modo, várias famílias permaneceram no campo produzindo os víveres que posteriormente seriam acondicionados em bruacas e mensalmente levados a cavalo até a cidade. Os alimentos mais produzidos eram arroz, feijão, mandioca, abóbora, melancia, gergelim e amendoim. Tais mantimentos e seus derivados forneciam a base alimentar dos pequenos migrantes escolares que, na grande maioria das vezes eram mantidos em casas alugadas ou cedidas pelos proprietários urbanos.

Assim relata o Sr. Donizeth que sendo o filho mais velho de uma dessas famílias, aos onze anos era o responsável por duas irmãs e dois primos menores,

...a gente vivia sozinho numa casa, eu e meus irmãos menores, e pai pedia uma vizinha prá dar uma olhada em nós de vez em quando. Na sexta-feira depois da aula nós ia embora prá casa de pé, era perto e a gente ia correndo e brincando, quando os pequenos cansava e ameaçava parar, a gente contava caso de onça e fazia medo neles, a gente tinha pressa de chegar, ver Mãe, Pai e os irmãos menores. Saía da aula às onze horas e já descia, chegava em casa na fazenda, lá pelas seis da tarde. Prá voltar no domingo era a mesma coisa, mas as vezes Pai nos levava a cavalo. Hoje eu sei que esse trecho não era tão pequeno, são na verdade 30 quilômetros e não tínhamos a menor noção do perigo.

Nesse período também havia a prática de ceder tais crianças como empregadas domésticas na comunidade urbana para que as mesmas pudessem ter acesso a escola. Há variados relatos na comunidade sobre essa prática, tanto há os de sucesso e companheirismo quanto os de maus-tratos, abuso e exploração. Com base nesses relatos pode-se dizer que, esse foi um dos motivos que contribui fortemente para que algumas famílias tenham se mudado para a cidade quando seus filhos atingiram a idade escolar.

Assim, boa parte das pequenas propriedades foram agrupadas por poucos compradores, na sua maioria de outras regiões, que se tornaram então grandes fazendeiros. As terras agricultáveis tornaram-se pastagens para o gado, diminuindo drasticamente a produção de alimentos e a mão de obra local. Por outro lado, na cidade, não havia empregos suficientes para absorver toda aquela mão de obra e anos depois, já em 1999, quando a Escola do Sertão já oferecia a 5ª série do ensino fundamental, algumas dessas famílias voltaram para essa região.

A adaptação foi tranquila e deu novo ânimo para a população local, pois sentiram, segundo relato do Sr. Delcino Cardoso que, “o sonho da escola boa para os filhos, chegou

pra o povo da roça também e agora não preciso mandar meus filhos embora pra estudar, vou é trazer os que tá lá”. Pode-se dizer que, este foi um dos motivos para que a comunidade se empenhasse ao máximo para a melhoria da escola e de seu funcionamento.

Em 2003, com a implantação de assentamentos e permanente variação das famílias nas carvoarias da região, houve o acréscimo da clientela local estudantil com um novo perfil e viés cultural. Os acampamentos foram instalados na área de influência da Escola do Sertão e a adaptação dos alunos transcorreu de forma tranquila. No entanto, os que vieram das carvoeiras, também instaladas nas grandes propriedades da região, tiveram relativa dificuldade para se ajustar à instituição.

Os principais pontos que dificultaram a adaptação dessas crianças à escola foram a longa distancia da escola, a ser percorrida inicialmente a pé e o preconceito que havia sobre os trabalhadores com carvão. Tais trabalhadores eram acompanhados por seus familiares, esposa e filhos, que por sua vez se instalavam em parcas moradias e quase sempre em locais distantes de água, o que dificultava bastante a higienização pessoal. Outro aspecto era a instabilidade de moradia dessas famílias que ficavam por ali somente pelo período que durasse o preparo do carvão, e depois iam embora independente do ano escolar das crianças. No entanto, a escola contava com profissionais competentes que souberam lidar de maneira exemplar com os problemas que surgiam, assim, a convivência harmônica entre os grupos logo se instalou.

Um dos fatores mais preocupantes nesta região é a inexistência de empregos e as reduzidas perspectivas de futuro. As oportunidades de trabalho se resumem ao serviço braçal nas roças e pastos, a feitura de cercas, o pastoreio do gado, a gerência das fazendas e, ultimamente, no auxílio a carvoeiras. Ao longo dos anos, tem sido observado o descaso do poder público para com os agricultores familiares dessa localidade, que não tem tido apoio de maquinário agrícola e nem capacitação para essas ou quaisquer outras áreas de trabalho. Segundo seu José do Espírito Santo “...antigamente as máquinas da prefeitura vinha pra servir a população, no tempo de Doni e dona Cici, agora tem é tempo que eles não vem”.

É bem verdade que esse povo possui grande conhecimento da terra e seus usos, no entanto, sabe-se que há novas tecnologias tanto para o manuseio da terra, a produção eficiente de grãos e demais alimentos, quanto para a utilização racional dos recursos naturais, especialmente a manutenção dos mananciais de água.

Desse modo, tornou-se mais que dever e obrigação da escola local oferecer um ensino de qualidade com oportunidades iguais para toda essa clientela, que vai da

Educação Infantil e Ensino Fundamental, passando pela extensão do Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos.

3.2 PRECEDENTES HISTÓRICOS QUE EMBASARAM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sabendo que o desenvolvimento rural socialmente incluyente e em harmonia com o meio ambiente é um contínuo exercício de cidadania e controle social, busca-se com esse reduzido histórico uma relação direta com o desenvolvimento obtido na região do Sertão nos últimos dez anos. Evidentemente que havendo muitos fatores a considerar este é apenas mais um que se inclui na análise dos dados.

Independentemente do conceito utilizado para classificá-lo, a finalidade última desse estudo é fornecer pistas de como qualificar as práticas sociais que dão origem a um desenvolvimento mais justo e solidário tanto para as gerações presentes quanto para as gerações futuras que habitaram esse planeta. Evidenciar através da práxis a quebra dos paradigmas acadêmicos conceituais acerca do Desenvolvimento Sustentável exige uma análise com o devido rigor científico sem, no entanto, descartar as circunstâncias e o ambiente em que se deu tal desenvolvimento.

É nessa perspectiva que aqui se inclui o caso Escola do Sertão, com sua forma de gestão, o sistema de funcionamento, a resolução de conflitos, a melhoria da infraestrutura e um sem número de outras circunstâncias que colaboraram para torná-la alvo dessa análise mais profunda e rigorosa. Para isso, torna-se necessário voltar às origens para bem relacionar os fatos que se seguem na trajetória exitosa da Escola do Sertão.

Até o ano de implantação da escola pólo, o que havia em funcionamento na região era as três escolas: Água Branca, Parida e Murici. Tais escolas enfrentavam dificuldades variadas, umas careciam de merendeiras e material didático, outras careciam de professores concursados, pois os contratos temporários iam e vinham causando grande instabilidade. E todos sofriam com salas cheias e multisseriadas de pré a quarta série, se afligiam com a falta de água potável, de banheiros e de energia elétrica, mas o pior mesmo, era o isolamento cultural e pedagógico.

Não se tinha com quem falar ou discutir as questões educacionais, fossem elas administrativas ou pedagógicas. E numa prática solitária por vários anos a professora era ao mesmo tempo, merendeira, faxineira, secretária, diretora e qualquer outra função ali necessária. No início de cada ano a equipe da secretaria promovia a semana de planejamento que só era repetida no ano seguinte.

Ano 1999

No intuito de melhorar o atendimento aos educandos de 1ª fase e, criar oportunidades de permanência para os que concluíam a 4ª série, criou-se a Escola Polo do Sertão. Suas atividades iniciaram-se no prédio escolar da Escola Municipal Santo Antônio da Parida, por esta se encontrar entre as outras duas, e em meados de Fevereiro de 1999, inaugurou a primeira 5ª série. Essa nova série cumpria as expectativas da população que desejava a volta dos filhos que estavam na cidade, além de garantir a permanência dos que terminaram a 4ª série do ensino fundamental naquele ano.

A criação da Escola Pólo, por ousadia do Senhor João Norberto, um secretário de educação visionário e com apoio irrestrito do prefeito municipal, Senhor Jair Barbosa, que proporcionou a redução do número de turmas multisseriadas nas comunidades e facilitou o aproveitamento integral das funcionárias das antigas escolinhas, sendo esta a única forma de administrar a falta crônica de recursos e professoras naquela localidade. E para se adequar à nova realidade escolar foi enviada uma Kombi que transportava os alunos das comunidades da Água Branca e Murici. Como as regiões eram opostas, em cada viagem o veículo transportava de 20 a 30 alunos, as 4 professoras e a merendeira também. Na região não havia energia elétrica, água encanada, estrutura de saneamento básico, atendimento de saúde e nem transporte coletivo.



Ilustração 3: Escola do Sertão na Parida - 1999



Ilustração 4: Escola do Sertão na Parida - 1999

Nesta época, embora houvesse inúmeras questões administrativas a serem resolvidas não havia diretora, coordenadora nem secretária, apenas salas de aula e cozinha funcionando, e no mais tudo precisava ser resolvido na cidade. A visita do secretário de educação era rara e não supria todas as necessidades, até que entre os funcionários surgiu a idéia da "gestão compartilhada". No intuito de melhorar o funcionamento da escola, em meados de agosto de 1999, após o término das aulas, foi realizada uma reunião entre os

funcionários onde foram estabelecidas coletivamente regras gerais para ser aplicada pela liderança que direcionava as decisões ali tomadas, coordenava as reuniões do grupo e representava a escola junto a Secretaria de Educação como Professora Responsável.

Nesse período houve alguns inconvenientes, entre estes, os danos provocados pela chuva, que enchia os rios e impedia o acesso do carro à escola e também dos alunos ao carro. Essa situação era agravada na escola pelas goteiras, pela enxurrada que invadia as salas e a cozinha, e também pela latrina que ficava nos fundos do terreno e ao transbordar contaminava a área. Era comum interromper as aulas para se proteger da chuva ou até mesmo para ir embora antes dos rios transbordarem.

Ano 2000

No início de 2000, os pais motivados pelo sucesso e permanência da escola na região, trouxeram de volta seus filhos, que nessa época, viviam em casa de parentes residentes na cidade, apenas para completar seus estudos. Assim, à medida que crescia o número de alunos, o prédio escolar também crescia dividindo as salas com paredes de madeirite e fazendo aproveitamento da pequena área de lazer. O governo municipal alegava falta de recursos para construção definitiva e quando a verba chegou, não pôde construir porque o terreno não era documentado, já que a maioria das terras do município estavam em processo de discriminatória. Também neste ano, chegou mais uma professora para dividir as disciplinas da 5ª e 6ª série, aumentando assim de 6 para 7 os funcionários da instituição.



Ilustração 5: Sala multisseriada dividida por parede de madeirite



Ilustração 6: Sala de aula na área externa

Ainda em 2000 surgiu a oportunidade do vestibular para docentes municipais oferecido pela Universidade Estadual de Goiás em Formosa – Goiás, sendo que uma vaga do curso de Pedagogia foi conquistada por uma professora da Escola do Sertão. Neste mesmo ano, o período de estiagem foi maior do que o esperado e o pequeno riacho que

abastecia a escola secou. Então, após dois meses funcionando em péssimas condições e tendo inúmeras solicitações negadas pela prefeitura, a Equipe Escolar decidiu entrar em greve e com o apoio da comunidade, visitou a Câmara de Vereadores, onde expôs o problema e paralisou as aulas até que os canos e mangueiras fossem entregues à comunidade, o que aconteceu um mês depois. Logo em seguida, a comunidade escolar reuniu-se e em regime de mutirão abriu as cavas e enterrou as mangueiras que posteriormente levaram água para a escola e toda a comunidade.

Após tais acontecimentos a comunidade escolar achou por bem conversar oficialmente com os candidatos a prefeito sobre o funcionamento e a manutenção da escola, no que cada um deles se comprometeu frente a todos em dar continuidade ao processo e intervir apenas para melhorar algum aspecto considerado por todos como insatisfatório. Neste ano, iniciou-se na escola as reuniões para a implantação da energia elétrica no Sertão. O pátio escolar era utilizado para as reuniões, por ser este o único local público da região, e o mais frequentado pela comunidade. Também era a maneira mais fácil de enviar avisos aos pais, bem como a todos os beneficiários da região.

Ano 2001

Em 2001, devido às situações anteriormente citadas e após a visita do Prefeito Divaldo Rinco e da nova Secretária de Educação Lívia Rinco, foi definido como melhor local para funcionar a escola, uma área residencial particular, a fazenda Santa Clara, por nesta existir uma edificação com melhores condições e espaço físico suficiente para funcionar inclusive mais 2 salas de aula.

Nesse ano também chegou um ônibus para o transporte escolar, que embora usado estava em bom estado e assim foi possível melhorar o transporte dos alunos. Nesse período, uma equipe da FUNASA acompanhada por funcionários da prefeitura visitou a região e 2 poços artesianos foram perfurados. Sendo que um desses poços foi nas proximidades da Escola da Parida, que na época estava funcionando como Escola Polo e o outro na Escola da Água Branca que na ocasião funcionava como sede da associação local, a APROMAS.

Em ambos os casos, todos os cálculos foram feitos em virtude tanto do número de habitantes locais quanto de alunos que eram atendidos na escola. Também se verificou as atividades desenvolvidas pela Associação. Torna-se necessário salientar que, embora os poços tenham sido abertos em 2001 a água não foi imediatamente canalizada, pois segundo os governantes, ainda careciam de recursos para a compra dos equipamentos.



Ilustração 7: Esc. do Sertão - faz. Sta. Clara - 2001



Ilustração 8: Esc. do Sertão - faz. Sta. Clara - 2001

Ano 2002

Em 2002 pelo fato da escola estar em propriedade particular, na fazenda Santa Clara e, tendo necessidade de novas instalações para desenvolver as atividades da primeira turma de formandos houve a premência em tomar algumas medidas. Várias reuniões foram realizadas com a comunidade escolar para se tomar a melhor decisão. E assim, com a autorização do proprietário das terras vizinhas à antiga Escola Água Branca, o Senhor Denezin Inácio, que também tinha filhos que ali estudavam, foi construído pelos Formandos e comunidade local um Barracão denominado Barracão dos Formandos: “Os desbravadores do Sertão”.

Tal construção foi erguida em regime de mutirão no terreno que havia sido cedido inicialmente apenas para a Associação local, que depois seria uma vizinha do Barracão. O material dessa construção foi inteiramente doado por alunos, pais, funcionários e amigos da escola, cujo objetivo principal era a realização de festas com a finalidade de arrecadar fundos para a melhoria da estrutura escolar e também para as festividades de formatura dos alunos concluintes do Ensino Fundamental daquele ano.

Até o final de 2002 a Escola funcionava em dois turnos, matutino e vespertino com alunos de Educação Infantil e Ensino fundamental de 1ª e 2ª fase. Na região, o único ponto de energia era no prédio da Escola Água Branca que possuía um sistema de energia solar e alguns equipamentos tipo televisão, videocassete e geladeira. Esse sistema de energia havia sido doado por uma organização internacional, e assim os alunos assistiam filmes educativos uma vez por mês, também era nesse local que se praticava esporte pois, contava com campo de futebol e de vôlei.

Esse prédio por ser mais seguro também atendia como biblioteca e despensa da escola, que continuava funcionando na Fazenda Santa Clara, distante cerca de 3

quilômetros. As reuniões para tratar da implantação de energia elétrica continuavam acontecendo no pátio escolar pelos mesmos motivos elencados anteriormente.



Ilustração 9: Construção do Barracão dos Formandos - 2002



Ilustração 10: 1ª Turma de Formandos – 2002
"Os desbravadores do Sertão"

Ano 2003

Em 2003, durante o período de estiagem mais forte, compreendido entre Maio a Outubro, a equipe escolar e os alunos foram obrigados pelas circunstâncias extremas a levar sua própria água de uso para o recinto escolar. Em meados de setembro foi decidido então pela comunidade escolar, nova mudança temporária, desta vez para a antiga escola da Água Branca que tinha água encanada e ainda um córrego perene a 50 mts da escola.

Neste período, instalou-se a secretaria na sala de Vídeo que também funcionava como biblioteca, e a cozinha passou a funcionar na antiga cantina do prédio da Escola Água Branca. As aulas, com os alunos divididos pelas séries específicas passaram a ser ministradas no pátio coberto do Barracão dos Formandos. Pelo fato de não haver paredes dentro do barracão, as aulas adquiriram um ritmo equilibrado entre as turmas pois, os professores sentavam-se mais próximos aos alunos e ao explicar suas matérias, modulavam sua voz procurando respeitar o espaço coletivo.

Quando o período de seca terminou já em meados de novembro, devido a estrutura da Escola da Água Branca, que, possuía água em abundância e era o único local da região com luz elétrica proveniente do sistema de energia solar, biblioteca, sala de vídeo, campo de futebol e vôlei; os pais, professores e alunos, decidiram que não deveriam deixar esta estrutura que era pública, para retornar a uma estrutura particular e alugada onde nada poderia ser construído ou acrescentado.

Tal deliberação foi referendada e praticamente exigida pelo Conselho Escolar e Equipe

da Escola ao Prefeito Divaldo Rinco que, em reunião específica para esta finalidade compareceu ao Barracão dos Formandos firmando então, o compromisso de contribuir pessoalmente com o que pudesse, bem como, respeitar as decisões ali estabelecidas.



Ilustração 11: Prédio da Escola Água Branca - 2003



Ilustração 12: Biblioteca no prédio da Escola Água Branca - 2003

Pressionado pela decisão popular e até porque essa administração municipal deu especial atenção a esta instituição, as sugestões foram seguidas e cumpridas. Mais uma vez, inúmeros amigos contribuíram de variadas formas para a construção de mais quatro salas de aula. Como exemplo ilustrativo, uma das doações foi uma vaca que, trocada por materiais de construção possibilitou a construção de mais duas salas de aula. E assim, com a ajuda da comunidade e de outros amigos da escola, aos poucos a estrutura física foi crescendo e se adequando às necessidades do momento.

Outro aspecto a ser ressaltado nesse ano foi a chegada de energia elétrica que, após inúmeras reuniões e solicitações da comunidade transformou-se em realidade na Escola e nos domicílios sertanejos.

Ano 2004

Assim foi que, em 2004, para proporcionar melhores condições para as atividades escolares, a comunidade escolar construiu mais cinco cômodos que, incluindo a cantina que também funcionava como sala, somaram portanto, seis salas de aula. Sendo ainda neste ano, implantado o programa de jornada ampliada utilizando o espaço do Barracão dos Formandos que era de uso comunitário.

A jornada ampliada nessa escola justifica-se pelo fato de sua clientela ser formada por famílias humildes, cujas crianças se iniciam no trabalho ainda cedo para contribuir com a renda familiar. Uma vez que boa parte das famílias locais são de pequenos agricultores e vivem em situação precária, as crianças não possuem muitas opções, desse modo, a escola

torna-se por excelência um centro de convivência, aprendizagem e também de lazer.

Assim sendo, não seria justo atender apenas a clientela específica do PETI, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, mas sim, a todos aqueles que necessitavam e que de outro modo jamais seriam beneficiados. Sendo neste período do dia, oferecido almoço e realizadas ações que pudessem contribuir com sua formação. Divididos em pequenos grupos, apreendem as práticas das artes, da culinária, do artesanato e dos movimentos corporais, entre outras atividades extracurriculares.



Ilustração 13: Almoço no Barracão - 2004



Ilustração 14: Apresentação teatral no Barracão

Ano 2005

Em 2005, os Formandos com a ajuda da comunidade, construíram mais dois cômodos ligados ao barracão comunitário, sendo importante ressaltar que na ideia da equipe, todos esses cômodos que por ora funcionavam como sala de aula, sediariam um dia, quando o “verdadeiro” prédio escolar fosse construído, os micro-empresendimentos dos alunos maiores. Seriam possíveis embriões de padaria, sala de artesanato e oficinas variadas, os escritórios da rádio comunitária, Conselho Escolar e Associação comunitária, bem como, alojamento para professores e alunos. A referência ao verdadeiro prédio escolar se deve ao fato dos governantes municipais ter prometido a construção de uma escola na região.

No início dessa nova gestão administrativa com o Prefeito Uíter Gomes e a Secretária Lucimar houve alguns problemas, que no entanto, com alguma diplomacia e apoio legal logo foram superados. Também neste ano, houve a primeira eleição para diretora, chegaram mais professoras, a maioria inclusive, jovens que pertenciam a esta comunidade e que ao concluírem seus estudos básicos retornaram para trabalhar.

O sistema de gestão participativa continuou independentemente de haver uma diretora eleita, pois, o ideal de bom funcionamento já havia sido alcançado e só deveria ser aprimorado, o que continuou acontecendo cotidianamente. Ainda neste ano, após

insistentes solicitações nos diversos âmbitos administrativos a água encanada dos poços artesianos finalmente chegou às torneiras da Escola e da comunidade.

Neste ano choveu bastante e por isso optou-se por adotar de vez, o calendário adaptado à realidade climática e econômica que tão sabiamente a LDB propõe. Em meados de agosto houve um oferecimento de reforma do Barracão dos Formandos, por parte de uma equipe estrangeira, e que seria realizada no ano seguinte. E embora houvesse uma certa resistência por parte da prefeitura, a comunidade se posicionou fortemente aceitando de bom grado a oferta, além de também se prontificar a contribuir no que fosse necessário. Para que a comunidade se posicionasse houve consulta popular em reuniões específicas com alunos, funcionários e pais, para que se decidisse a questão.

Ano 2006

Em 2006, nas dependências da Escola do Sertão, após uma convergência singular de iniciativa comunitária, governo municipal e estadual, iniciou-se as aulas da primeira turma de 1º ano do Ensino Médio, em extensão com o Colégio Estadual Moisés Nunes Bandeira. Também neste ano, o Conselho Escolar em parceria com Ibama e Universidade Católica de Brasília num programa de Governança Ambiental, realizou o projeto “jovens aprendendo e empreendendo com o cerrado em pé”. Essa parceria além de melhorar o nível de relacionamento com o Ibama, também possibilitou a compra de alguns equipamentos para a escola, curso de Meliponicultura, palestra sobre o uso do cerrado em pé e a indicação de três alunos do Ensino Médio para o curso de Agrofloresta com duração de um ano.

Nesse período vale ressaltar a participação do Conselho Escolar que firmou uma parceria com o Sindicato Rural de Alto Paraíso e iniciou os treinamentos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural que eram realizados na escola e aberto à comunidade, desse modo variados cursos com alto conhecimento técnico foram oferecidos e partilhados pela Equipe Técnica e toda a comunidade escolar.

Em meados de outubro desse mesmo ano, a escola e o Barracão foram agraciados com a visita solidária de Stephanie Moore e 47 voluntários da Fundação Bobby Moore que reformaram o Barracão Comunitário, ali também construindo mais dois banheiros coletivos. Essa fundação é uma organização composta por voluntários ingleses que além de arrecadar recursos financeiros para pesquisa sobre o câncer no Reino Unido, também reformam escolas em localidades de difícil acesso e com poucos recursos. Assim, as paredes foram rebocadas e pintadas, o telhado foi trocado, um jardim e um parquinho com brinquedos e balanços foram construídos, realizando assim um dos sonhos dessa comunidade.



Ilustração 15: Reforma do Barracão - Fund Bobby Moore - 2006



Ilustração 16: Reforma do Barracão - Fund Bobby Moore - 2006



Ilustração 17: Barracão dos Formandos reformado - 2006

Também aqui deixaram, junto com a reforma e construção, uma fé maior no ser humano, uma crença inabalável de que tudo é possível quando se quer e que milagres acontecem, basta crer. Os Red Angels, porque usavam camisetas vermelhas, tornaram-se parte integrante da história desta escola para sempre, pois demonstraram com seu trabalho voluntário que uma comunidade local dependendo da ação também podia se tornar global.

Ano 2007

Em 2007, a Escola do Sertão no prédio escolar já contava com uma sala de vídeo, a secretaria junto com biblioteca que possui cerca de 2800 volumes arrecadados por doações particulares, cozinha e área de serviço; o Barracão dos Formandos inteiramente reformado pela Equipe Inglesa e comunidade, com 7 salas de aula funcionando em dois períodos, sendo um integral e outro noturno, 1 sala de professores, 2 banheiros coletivos e o 2º ano do Ensino Médio implantado.

Iniciou-se então, o sistema de Educação de Jovens e Adultos que se constituía até então, numa dívida com a população trabalhadora que desejava iniciar ou concluir seus estudos. Neste ano, mais uma vez houve eleição para diretora, onde a comunidade escolar participou efetivamente elegendo de forma democrática a representante legal da escola.

No final deste mesmo ano, mediado pela Chefe de Gabinete Lurdinha, a escola recebeu a doação de 6 computadores da Caixa Econômica Federal que, embora antigos estavam em boas condições de uso. Assim, mais uma vez os amigos da escola foram acionados para instalar os aparelhos e montar a sala de informática.

Ano 2008

Em meados de fevereiro de 2008, início do ano escolar, a secretaria de Educação fez nova interferência, dessa vez, alegando dificuldades financeiras na prefeitura impediu o correto funcionamento do período integral, diminuiu a remuneração docente e o envio de materiais de limpeza, deixando cerca de 86 crianças e adolescentes sem o benefício do almoço e das aulas do contraturno.

Como nas experiências passadas os ímpetos gerados pela consciência dos “direitos” foram contidos com duras lições pela gestão municipal, também foi aprendido que o rio só chega ao mar porque aprendeu a contornar obstáculos. Assim, diplomaticamente a conversação se estabeleceu no sentido de impor a própria realidade como recurso de defesa.

Mas o pior estava reservado para os últimos meses do ano, no final do mês de setembro três professoras e o vigilante noturno foram sumariamente demitidos, e a causa alegada era a contenção de gastos. Novamente a Equipe Escolar em defesa dos alunos prejudicados pela ação impensada e desmedida, se manifestou junto aos governantes municipais, mas não houve jeito. Assim, em reunião da Equipe Escolar ficou combinado que tais profissionais continuariam a trabalhar normalmente até o final das aulas e enquanto isso, seria lançada uma campanha para arrecadação de recursos financeiros para remunera-los. Embora essa campanha tenha sido bem recebida pela comunidade, andou a passos lentos, especialmente devido ao processo eleitoral que ainda estava se desenrolando no município.

Como saldo positivo, pode-se dizer ainda, que 2008 encerrou mais um ciclo de sonhos: a primeira turma de concluintes do 3º ano do Ensino médio e a primeira turma de

formandos de 9º Ano do EJA, algo inédito nessa região. Além disso, a união e o entendimento da Equipe Escolar foi fundamental para superar os momentos mais críticos que ali foram vivenciados.

Ano 2009

Este foi um ano de significativas mudanças tanto no município quanto na escola, tendo em vista a mudança de prefeito e principalmente, que no final do ano haveria mais uma eleição para a escolha do gestor educacional dessa instituição. Um interessante aspecto a ser ressaltado, foi a conduta do novo prefeito Divaldo Rinco, que no início do ano readmitiu os funcionários que no ano anterior haviam sido dispensados.

Evidentemente que as mudanças, sejam quais forem, geram inseguranças e tensões que são potencialmente reveladas no convívio cotidiano dessas pessoas. Assim, formou-se um palco extraordinário para a observação das relações internas e da possível continuidade daquele ideal de gestão educacional compartilhada na Escola do Sertão.

Compreendendo que a Gestão Participativa ainda é uma escolha feita pelos gestores, que embora pautada pela legislação, na prática ainda não é sujeita a obrigatoriedade, a principal questão era a forma como se daria a continuidade desse processo na instituição. Observou-se então que, o direcionamento foi mantido e a continuidade do processo estabeleceu-se naturalmente, inclusive quando se refere ao enfrentamento das adversidades que são inerentes ao cargo e a representatividade institucional dessa escola.

Nesse sentido, o transporte escolar foi mais uma vez, um dos principais agentes complicadores, tendo em vista que este, desempenha um papel primordial na garantia de oferta da educação básica na região. O ônibus e a Kombi, ambos de empresas terceirizadas, fazem o melhor que podem, no entanto, as vezes falta manutenção e para complicar, as vias de acesso estavam há alguns anos em estado precário.



Ilustração 18: Ônibus Escolar do Sertão - 2009



Ilustração 19: Esc. do Sertão - Formandos 2009

3.3 HISTÓRICO DAS CONQUISTAS COMUNITÁRIAS QUE SUPERARAM DESAFIOS

Como bem demonstra o histórico da região foco desse estudo, a população local e sua atuação frente aos problemas encontrados tem grande importância no resultado final, pois, diante dos obstáculos políticos e também daqueles que a própria natureza impõe, a comunidade mesmo na adversidade sempre encontrou um meio de sobreviver.

Como reflexo dessa postura encontra-se o pensamento coletivo em torno de algumas questões cruciais para a região que, independente de qualquer partidarismo ou crença possibilitou a união dos atores sociais num processo gradual de empoderamento, o que mais tarde diante de certos conflitos vivenciados na região, permitiu à comunidade tomar para si o poder de decisão.

Embora esse processo de participação, empoderamento e tomada de decisão tenha sido lento, talvez por isso mesmo tenha se tornado mais profícuo e internalizado em cada um daqueles atores. Sendo então, através da Gestão Participativa que no decorrer dos anos muitas ações independente das condições externas e especialmente aquelas mais conflitantes, eram compartilhadas e decididas consensualmente pela comunidade escolar, cujas bases se assentavam no benefício comum, no cumprimento dos deveres e no desenvolvimento sustentável da região.

Para o real cumprimento dessas bases, que estavam inclusive acima das querelas individuais, havia o desejo de ali viver tendo os seus direitos básicos respeitados, como é o caso de educação e saúde, e em melhores condições, ou seja, com acesso a energia elétrica, água potável, assistência técnica aos agricultores, transporte público e vias de acesso com manutenção regular. Além de querer viver com mais conforto e dignidade, essa comunidade desejava também estender aos filhos e netos essas possibilidades, bem como, criar reais oportunidades de permanência dessas gerações na localidade.

Dar continuidade às tradições familiares de convívio com a terra vivendo nesse ambiente mais saudável e equilibrado era um dos principais pontos de convergência dessa comunidade. Na prática o que se pode observar é que essa população, especialmente os agricultores familiares, desenvolveram um modo de vida que lhes permitia uma convivência estreita com o ambiente ao seu redor sabendo extrair dele apenas o que necessitava para sua sobrevivência, sem no entanto, destruí-lo completamente, como é o caso das carvoeiras e posteriormente pastagens ali estabelecidas por grandes proprietários de terras.

A busca por um desenvolvimento mais equilibrado e justo no meio rural, que atualmente pode ser chamado de sustentável, foi então a causa determinante de todo o

processo que se conflagrou na região. Embora tal processo inicialmente tenha sido destituído do conhecimento teórico vigente sobre Desenvolvimento Sustentável, na prática experienciada pode se reconhecer as semelhanças dos objetivos e ações que ambos compartilham e, por isso se achou conveniente ressaltar esse viés conceitual. Pois, conforme Sachs “não basta dizer que o desenvolvimento rural é necessário. Ainda é preciso mostrar que ele é possível” (Sachs, 2009, p. 340).

Pensando e atuando nesse tipo de desenvolvimento é que a Escola do Sertão, gradual e lentamente foi se constituindo e formando seu quadro coletivo institucional e conseqüentemente toda a comunidade escolar. Com a adequada formação e maturidade social desse grupo estabeleceu-se uma representatividade ímpar nessa localidade. E foi também dessa forma que pode contribuir eficazmente tanto para o enfrentamento dos desafios oriundos do sistema governamental, quanto para as subseqüentes conquistas comunitárias que se encontram elencadas nos Quadros 3.1, 3.2 e 3.3 respectivamente.

Como exemplo dessa preocupação com o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida em toda a região, o aluno Adenailton da 5ª série, no ano 2000 escreveu para o jornalzinho da Escola “Notícias do Sertão”, que está em anexo, a seguinte matéria:

...o Sertão está precisando de um reforço em várias áreas, mas principalmente um ônibus para carregar as pessoas para a cidade. As vezes as pessoas ficam um ou dois dias na beira da estrada, esperando carro para ir para a cidade. [...] outro problema também grave, é a situação das estradas que estão muito ruins, péssimas mesmo, está precisando dar uma arrumada nelas, [...] já que estamos no assunto, para quando é a instalação da energia elétrica no Sertão?

Em relação ao Ensino Básico ofertado em 1999, pode-se dizer que nos últimos dez anos muito se avançou pois, diante de todas as dificuldades encontradas a Equipe Escolar soube criar as oportunidades de crescimento e obter relativo sucesso. Tais conquistas vão desde o atendimento aos adultos em período noturno, passando pela formação continuada e acadêmica dos profissionais locais, até implantação do Ensino Médio em Extensão com Colégio Estadual e o retorno de egressos para integrar à Equipe Escolar, como se encontra explicitado logo abaixo (Quadro 3.1).

Como podem ser observadas nesse quadro, algumas ações não contém datas e nem períodos específicos porque além de serem processos contínuos, também foram se recriando e aperfeiçoando ao longo do tempo. Enquanto que outras foram específicas e pontuais. Há ainda aquelas que independente de prazos ou períodos exigem uma manutenção cuidadosa e periódica.

Situação anterior	Papel da Gestão Participativa	Resistências / limitações	Conquistas posteriores/período
1. Apenas a 1ª fase do E. F. e Educação Infantil desde 1988.	Aproveitamento dos funcionários existentes	Resistência à contratação de professores	- Implantação do E. F. de 2ª fase em 1999 - Retorno de famílias à localidade
2. Escola no sistema multisseriado (ilustração 2)	- Pressão para contratação de mais funcionários	Resistência na contratação de novos professores	- Divisão de turma multisseriada em 1998
3. Inexistência de EJA no período noturno	- reuniões do CES - visita e pedido de tribuna à Câmara de Vereadores	Falta de recursos humanos e financeiros	- Implantação de EJA, 2ª fase do E. F. e E. M em 2006 no período noturno
4. Ausência de atendimento em turno integral	- reunião de Pais - cadastramento das famílias	alunos trabalhavam em seus domicílios	- Implantação da Jornada Ampliada/PETI em 2004
5. Número limitado de docentes	- ofícios com base na legislação e visitas ao prefeito e secretários	Poucos alunos por série	Aumento de funcionários a partir de 2000 e formação da Equipe Escolar
6. Professores leigos e ausência de formação acadêmica específica	- reuniões/ofícios com base nas leis e visitas ao prefeito e secretários	dificuldade no deslocamento dos professores	- Formação continuada do coletivo institucional pelos professores mais antigos - Formação acadêmica na UEG, UNITINS e UAB
7. Ausência de formação docente específica e desinformação do coletivo institucional	- Reuniões pedagógicas e mini cursos locais - parceiro/amigo da escola remunera funcionários - parceria com sindicato rural e Senar - professores monitores	formação acadêmica insuficiente e falta de recursos	- Parceria com pousada Portal da Chapada - Retorno de ex-alunos como funcionários a partir de 2003
8. Limitada quantidade de materiais pedagógicos, didáticos e demais equipamentos	- visitas e solicitações ao prefeito, secretariado e câmara de vereadores - realização de parcerias com amigos da escola para transporte e manutenção	- dificuldade de liberação e transporte de equipamentos de informática - falta de profissional p/ fazer manutenção - Verba em conta da SMEC para compra conjunta	- implantação de sala de informática em 2007 - parceria com Apromas para utilização de equipamentos de cozinha - compra individual, direta e anual de materiais

Quadro 3.1 - Conquistas Comunitárias no Ensino Básico da Escola do Sertão
Fonte: Arquivos EMSAP / SMEC. Outubro 2009.

Em relação aos serviços de apoio ao ensino e à gestão escolar (quadro 3.2), sua função primordial era dar base e sustentação às atividades educativas e pedagógicas desenvolvidas na instituição. São atividades fundamentais para o correto funcionamento da instituição e por isso mesmo não podem ser descuidadas e nem subestimadas.

Como oferecer um ensino de qualidade e obter o devido retorno, com alunos famintos e cansados de longa caminhada ao sol abrasador ou mesmo debaixo de chuvas torrenciais? Da mesma forma é impensável um estabelecimento educativo no meio rural que não possua biblioteca, estrutura física adequada, calendário apropriado e uma razoável autonomia administrativa e gerencial.

Situação anterior	Papel da Gestão Participativa	Resistências / limitações	Conquistas posteriores/período
1. Alimentação Escolar deficiente	- realização de bazar p/ troca de roupas (doadas) por alimentos - poesia de alunos enviada ao prefeito e secretaria - participação no CMA	- Falta de recursos financeiros p/ compra de mantimentos do almoço - verba limitada para merenda escolar	- Lanche noturno em 2007 - almoço em 2004 - café na pré-escola em 2008
2. Inexistência de Biblioteca	- pedido e recolhimento de doações individuais	Falta de recursos financeiros	Implantação de biblioteca (3000 volumes até 2009)
3. Transporte Escolar limitado	- tribuna/visita na câmara de vereadores	Falta de recursos financeiros	transporte escolar (ônibus e kombi) início em 2001 e exigiu constância até 2009
4. Ausência de autonomia administrativa	- reuniões de pais e com secretária de educação	- falta de secretária e de treinamento - distancia e isolamento	- constituição da Unidade Executora em 2001 - implantação de secretaria escolar em 2002
5. Descumprimento do calendário oficial provocado por questões climáticas	- estudo da LDB - visita ao advogado parceiro - apresentação na câmara	- visão antiga do calendário escolar - falta de conhecimento	- adaptação do calendário ao período de seca conforme legislação a partir de 2005
6. Inexistência de Conselho Escolar ou associação de Pais e Mestres	- reuniões de pais - pesquisa e estudo das leis	-conhecimento jurídico limitado - perda de poder	- constituição do Conselho Escolar em 2001 - compra individual de materiais pedagógicos a partir de 2003
7. Isolamento geográfico, inexistência de estrutura física de funcionamento e dificuldade de acesso ao local	- elaboração e distribuição de jornalzinho escolar - visita a potenciais parceiros e tribuna na câmara de vereadores - pedidos de doações - mutirão para a construção	- Falta de recursos financeiros para construção - falta de profissionais da área de construções - terreno apropriado e documentado	- Construção do Barracão dos Formandos em 2002 - recebimento de doações e materiais pedagógicos -Parceria com Sindicato Rural e Senar
8. Inexistência de parceiros e estrutura física insuficiente	- visita a potenciais parceiros e tribuna na câmara de vereadores - reunião p/ consulta oficial à comunidade sobre a construção e os conflitos - pedidos de doações ao público em geral - mutirão da comunidade escolar	- Falta de recursos financeiros para construção - falta de engenheiro e pedreiro profissional - conflitos com a prefeitura pela posse do terreno - visita de vereadores e secretários para coagir a comunidade	- Barracão comunitário reformado e ampliado pela Fundação Bobby Moore, Travessia Ecoturismo e comunidade escolar em 2006 - implantação de jardim e parque infantil - melhoria geral das instalações físicas

Quadro 3.2 - Conquistas Comunitárias para Serviços de Apoio ao Ensino Básico da Escola do Sertão
Fonte: Arquivos EMSAP / SMEC. Outubro 2009.

Independente da situação das escolas rurais do país é preciso vê-las como um farol que mesmo com fraca luz, ainda pode se reacender oferecendo um serviço de qualidade à população local. São experiências como essas que podem contribuir eficazmente para que as políticas educacionais para o meio rural sejam estruturadas de forma mais assertiva.

Outro importante aspecto a ser ressaltado na questão educacional no campo é a relação intrínseca do nível de qualidade do atendimento escolar com a infraestrutura local. Como estabelecer novos conceitos de desenvolvimento e valorização do meio rural se não

há energia elétrica, banheiros e nem água potável nos domicílios e mesmo nas escolas locais? A inexistência de atendimento de saúde nas comunidades e a falta de manutenção das vias públicas de acesso às localidades, quase sempre determinam sua exclusão dos direitos individuais que os tornam cidadãos capazes de lutar por seus ideais. De onde se conclui que a oferta dos serviços básicos é inerente ao conceito de sustentabilidade no campo conforme apresentado abaixo (quadro 3.3).

Situação anterior	Papel da Gestão Participativa	Resistências / limitações	Conquistas posteriores/período
1. Escola pequena (2 salas de aula) e sem alojamento	- reuniões de pais e visita ao prefeito e secretário - tribuna na câmara	- falta de recursos financeiros para construção	Ampliação e reforma de prédio escolar p/ alojar nova professora em 2003
2. Inexistência de transporte coletivo	- solicitações a prefeitura p/ facilitar o transporte de professores estudantes	- estradas precárias - Falta de recursos financeiros	- concessão de linha p/ transporte coletivo particular
3. Falta de manutenção das vias públicas de acesso à escola e região	- visitas e solicitações ao prefeito, secretariado e câmara de vereadores - relatório do transporte escolar	- Falta de recursos financeiros - impossibilidade da prefeitura atuar em rodovias estaduais	manutenção anual das estradas vicinais e Go 239
4. Inexistência de Posto e atendimento de saúde	- visitas e solicitações ao prefeito, secretariado e câmara de vereadores - liberação de uma sala na escola para o atendimento médico mensal - reunião com agente de saúde local	- dificuldade de acesso - estradas precárias - Falta de recursos humanos e financeiros	atendimento médico mensal na escola e região a partir de 2003 até os dias atuais (exceção é quando as estradas estão intransitáveis)
5. Inexistência de rede de energia elétrica	- reuniões de pais - solicitações ao prefeito e câmara	- distância da linha existente	energia elétrica para toda a região em 2003
6. Falta de Abastecimento de água potável nos domicílios	- greve dos funcionários da escola - visita da comunidade escolar à câmara municipal - organização de mutirão para instalação dos canos	Falta de recursos financeiros para compra das mangueiras e canos	água encanada e 2 poços artesianos para a escola e comunidade (perfurado em 2001) funcionamento em 2005

Quadro 3.3 - Conquistas Comunitárias na Infraestrutura da região do Sertão

Fonte: Arquivos EMSAP / SMEC. Outubro 2009.

Analisando a importância dos quesitos Ensino Básico direcionado, serviço adequado de apoio ao ensino, implementação de infraestrutura local e reconhecendo a Gestão Participativa como coadjuvante do processo que permeou todas essas atividades, bem como, o alcance positivo desses resultados, é possível visualizar seu potencial transformador da realidade sociocultural na região onde se encontra inserida tal instituição escolar.

Considerando que tais resultados foram atingidos num espaço temporal de dez anos, e que nesse período superou os principais obstáculos alcançando assim um relativo desenvolvimento comunitário, parece ser um bom exemplo de dinamismo regional, mas

ainda não é o suficiente para o que se pretende. Pois, de maneira geral o que se revela até aqui ainda não incorpora a preocupação mundial latente em relação as questões ambientais.

Dessa maneira, esmiuçando melhor a experiência relatada (quadro 3.4) pode se verificar algumas ações, que embora de igual importância, não cabem nos quadros anteriores por se referir ao campo conceitual de outra temática. Refere-se a maneira principiante e leiga, embora positiva, com que tal instituição se envolveu e inicialmente tratou as questões ambientais da localidade.

Nesse caso, o que se percebe de diferente na relação dos habitantes tradicionais com o ambiente natural, especialmente os pequenos agricultores, era uma compreensão inequívoca da relação de interdependência e troca com a natureza ao seu redor. O que não era o caso dos “chegantes” que, embora tivessem uma situação financeira mais estável não possuíam tal relação com a terra. Como a maioria do alunado da instituição era composta pelos descendentes das famílias que habitavam tradicionalmente aquela região, o que foi um componente essencial para o entendimento das novas idéias, as atividades de cunho ambiental propostas pela Escola do Sertão foram recebidas favoravelmente. É bem verdade que o IBAMA não possui boa fama nas áreas rurais e nem detém muita popularidade com os agricultores, mas foi nessa situação que as ações que primaram pela conscientização ambiental prosperaram.

Inicialmente receosos com essa proximidade com os gestores do PNCV, que também eram fiscais do IBAMA, a escola foi a base neutra de convivência e diálogo com a comunidade escolar, tanto para palestras e visitas ocasionais quanto implementação de projetos com ideais conservacionistas (quadro 3.4). Interessante observar que à medida que os anos foram se passando, foi se instalando uma convivência pacífica entre os fiscais que visitavam a escola e a população local. Vale ressaltar que, no decorrer desses anos o que determinou, e de certa forma influenciou negativamente a continuidade dessa convivência foi a alternância de poder e atitudes muito variadas dos chefes do PNCV.

Assim, a Escola do Sertão já com algum embasamento teórico pode intervir com certa propriedade nas questões que mais afetavam a comunidade local. Não realizou milagres nem desenvolveu projetos grandiosos mas, oportunizou a inserção de disciplinas específicas na grade curricular, a participação de professores e alunos em variados eventos de cunho ambiental e conseqüentemente a saída do isolamento cultural.

Além disso, contribuiu para a formação específica da comunidade em cursos técnicos voltados para a valorização do plantio orgânico e conservação dos mananciais, aproveitamento de recursos naturais para artesanato, alimentação e saúde, e também para

inserção de novas tecnologias em consonância com a legislação vigente.

Situação anterior	Papel da Gestão Participativa	Resistências / limitações	Conquistas posteriores/período
1. Isolamento e limitação de contatos externos	- representação forte de associações de agricultores - apoio logístico à implantação dos projetos	- inexistência de recursos para implementação de projetos	- Representatividade no TCCV em 2007 - Aprovação de agroindústria e casa do mel para a região em 2009
2. Desconhecimento da legislação sobre a preservação das nascentes	- Convite ao IBAMA local (PNCV) para palestras e visitas periódicas na escola desde 1991	- Medo de repressão legal sobre a comunidade - Aumento das pastagens em direção aos riachos e nascentes	- Visitas periódicas do Ibama e palestras realizadas na escola em 1992 e 2006 - Proteção às nascentes e matas ciliares
3. Ausência de disciplinas com teor ambiental	- Solicitação ao Sindicato Rural para inclusão em programas e formações específicas - Incentivo à participação no programa de conservação ambiental Agrinho/SENAR	- Ausência de material didático - Desconhecimento do assunto e despreparo dos docentes	- Aplicação de cursos voltados ao aproveitamento de recursos naturais, novas tecnologias de produção e de temática orgânica - Implantação de disciplinas específicas na grade curricular
4. Apenas restrições ambientais impostas pela zona de amortecimento do PNCV	- Participação em projeto da Universidade da Califórnia em Berkeley via UCB - Intercâmbio de alunos locais com outros da Universidade do Texas em Austin em visita no PNCV	- Dificuldade de comunicação em língua inglesa - Autorização dos pais para viagem e alojamento no PNCV - Dificuldade de deslocamento	- Desenvolvimento conjunto de projetos de conservação ambiental (PNCV, CES e UCB) 2006 - Visita ao PNCV em intercâmbio com alunos estrangeiros 2009
5. Inexistência de contatos com Ibama/PNCV e ONGs	- Participação em concurso promovido pelo PNCV - Visitas de alunos e professores ao PNCV	- Dificuldade de acesso e deslocamento	- Participação de alunos em formação prática em Agrofloresta – PNCV e MMA - curso de Agroextrativismo em 2009
6. Inexistência de assistência técnica e falta de incentivo tecnológico aos agricultores	- Parceria com órgãos de pesquisa - Apoio à implementação de experimentos - Apoio aos eventos - Coordenação local do projeto e seminário	- Inexistência de alojamento - Dificuldade de acesso e deslocamento - conflitos políticos sobre origem e plantio de café	- Implementação de experimento café (EPAMIG, EMBRAPA café, CES) 2007 - Formação local prática em cafeicultura orgânica 2007 - Instalação de viveiro e doação de mudas em 2008
7. Desconhecimento da legislação e dos procedimentos jurídicos	- Implementação de projeto de cidadania na escola	- Receio da comunidade - Dificuldade de acesso e deslocamento	- Implementação do projeto na escola e comunidade - Visita e palestra do Juiz de direito na escola em 2003

Quadro 3.4 - Conquistas Comunitárias na Conservação e Conscientização Ambiental

Fonte: Arquivos EMSAP / SMEC. Outubro 2009.

Outro aspecto de algumas das ações explicitadas no quadro acima, se deve principalmente aos objetivos de implantação de projetos específicos, tais como, o de Implementação de Cafeicultura Orgânica para a Agricultura Familiar no município de Alto Paraíso. Esse projeto está sendo realizado em parceria com EMPRAPA Café, CBP&D/Café, EPAMIG, Prefeitura Municipal e 3 comunidades rurais, sendo que, um dos experimentos está sediado nas proximidades e sob a responsabilidade do CES e Escola do Sertão. O

projeto iniciou-se em meados de 2007 visando fornecer novas tecnologias de produção no sistema participativo aos agricultores locais e, também avaliar os materiais genéticos tanto das cultivares locais, quanto de 27 das melhores variedades de café do país para verificar sua adaptação nos diferentes climas do município.

Uma vez que a região do Sertão é a mais quente do município, é nesse quesito em particular que se fundamenta a principal expectativa dessa comunidade, pois através desse experimento que também está instalado em áreas de clima mais ameno, será possível determinar que variedades estarão mais adaptadas e com melhores chances de sobrevivência e produção em tempos de aquecimento global acelerado. Visto dessa maneira, o experimento ali implantado tanto será um banco de sementes geneticamente testadas para posterior plantio, quanto um passo adiante na estratégia de adaptação de comunidades rurais às alterações climáticas e ao uso sustentável da biodiversidade.



Ilustração 20: Dia de Campo no Experimento Café - 2009

Além disso, esse experimento demonstra que a melhor solução para o enfrentamento das mudanças climáticas no meio rural, passa pela interação entre as Universidades, instituições de pesquisa e escolas rurais. Desse modo, à medida que os projetos estiverem sendo implementados, os potenciais beneficiários já estariam participando e detectando as eventuais falhas do processo. Isso reduziria as externalidades negativas do projeto e transformaria o desafio ambiental em oportunidade de promover reais estratégias de desenvolvimento sustentável na região.

Naturalmente que os projetos de agrofloresta, bem como o de meliponicultura fazem parte de um ideal maior que a Escola do Sertão anteriormente elegeu. Trata-se de manter o foco em seus objetivos que são semelhantes aos elencados por Sachs como “...relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento

sustentável” (Sachs, 2002, p.35). O diferencial nesse caso é que as escolas rurais teriam como incumbência iniciar o processo nas comunidades, apoiando-se numa série de políticas complementares, incluindo-se ali a Gestão Participativa como relevância social.

O caso aqui apresentado, nada mais é do que um incentivo, para que outras escolas rurais se reinventem como instituição educativa a serviço da melhoria da qualidade de vida dos povos do campo, e em consonância com a conservação da biodiversidade. É também uma demonstração das reais potencialidades desse tipo de estabelecimento que encontra-se inserido nas diversas regiões brasileiras, bastando para isso que políticas adequadas sejam direcionadas para esse setor e assim será possível observar as ilhas de sustentabilidade se multiplicarem pelo país.

3.3.1 Aplicação prática da Gestão Participativa escolar

O A experiência de Gestão Participativa vivenciada na Escola do sertão deu-se através da necessidade premente de se resolver algumas questões de ordem prática que surgiam no cotidiano escolar. Tais questões eram tanto de cunho pedagógico quanto administrativo, o que de certo modo dificultava ainda mais as decisões a serem tomadas. O fato dessa instituição estar distante da zona urbana, localizada em área de difícil acesso e sem os serviços básicos tais como eletricidade, comunicação, água canalizada e transporte coletivo, também contribuíram de forma decisiva para a quebra dos paradigmas educacionais dessa região, bem como, expandiu a consciência dos funcionários locais acerca dos reais limites impostos ao funcionamento de uma pequena escola sertaneja.

Para ser mais fiel à realidade dos fatos, esse processo não apenas resolveu parte dos problemas imediatos como suplantou todas as expectativas criadas pela população local ao ser implantada a escola pólo que substituía as anteriores multisseriadas.

Diante de tantos fatos conhecidos que atestam a veracidade desse desenvolvimento, torna-se necessário ressaltar pelo menos os mais expressivos, como a ampliação do atendimento escolar para a segunda fase, o ensino médio e a educação de jovens e adultos no período noturno, a abertura e posterior canalização de poço artesiano para a escola e comunidade, a implantação do período integral com almoço incluso e o transporte escolar com dois veículos.

Embora pareça ter sido fácil alcançar esses resultados, é preciso que se diga que, além das dificuldades elencadas anteriormente houve ainda variados e numerosos conflitos, tanto internos quanto externos. Todos resultaram em mudanças, alguns em melhorias, outros em transformação ou adequação e houve ainda aqueles que cortaram na carne e

foram radicalmente extintos.

Também é digno de nota, o fato dos professores terem cursado o ensino superior ao mesmo tempo em que trabalhavam, assim podiam aplicar na prática e de imediato os novos conhecimentos e técnicas aprendidas na academia. Foi muito útil e oportuno o surgimento dos cursos de Licenciatura Plena Parcelada oferecidos pela Universidade Estadual de Goiás, como também está sendo os da Universidade Aberta (UnB e UFG), onde alguns desses professores ainda estão cursando Letras e Pedagogia.

Outro fato extremamente importante foi a realização de parcerias e a participação efetiva dos Amigos da Escola do Sertão, que deram uma nova dimensão de comunidade local e externa. Alguns vieram por ouvir a história da escola, outros para dispor de algum bem que por ventura servisse e há ainda, quem pague mensalmente por um funcionário que presta serviço diário no ambiente escolar.

Nesse contexto em particular, pode-se afirmar que essa instituição ao experimentar variados métodos de funcionamento, se reinventou como entidade estudantil pois, o que se almejava inicialmente era apenas garantir os direitos básicos daquela população e oferecer o melhor ensino àquela clientela, ou seja, o objetivo central era a sobrevivência e utilidade da instituição na localidade assim justificando todas as estratégias utilizadas.

O processo de gestão dessa unidade como foi dito anteriormente, iniciou-se pela crescente necessidade de resolver as questões diárias e por vezes cruciais do cotidiano escolar. Como essa escola pólo foi a junção das escolas Água Branca, Murici e Parida, todas independentes, que tanto tinham seu próprio sistema de funcionamento quanto o profissional específico que determinava suas regras, não foi uma tarefa simples nem rápida a união regular e processual das escolas. Fisicamente estavam unidas mas, no funcionamento era cada uma de um jeito.

Cada professora foi indicada para uma turma e ali as regras e horários também eram determinadas por aquela professora. O único ponto de ligação entre todos era a merendeira que servia o lanche nas salas de aula. O secretário de educação devido às suas múltiplas funções poucas vezes visitou a escola e, embora contribuísse de forma eficaz para o bom funcionamento da escola ainda assim não era o suficiente, pois havia questões internas que necessitavam de uma atenção especial diária e rotineiramente.

Aos poucos a situação foi tornando-se insustentável, pois os alunos foram percebendo a dissociação das salas de aula e a ausência de uma liderança que unificasse as regras, o que propiciou pequenas intrigas e certa indisciplina. Assim sendo, numa tarde após as

aulas, em meados de setembro de 1999, as professoras que já estavam incomodadas com tal situação reuniram-se para resolver as pendências e na medida do possível tentar solucioná-las.

Após certo desconforto inicial as questões foram objetivamente colocadas, as razões, os interesses e os objetivos comuns foram apresentados, discutidos e devidamente acertados. Como o secretário de educação anteriormente houvesse informado sobre a impossibilidade de enviar uma diretora da zona urbana, as professoras resolveram de comum acordo eleger também entre elas uma professora responsável, sendo então definida nessa mesma oportunidade as especificidades, o prazo e a sequência da função.

Por serem inexperientes nesse tipo de ocupação e ainda por ser cumulativo com a docência ficou definido que cada professora ocuparia a função por um período de três meses. Sendo então escolhida para ser a primeira a exercitar essa liderança àquela que tinha sugerido a ideia. Nesse dia, por instinto de sobrevivência do grupo, iniciou-se o processo de formação da Equipe escolar do Sertão. A professora responsável reuniu-se então com o secretário de educação onde expôs detalhadamente os acertos internos da escola, no que ele concordou informando porém, que não haveria remuneração para essa função. Nessa época havia 67 alunos de Pré- Escola a 5ª série do Ensino Fundamental, 4 professoras, incluindo a responsável, 1 merendeira que também fazia a faxina e 1 motorista que dirigia uma kombi, o único veículo escolar que transportava cerca de 26 alunos em cada viagem.

Pode-se dizer que nesse período as principais expectativas da Equipe escolar foram atendidas, pois, as solicitações de materiais e lanches foram feitas por escrito e diretamente ao Secretário de educação, sendo as mesmas regularmente atendidas. As reuniões de pais foram realizadas independentemente das visitas esporádicas do Secretário, o cardápio do lanche passou a ser planejado, escrito e disponibilizado; o estoque de mantimentos foi controlado e implementado com o recebimento de contribuições semanais dos alunos. Outro aspecto a ser ressaltado foi a nova dinâmica de convivência entre os funcionários, pois, instalou-se internamente uma rotina de reuniões quinzenais da equipe.

Tais reuniões tinham como finalidade avaliar o funcionamento geral da escola, bem como replanejar a quinzena seguinte com base nos erros e acertos da quinzena anterior. Assim foi que em meados de agosto de 1999, já no período eleitoral, os candidatos a prefeito foram convidados pela professora responsável para participarem de uma reunião de pais e ali expor suas pretensões políticas, tanto para aquela região como para o futuro imediato da Escola do Sertão.

O sistema de gestão escolar participativa permanecia o mesmo já que não havia diretora oficialmente designada para esta localidade, além disso, o sistema que havia sido provisório foi sendo aprimorando com o passar do tempo e cada vez funcionando melhor. Embora os funcionários fossem aumentando havia uma dinâmica de participação do grupo que era contagiante e assim os novatos acabavam se incorporando ao novo estilo de administração.

Nesse aspecto, vale a pena ressaltar que a postura democrática engajada com o crescente conhecimento das leis educacionais garantiu a permanência e a fixação da escola na região. Um outro fator que pode ter contribuído foi a integração dos profissionais mais antigos com aqueles menos experientes que chegavam.

A formação didática do grupo foi fortalecida pelas reuniões semanais de orientação e planejamento pedagógico, nessas ocasiões todos os problemas eram tratados partindo de uma perspectiva de aprendizado prático em que os professores mais experientes compartilhavam seus saberes com os mais novos. Nesse caso em particular, pode ser observado que os docentes que eram ex-alunos da escola tinham maior facilidade de entendimento e aplicavam com mais eficiência e rapidez as práticas adquiridas.

Essas reuniões na prática funcionavam como um sistema de formação continuada dos professores em seu local de trabalho, pois tinham como base os problemas reais vivenciados no dia a dia da instituição. O estudo sistemático de textos variados e demais documentos que orientavam as bases nacionais da educação foi de fundamental importância para o crescimento e formação coletiva da equipe escolar no desempenho de suas funções.

Na administração funcional da instituição, variadas questões podem ser elencadas como entraves burocráticos que dificultaram o correto funcionamento da escola, tais como, a dificuldade de comunicação com a secretaria de educação por falta de meios de comunicação, a inexistência de veículo para o transporte mensal e ou semanal de lanche, material de limpeza e correspondência, a escassez dos recursos financeiros tanto para compra de livros, móveis e demais utensílios, quanto para a contratação de profissionais devidamente formados para executar os trabalhos administrativos.

À medida que as dificuldades iam surgindo também eram compartilhadas com a equipe escolar, os alunos e os pais. Todo o processo de crescimento e superação dos problemas foram vivenciados pela comunidade, não havendo assim, segredos nem meio termos nas relações locais. Talvez por isso, nada tenha havido que pudesse impedir o progresso contínuo daquela escola. Pelo menos, nada tão sério. Mas, nem por isso foram

impedimentos reais ao desenvolvimento escolar.



Ilustração 21: Reunião Pedagógica - faz. Sta. Clara - 2001



Ilustração 22: Encontro de Formação - PCNs - 2004

Alguns problemas eram frequentes, tais como o transporte escolar que a princípio era uma kombi, depois duas vans e finalmente um ônibus e uma kombi. O fato desses veículos serem antigos, em péssimas condições de uso e com alguns problemas elétricos e mecânicos, contribuiu para falhas de inúmeros dias do ano letivo. Desse modo, era altamente necessário que houvesse uma reposição se não de aulas pelo menos de conteúdo, o que só poderia ser feito no horário vespertino do funcionamento integral. Iniciou-se então uma nova e demorada negociação entre as partes: Escola do Sertão versus Governo Municipal.

Nesse ínterim, embora desmotivados financeiramente, a Equipe Escolar em reunião específica para este fim, decidiu à revelia do governo municipal voltar o funcionamento integral da escola, independente dos valores a receber posteriormente.

3.3.2 A análise dos conflitos entre atores

Um dos primeiros conflitos que a instituição enfrentou, foi ainda em 1999, no primeiro ano de funcionamento da escola polo e diretamente com o poder legislativo de dois municípios. Alguns vereadores pertencentes ao município de Alto Paraíso consideraram que aceitar alunos de outros municípios traria prejuízos, pois as verbas públicas destinadas à educação são de pouca monta e assim, essa clientela externa iria sobrecarregar financeiramente o município. Por outro lado, alguns vereadores de municípios vizinhos alegavam que se os alunos viessem para essa escola, os recursos a eles destinados deixariam de cair na conta de seus próprios municípios e Alto Paraíso é que lucraria.

Nesse caso, nem é preciso salientar que a situação dos discentes, motivação principal da questão, era pouco comentada nas Câmaras, pois o foco da discussão era os repasses dos erários públicos para os cofres municipais e não o alunado local. Tais alunos, oriundos de propriedades, acampamentos e núcleos populacionais vizinhos, haviam terminado a quarta série do Ensino Fundamental em suas próprias escolas e agora desejavam cursar a série seguinte. Cujo acesso só era possível de ser feito na Escola do Sertão, já que, ela era a única escola de toda aquela região que oferecia a quinta série.

Reconhecendo que o sistema educacional brasileiro é único e que os municípios são partes de um todo, a equipe escolar mesmo contrariando alguns direcionamentos achou por bem enfrentar a situação e matricular oficialmente tais estudantes. O fato foi informado aos vereadores através de um discurso na plenária da câmara, onde as leis educacionais fez frente aos preconceitos políticos, e a decisão de aceitar alunos oriundos de outros municípios prevaleceu até os dias atuais, especialmente porque ela era a única escola naquela região que oferecia o ensino fundamental completo e posteriormente o Ensino Médio .

Para a Equipe Escolar seria impossível ignorar a realidade que ali se apresentava, pois, no meio desse conflito político havia vários adolescentes aptos à 5ª série do Ensino Fundamental que já enfrentavam variadas adversidades apenas por querer estudar, como por exemplo, levantar-se às 4 horas da manhã, andar e ou pedalar por até 8 km até as margem do rio Macaco que nem sempre estava raso, depois atravessá-lo e só então pegar o transporte escolar para percorrer mais 20 km e então chegar a escola às 7 horas da manhã. Esse era o percurso cumprido e repetido diariamente por esses alunos que, após o término das aulas retornava aos seus domicílios da mesma maneira.

Tendo em vista o horário em que esses alunos chegavam em casa, logo se pensou numa solução viável, tanto para se diminuir a restrição alimentar a que eles eram submetidos, quanto para lhes dar uma formação mais adequada no contraturno. Esse foi portanto, um dos motivos para a implantação do período integral na referida escola. Outra motivação foi a implantação de disciplinas extra-curriculares direcionadas aos interesses locais que extrapolavam o horário usual de apenas um turno.

Diante de tais fatos é possível afirmar que, a gestão escolar participativa foi o núcleo de amadurecimento desta comunidade isolada que se tornou autônoma por absoluta necessidade. Embora sempre tenha havido algumas discordâncias com a prefeitura, a partir de 2003 por haver questões políticas em jogo, os conflitos se acentuaram. No entanto, o Conselho Escolar através de seus representantes utilizando-se da legislação educacional

vigente e do poder de voto, foi firme em suas posições e assim prevaleceu os ideais defendidos pela comunidade escolar.

No ano seguinte com nova administração municipal, que, embora tivesse compromisso firmado com ambos os candidatos, de que a escola teria continuidade tal como era, houve várias interferências por parte do novo secretariado e daí surgiu um princípio de retrocesso. Novamente a comunidade escolar se fez ouvir pelos governantes municipais e o funcionamento da escola voltou a normalidade.

Um dos fatores que mais contribuíram para a continuação do funcionamento escolar foi a utilização didática da Constituição Brasileira e legislação educacional. Se esse conhecimento foi fundamental para a garantia dos direitos básicos do alunado local, também foi eficaz quando precisou esclarecer aos governantes sobre suas obrigações legais com a prestação dos serviços educacionais na região. De um modo geral, pode-se dizer que as discussões ou até mesmo as discordâncias conflituosas ocorreram num clima diplomático, onde se procurou obter apenas os melhores resultados, já que a Escola do Sertão, através de seus responsáveis legais sempre primou por manter um relacionamento cordial com todas as partes envolvidas nos conflitos.

As divergências com os governantes locais em algumas ocasiões ocorreram por questões políticas e totalmente fora do contexto educacional. Embora houvesse momentos tensos, na maioria das vezes a necessidade da escola era gritante e a comunidade se unia e através da lei, diplomaticamente se fazia ouvir e ser respeitada. Também agiram de forma efetiva nas cobranças pelos direitos básicos de lanche, água, energia elétrica e melhoria das estradas vicinais e GO. Utilizou para esse fim, variados meios, desde ofícios, jornalzinho da escola, tribuna na Câmara, poesias no mural, reuniões formais e informais, festas e demais oportunidades que surgissem. O assunto era de todos, pois independente de questões pessoais o que estava em jogo era o bom funcionamento da Escola do Sertão.

Outro aspecto a ser considerado surge do protagonismo escolar no sentido de se envolver diretamente com todas as questões que envolviam a região, desde a vacinação de crianças e idosos até a manutenção de todas as vias de acesso ao local. Situações conflituosas surgiram na medida que certas intervenções externas, especialmente da prefeitura, eram feitas à revelia dos interesses da comunidade, como exemplo pode-se citar a tentativa de impedir o plantio de mudas de uma nova variedade de café em pequenas propriedades locais. Embora as mudas tivessem sido compradas individualmente por associados da Apromas, a alegação era de que o município não queria aquela espécie de café na região, mas também não ofereciam outras, e assim o técnico que era voluntário foi

sugestionado a partir.

Como as mudas, compradas na EMBRAPA-Cerrados já estavam plantadas, sendo então impossível devolvê-las e evitar, tanto o prejuízo financeiro quanto o desgaste emocional, os agricultores preparavam-se para agir ostensivamente contra a prefeitura quando então, utilizando-se de certos conhecimentos legais e dos efeitos da mídia, a escola envolveu-se na questão se posicionando a favor deles e da implantação de um novo experimento de café na região. Ou seja, a situação outrora conflituosa possibilitou um saldo positivo e com excelentes resultados para a comunidade que atualmente se beneficia do conhecimento das novas tecnologias para o plantio de café na região.

Esse é mais um exemplo de como uma comunidade escolar que prima pelo diálogo aberto e pacífico pode contribuir positivamente para o desenvolvimento de regiões distantes e esquecidas pelo judiciário e pelo poder público. Demonstra também que a participação efetiva da escola e seus responsáveis diretos podem minorar, se não resolver situações conflituosas que por ventura surjam em suas localidades. Outro fator importante é o conhecimento e a habilidade de negociar diplomaticamente com todas as partes envolvidas, como foi o caso da reforma do Barracão dos Formandos em meados de 2006.

Nessa situação, onde inicialmente não se imaginaria o surgimento de contrariedades por parte da prefeitura pela obtenção da reforma do Barracão, foi onde surgiu um dos maiores conflitos. Esse Barracão que fora construído e ampliado com recursos próprios da comunidade sertaneja e, até os dias atuais está cedido para o desenvolvimento das atividades da Escola do Sertão, foi palco de uma negativa e singular atuação de membros da Câmara de Vereadores bem como da prefeitura municipal naquele período. Segundo eles, tal intervenção se justificava apenas pelo fato do recurso financeiro oferecido pela Fundação Bobby Moore ser de pouca monta e não atender todas as necessidades da construção.

No sentido de desmobilizar os arranjos locais para receber a referida fundação, membros da Câmara de Vereadores que até então nunca tinham visitado a Escola do Sertão, foram até lá acompanhados pela secretária de educação numa visita surpresa, para se reunir com a Equipe Escolar e alunos com a finalidade de dissuadi-los de tal projeto de reforma. O que não surtiu nenhum efeito pois, o que ofereciam em troca da desistência dessa reforma que seria feita daí a poucos meses, era um projeto ainda a ser aprovado pelo governo federal onde em primeiro lugar constava a destruição do Barracão dos Formandos.

Evidentemente que tais pessoas desconsideravam o trabalho árduo e contínuo daquela comunidade que, unida em mutirões sucessivos construiu o prédio que ali estava,

bem como, também desconhecia o real sentido de pertencimento a uma causa comum. E foi então, de maneira firme e respeitosa que tal proposta foi negada pela Equipe escolar. No sentido de respeitar o poder de decisão da maioria, foram então realizadas as consultas públicas com os alunos e pais em reunião marcada especificamente para este fim, para que os mesmos decidissem o que preferiam: a reforma realizada pela Fundação Bobby Moore em outubro de 2006 ou a demolição e nova construção de prédio escolar ainda sem prazo definido.

Nessas reuniões a questão foi explanada imparcialmente e não houve nenhuma hesitação por parte da recusa da comunidade pois, o que eles consideraram em primeiro lugar era o desrespeito com aqueles que, de uma forma ou de outra se esforçaram para construir o prédio que havia, não se conformando com a pretendida demolição e nem com a expectativa sem data da outra proposta. Optaram assim, reafirmando o posicionamento da Equipe escolar, pela reforma da Fundação, o que nos meses seguintes gerou certas represálias à região.

O pessoal da prefeitura inconformados com aquele posicionamento da comunidade escolar, pouco tempo antes de iniciar a reforma, o proprietário que cedeu a área para construção do Barracão foi convidado para uma reunião com a secretária da educação e o secretário de administração da prefeitura, onde recebeu algumas propostas para a compra daquele terreno. Pronto, estava ali em pauta o poder maior de negociação, o dinheiro. No entanto, o sr. Donizeth cujos filhos estudavam na referida escola, mesmo sendo pressionado por uma escolha financeiramente favorável escolheu a lógica do bem comum, do respeito aos ideais comunitários e assim prevaleceu o empoderamento da comunidade.

São situações como essas que exemplificam o potencial multiplicador desses exemplos que na prática capacitam os atores envolvidos em processos conflituosos. O sentido de pertencimento individual a uma causa coletiva que traz benefícios comuns faz com que os indivíduos sejam de fato partes de um todo. Capazes de decidir questões de difícil solução com apenas algumas ponderações e com isso partilhar do verdadeiro ideário de benefício comum de uma comunidade.

Assim sendo, pode-se inferir que o desenvolvimento comunitário e sustentável não se faz apenas com infraestrutura e conhecimento científico pois, é necessário que os indivíduos de um modo geral, sejam capazes de sentir, agir e compartilhar do futuro comum da comunidade local, do município, do estado, do país e do mundo no qual vive. Pois, esse mundo que está constantemente em evolução é composto por pessoas que independente do que fazem ou pensam são de fato, os construtores do mundo de amanhã.

3.4 CONTRASTE ENTRE AS ESCOLAS LOCAIS

Diante do anteriormente exposto convêm explicitar outras experiências educacionais presentes no município e que, em nível de comparação pode elucidar algumas questões já citadas no texto. Evidentemente que cada escola inserida em seu devido contexto local possui uma história e seu próprio sistema de funcionamento e, mesmo partilhando de um sistema único de gestão municipal, com público alvo semelhante e relativa observância da legislação educacional vigente, ainda assim, tem suas peculiaridades que fundamentalmente determinam o êxito ou o declínio dessas instituições.

É nesse sentido que, ao comparar os dados (gráfico 3.3.3) busca-se o diferencial dessas escolas rurais, que embora compartilhem situação semelhante não obtiveram os mesmos resultados, tanto em relação ao crescimento da escola, melhoria no atendimento quanto ao retorno de egressos. Para que se possa compreender o alcance desses dados antes é preciso que se conheça o contexto histórico da Escola e do Povoado do Moinho que, também a nordeste do município, às margens do rio São Bartolomeu, dista da Escola do Sertão cerca de 22 km pela GO 239 e aproximadamente a 12 km da cidade de Alto Paraíso de Goiás.

De acordo com os autos e pelo conhecimento popular, o atual Povoado do Moinho existe desde meados do século XVII e em 1911 no auge da mineração do ouro pertencia a divisão administrativa do município de Cavalcante, sendo ali considerado distrito. Após o declínio da atividade aurífera na região, a população que já desenvolvia algumas atividades agropastoris manteve-se com essas e outras atividades, incluindo-se ali a implantação de um dos primeiros monjolos para beneficiamento do trigo colhido nas cercanias. Fato este, que motivou a denominação do local como Povoado do Moinho e, no decorrer dos anos esse conjunto de casas foi se transformando em núcleo habitacional com características relativamente urbanas. A população estimada em aproximadamente 800 pessoas, com boa parte delas sendo descendentes das famílias tradicionais da região que também possui laços de parentesco com as famílias sertanejas.

A Escola do Povoado do Moinho é portanto, uma das escolas mais antigas da região, possuindo boa estrutura física que foi construída e periodicamente reformada pelo governo municipal, proximidade das residências dos alunos e acesso facilitado à zona urbana. O que nesse caso a constitui em melhores condições que a instituição objeto desse estudo. Assim, por este ser o estabelecimento educacional mais próximo da Escola do Sertão e também pelas semelhanças e motivações já abordadas anteriormente, utilizou-se alguns dados (gráfico 3.3.3) que possibilitam apontar outros resultados ao longo dos últimos anos nas

duas unidades escolares (gráficos 3.3.1. e 3.3.2).

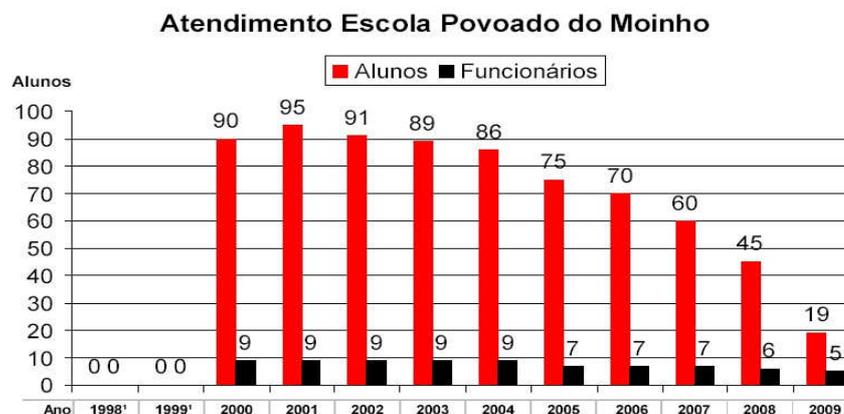


Gráfico 3.3.1: Atendimento na Escola Povoado do Moinho

Em relação ao gráfico acima e à drástica queda do número de alunos durante o ano de 2009, convém ressaltar que tal fato foi ocasionado pela decisão da SMEC, em que os alunos da segunda fase do Ensino Fundamental da Escola do Povoado Moinho foram transferidos e deslocados para a sede do município, acarretando assim, a dispensa de alguns funcionários da escola (gráfico 3.3.1) e a preocupação dos pais, quando seus filhos eram dispensados da aula antes do horário marcado pelo transporte escolar e ficavam perambulando pela cidade.

O decréscimo contínuo das matrículas efetivadas anualmente pode ter diferentes motivações além daquelas já examinadas no contexto do êxodo rural, no entanto, aqui se observa também a ausência de algumas particularidades tais como, a coesão comunitária na luta por direitos e por estruturas fisicamente decentes no ambiente escolar, a parceria efetiva com variados órgãos, a autonomia administrativa e financeira concedida pela Unidade Executora, a atuação independente do Conselho Escolar do Sertão e principalmente a Gestão Participativa como elemento que liga e transcende o ambiente educacional, alinhavando e possibilitando todo o processo de desenvolvimento escolar e comunitário naquela região.

Peculiaridades estas, que ao longo do tempo nortearam o cotidiano da Escola do Sertão em diferentes circunstâncias e cujos resultados podem ser apontados no gráfico abaixo que enumera o crescimento do atendimento escolar (gráfico 3.3.2).

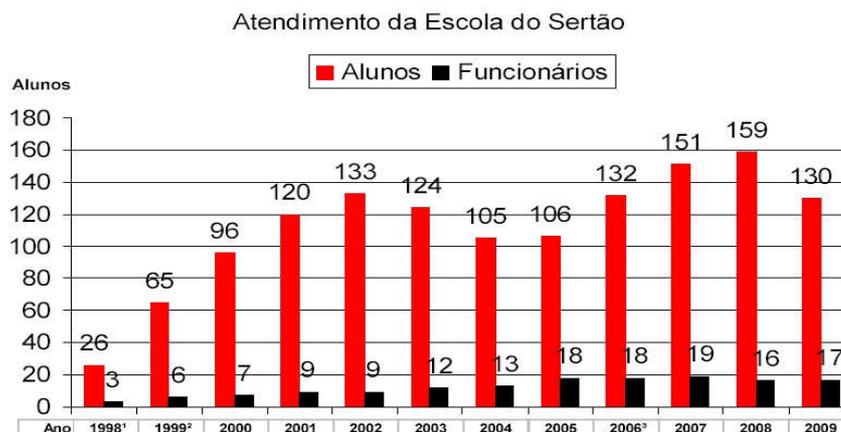


Gráfico 3.3.2: Atendimento na Escola do Sertão

Um outro aspecto a ser observado que possui estreita ligação com os resultados positivos obtidos na Escola do Sertão, foi a constante avaliação dos métodos empregados e a valorização da Equipe Escolar enquanto gestora daquele processo. Pois, a avaliação era realizada a princípio anualmente e depois semestralmente com o objetivo de dar voz aos alunos e funcionários para descobrir todas as falhas daquele período e também sugerir possíveis soluções para as mesmas.

Essa avaliação era composta de variadas questões que procuravam cobrir todo o universo dos serviços oferecidos na instituição. As perguntas versavam sobre os sonhos e expectativas individuais para a escola e comunidade, as aulas, os horários, a merenda e o almoço, a estrutura física, o transporte escolar e principalmente sobre o atendimento individual da Equipe em suas diversas funções. Havendo espaço tanto para críticas e desabafos como também para sugestões de qualquer natureza. Importante destacar que em nenhum desses questionários foram encontradas respostas inconvenientes ou fora do contexto escolar ou comunitário. Mesmo para os alunos o foco era de fato a melhoria do atendimento escolar naquela região.

Após a aplicação desses anônimos questionários semi-abertos, procedia-se a tabulação dos dados e a apresentação dos mesmos em reunião com o Conselho Escolar. Naquela mesma ocasião já se obtinha alguns encaminhamentos e a Equipe Escolar então, de posse desses resultados e com base nessas orientações e na legalidade dos atos, iniciava o procedimento de replanejamento do ano ou semestre seguinte. Evidentemente que muitas sugestões por melhor que fossem não poderiam ser implementadas, especialmente aquelas que se referiam a lanches mais elaborados e por isso mesmo mais caros, mas, como todo o processo era aberto a discussão havia espaço para que

compreendessem tais impossibilidades.

Naturalmente que tal funcionamento dependia em grande parte da harmonia obtida pela Equipe na condução da escola como um dos principais focos de força e sustentabilidade da região. Embora existissem divergências internas havia também espaço aberto ao debate, que por sua vez, possibilitava o nivelamento conceitual daquelas contendas e o conhecimento da legislação atinente ao caso em discussão.

De certo modo, todas as ocasiões bem como as discussões traziam uma mensagem implícita de aprendizagem e análise de seu papel enquanto formador de opinião e de cidadãos. Por isso é que, mesmo quando jovens funcionários entravam na Equipe, os mais experientes não se desgastavam com seu reduzido conhecimento prático, pois sabiam que tanto era uma questão de tempo quanto de formação coletiva da qual ambos fariam parte.

Também esse pode ser um dos motivos do crescimento da Escola do sertão (gráfico 3.3.3.) pois, uma Equipe Escolar consciente de seu próprio inacabamento é capaz de se superar continuamente, como já dizia Paulo Freire, “ ...inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir além dele (Freire, 1996, p. 59). Assim, a compreensão de que a Equipe Escolar composta por diferentes agentes educativos que se formam e se somam no continuo exercício de suas funções é vital para seu crescimento e valorização profissional. Pode ainda, contribuir para um desenvolvimento mais justo e solidário nas instituições educativas e comunidades onde se encontram inseridas.

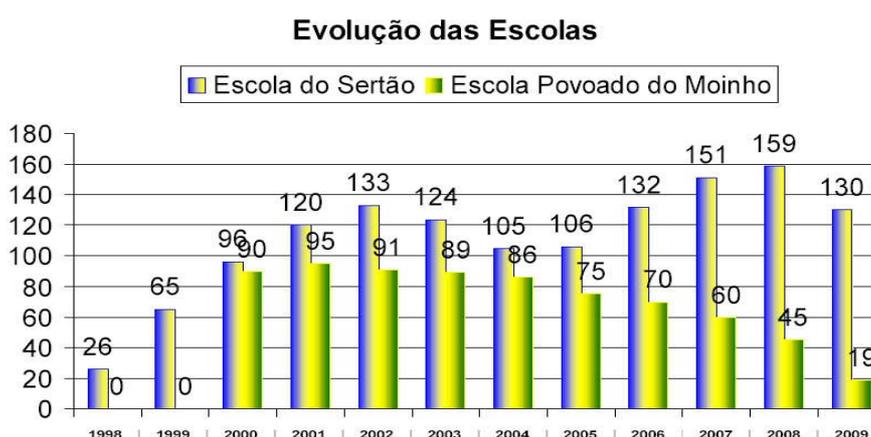


Gráfico 3.3.3: Contraste e Evolução das Escolas

O que também justifica a eficácia do retorno de ex-alunos que, na qualidade de novos profissionais buscam integrar a Equipe que outrora os formou, estabelecendo então, o real significado de pertencimento ao local de origem e os limites de uma possível retribuição da aprendizagem recebida. É nesse sentido que, os dados contrastantes entre as duas escolas

(gráfico 3.3.3) podem contribuir para a adequada compreensão dos resultados obtidos pelas referidas unidades escolares.

3.5 O RETORNO DOS EGRESSOS

Reconhecendo que a educação formal escolar é uma prática que tem como função, criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades, e aprendam conteúdos necessários para compreensão da realidade que o cerca, torna-se apropriado e justo compartilhar as experiências efetivadas e os resultados obtidos na realização de um trabalho democrático e elaborado que se aperfeiçoa, na medida em que se desenvolve, buscando assim contribuir para a construção de uma sociedade democrática e menos excludente.

No caso da escola em questão, o retorno de ex-alunos como funcionários, foi fundamental para a segurança e a continuidade da instituição, pois além de possuir moradia fixa, parentes e demais familiares os apoiaram dando-lhes o suporte necessário. Mesmo nos casos daqueles que ainda cursavam faculdade o apoio foi irrestrito, pois representavam a certeza e a garantia de que a escola não deixaria de funcionar por falta de professores e demais funcionários como outrora havia acontecido.

A princípio, pelo que se pode observar a motivação de cada um dos que voltaram foi diferente, como pode ser verificado no relato da professora Andréia que diz o seguinte:

...Antes, quando eu era menor, não pensava em trabalhar na escola porque ela era pequena, tinha poucos alunos; mas, quando soube da oportunidade de prestar vestibular para UEG como docente, me interessei pela vaga. Entrei como professora voluntária, prestei vestibular, passei e fui tomando gosto pela coisa, fui ficando. Quando terminei a faculdade não quis ir embora porque afinal eu tinha tido oportunidade de estudar foi aqui e então tinha que devolver o que aprendi. Além disso, é bom demais morar aqui, perto da família, do trabalho, então!? É um privilégio, tem tanta gente que precisa se deslocar para longe todos os dias para trabalhar, eu não, pois moro bem pertinho do trabalho, no lugar da gente mesmo.

De acordo com Arroyo (1999, p. 38) tais opiniões exemplificam os saberes instintivos, que ele chama de matrizes culturais do homem e da mulher do campo. Tal conceito baseia-se nos estreitos vínculos existenciais e raízes culturais expressas no sentimento daqueles que ligam-se a terra e estão ali realizados.

Do atual vigilante Alessandro, também um egresso, que veio para a região com a família aos 10 anos de idade, ouviu-se o seguinte:

...Engraçado como a vida da gente vai tomando um rumo, né? E a gente nem percebe... mas pensando bem a maioria dos funcionários são ex-alunos, tipo eu, Aline, Alessandra, Andréia, Dena, Andreini, Denize, Francisca, Jeová e outros, né?. E isso foi bom para todo mundo. Naquela época foi bom ter vindo gente de fora (professoras), mas agora quanto mais gente daqui melhor, porque evita confusão. O pessoal cresceu junto, conhece uns aos outros e é mais adaptado à região.

No que se refere a sensação de pertencimento e adaptação a região, Arroyo (1999, p. 39) indica outra importante questão: o tempo dos cidadãos do campo. Esse tempo não é o mesmo utilizado na urbanidade, pois o tempo social dos indivíduos, das famílias, das comunidades do campo, está vinculado aos tempos da natureza, da produção e também das lembranças e celebrações.

Outro aspecto importante é o envolvimento com as questões que norteiam o ensino e o funcionamento geral da escola. Nesse caso, o fato da gestão ser participativa favorece a compreensão sobre os princípios básicos e o dia a dia da administração escolar. O fato desses egressos e portanto, novos funcionários, terem participado da instituição como discentes contribui para que aperfeiçoem alguns serviços oferecidos. Pois, estando agora em nova situação são capazes de lembrar-se daquilo que os agradava ou incomodava, tendo então, a oportunidade de atuar e influenciar diretamente naquelas situações.

Geralmente mostram-se mais afeitos ao trabalho participativo possuindo mais liberdade para expor suas ideias e também maior proximidade com os alunos. Além disso, demonstram orgulho em pertencer àquela instituição fazendo com que seu alunado se sinta mais dono do espaço onde laboram e com melhores expectativas de futuro. Como diz a professora Aline instada sobre o motivo de seu retorno,

Fiz parte da primeira turma de 5ª série dessa escola [...] e em 2002 concluí a 8ª série, cheia de sonhos e perspectivas de um futuro melhor para mim e minha família. Em 2003, fui para Alto Paraíso cursar o ensino médio e apesar de muitos duvidarem de mim, por ser uma garota da roça, consegui fazer melhor do que muitos colegas da cidade. A vida lá foi muito difícil e para piorar a situação, ainda perdi minha mãe no final do ano e meus irmãos menores foram para casa de parentes. Quando concluí o 3º ano, decidi reunir minha família novamente e voltei para o Sertão. Ganhando a oportunidade de trabalhar na biblioteca da escola que estudei, trouxe minha irmã de oito anos para morar comigo e em seguida mais dois irmãos. Depois iniciei o curso de Pedagogia pela Unitins que concluí agora em 2009 e também já fui contratada pela prefeitura como professora. Espero que no futuro minha filha também possa estudar na escola que estudei, valorizando nossas origens. Enfim, gosto muito desse lugar e estou aqui porque sinto que este é o meu lugar.

São relatos perseverantes como esse que permitem antever em longo prazo a eficácia da reintegração dos ex-alunos que ao cotidiano escolar. Mais do que uma aposta no futuro é a certeza da permanência de um presente ambiciosamente pensado para as novas

gerações. Pois, com esse propósito certamente trabalharão com mais afinco e constância por uma escola que pretendem deixar para seus descendentes. Exemplifica ainda, como é o modo de pensar e a sensação de pertencimento daqueles que voltaram ao seu lugar de origem e tiveram boas oportunidades de trabalho. Além disso, em se tratando de locais de difícil acesso isso facilita imensamente o deslocamento para o ambiente de trabalho, o alojamento e a reintegração familiar e comunitária desses atores sociais.

Conclusões

Este trabalho teve como foco a experiência de Gestão Participativa e Desenvolvimento Comunitário nos ideais de sustentabilidade vivenciados pela Escola do Sertão, no município de Alto Paraíso de Goiás na Chapada dos Veadeiros. Tal instituição inserida num contexto comum a inúmeras outras escolinhas rurais em sua persistente trajetória de lutas e conquistas, demonstrou ser possível obter relativo desenvolvimento local por meio da combinação eficiente de legislação educacional, ideais de sustentabilidade aplicados à escola do campo e o empoderamento comunitário, consequência direta da Gestão escolar Participativa.

Diante do exposto acima e ciente dos prognósticos futuros para o planeta Terra, tal experiência na medida de suas possibilidades, busca contribuir de maneira prática para o atual debate sobre a adaptação da população camponesa aos nefastos efeitos do clima global sob uma ótica mais preventiva, cujas ações englobam tanto o governo em suas diversas instancias quanto a população rural do país.

Tais ações tem a ver com a implantação de políticas públicas direcionadas e mais favoráveis o ensino do meio rural, incluindo o incentivo ao sistema de Gestão Participativa na comunidade cuja escola esteja inserida. Também há urgência em adequar as estruturas físicas da grande maioria dos estabelecimentos educacionais espalhados pelo campo brasileiro, e aqui não se refere apenas às construções, mas sim, a expansão do terreno onde está localizado, ou mesmo uma parceria com os proprietários vizinhos para utilização das áreas no sistema de comodato. Pois, é ali que bases experimentais poderão ser implantadas com o apoio de universidades e demais órgãos de pesquisa, tanto no sentido de contribuir para o surgimento de novas tecnologias laboratoriais e sociais, quanto de permitir a adaptação e o melhoramento genético de determinadas espécies em seus lugares de origem.

Pelo que se pode perceber, esse tipo de ação fortalece a instituição educativa permitindo a criação de laços indissolúveis entre pesquisadores e comunidade local, entre órgão de pesquisa e escola rural. E como consequência direta melhora as condições de vida dessa população e de seus vizinhos, na medida em que fornece os resultados da pesquisa aos que dela dependem diretamente e ao público daquele ecossistema em geral. Além disso, essas pessoas estarão disseminando o conhecimento obtido e assim estabelecendo os reais limites dessa possível ilha de sustentabilidade no campo.

Em última análise também será útil fazer com que as instituições escolares rurais superando suas limitações geográficas e a gestão autocrática urbanizada sejam capazes de, utilizando tal estratégia, gerar o empoderamento da comunidade local como foi o resultado obtido e verificado na Escola foco desse trabalho.

De acordo com averiguação que se procedeu nos autos dessa escola, e também no ponto de vista dos entrevistados a escola e o seu modo de gestão foram fatores primordiais para a obtenção das conquistas comunitárias já elencadas. Desse modo, pode-se então recomendar a implantação da Gestão Participativa como estratégia de desenvolvimento incluyente e sustentável para as comunidades rurais, numa perspectiva de programa a ser implementado pelo governo em parceria com outros órgãos e com a comunidade local.

Outro aspecto a ser observado, é o incentivo aos egressos para que academicamente formados, retornem ao seu lugar de origem e ali possam ocupar o espaço que lhes é devido. Essa medida valoriza tanto o conhecimento empírico local do indivíduo, quanto aquilo que o mesmo aprendeu na academia, o que em certo sentido pouparia o desgaste da procura e deslocamento de profissionais externos para suprir a necessidade da escola. Além disso, conforme o que se viu na experiência relatada anteriormente, o sentimento de pertencimento fará com que desenvolva um trabalho direcionado para a melhoria da qualidade de vida daquele povo.

Outro questão, é a utilização criativa da legislação vigente como ponto de equilíbrio na resolução dos conflitos que surgiram no cotidiano escolar e comunitário daquela região. Isso demonstra que havendo conhecimento, capacidade interpretativa das leis e razoável diplomacia muitas situações conflituosas podem até ser dirimidas antes de causarem maiores danos a sociedade e ao meio ambiente. Também desperta para o fato de que, a base do relacionamento humano ainda é o diálogo e por isso mesmo acessível a toda humanidade.

Vencendo então o principal desafio, que era transformar didaticamente a legislação educacional em realidade a serviço da melhoria do ensino básico local, com a Gestão Participativa alinhando todas as etapas, iniciou-se a implementação de várias ações integradas, cujos resultados fortaleceram e potencializaram o empoderamento dessa comunidade rural em prol de seu próprio desenvolvimento.

É nesse contexto que, insere-se uma ideia sustentada pela análise dos dados relacionados à posição estratégica que os estabelecimentos educacionais ocupam no espaço territorial brasileiro. Nesse caso, poderiam até surgir novos modelos de convivência

mais harmônica com a terra em que vivem e na mesma medida, defendendo-a da gula capitalista que ainda impera no mundo atual. Pois, a oferta de ensino fundamental embasado nas premissas sustentáveis é uma opção viável a todos os recantos do país, considerando inclusive, as peculiaridades regionais e a sazonalidade das mesmas.

Considerando-se o alvoroço que as questões climáticas tem suscitado, há certa urgência na implantação efetiva de ações que possibilitem o eficaz enfrentamento dessas alterações, pois, do ponto de vista financeiro o custo seria bem menor se investisse nas escolas rurais, já que, as entidades públicas de educação formal possuem equipes e condições próprias de funcionamento com custos geralmente franqueados pela nação.

Desse modo, um sistema de gestão educacional apropriado num programa de longo prazo teria efeito rápido e duradouro podendo ser implantado em todo o território nacional, preservado-se ali o devido teor científico, porém numa linguagem apropriada à todo e qualquer cidadão que habite as terras brasileiras, sem qualquer distinção.

Tendo em vista tais números essa parceria poderia ser efetivada desde que houvesse interesse de ambas partes, tanto do governo quanto da sociedade. Naturalmente que essas instituições educacionais são geridas e pensadas por um sem número de cabeças, que vão desde o Ministério da Educação até as mais longínquas unidades escolares nos campos e florestas. No entanto, é esse mesmo movimento unificador da política educacional que permite o pleno desenvolvimento de programas e sistemas aplicados ao ensino básico brasileiro.

O que poderia ser feito em etapas sucessivas, inicialmente com livros didaticamente elaborados para os funcionários das escolas, depois para os alunos e finalmente para os pais e toda a comunidade. Tais livros tendo um mesmo fio condutor de ideais sustentáveis deveriam ser apresentados às comunidades como um programa que, para implementação prática dependeria da aprovação deles, pois isso geraria a noção de responsabilidade e pertencimento ao projeto.

Nesse caso, um componente sensibilizador que muito contribuiria para a implantação desse novo sistema nas escolas, especialmente as do campo, seria a objetividade com que se pode tratar as consequências danosas que os eventos climáticos tem gerado nos últimos anos. Pois, não é mais possível assistir impassível aos desastres naturais que se apresentam diariamente no país e no mundo, e mais do que isso, necessitamos de soluções que nos permitam conviver da melhor forma possível com a realidade tal como ela se apresenta.

Nesse aspecto, o ideal é que todos indistintamente tivessem pleno acesso ao conhecimento dessas adversidades para que assim, imbuídos da idéia de que podemos influir positivamente para um futuro comum mais ambientalmente justo e sustentável, houvesse mesmo uma nova tomada de consciência de toda a população. E pelos motivos elencados anteriormente, essa ação só poderia ser concretizada no menor tempo possível pelo protagonismo da educação rural sustentável. Com a população do campo tendo um papel efetivo de aglutinador e ao mesmo tempo disseminador dessa nova política de educação e desenvolvimento em prol da melhoria do país.

Assim, sem a pretensão de esgotar o rol de possibilidades e alternativas de programas educacionais com temáticas sustentáveis nas instituições escolares rurais e, apenas como humilde contribuição ao tema em questão, será elaborado um livro em linguagem adequado e acessível aos povos do campo para disseminar essa experiência e transforma-la em modelo teórico que lhes permita então, inserir o tema Desenvolvimento Rural Sustentável no cotidiano das escolas rurais brasileiras.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico*. Texto apresentado no seminário Desafios da Pobreza Rural no Brasil, Rio de Janeiro. 2000.

ALVES, Gilberto Luiz (org.). *Educação no Campo: recortes no tempo e no espaço*. Campinas, SP : Autores Associados, 2009. – (coleção educação contemporânea).

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo (Orgs). *A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva*. São Paulo: Ação Educativa, Brasília : PRONERA, 2004.

ANUÁRIO DOS TRABALHADORES. *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos*. 8.ed./ São Paulo: DIEESE, 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. *Projeto popular e escolas do campo. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo*, Brasília, DF. 2000. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 3.

BERTRAN, Paulo. *Historia da terra e do homem no Planalto Central: Ecohistória do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Edição revista e atualizada. Ed, Verano, Brasília, 2000. _____ . *As cimeiras de Goiás e do Planalto Central Brasileiro: resumo de historia para sua Área de Proteção Ambiental*. in SEMARH/GO. Goiânia, 2000, p. 5-11.

BOIX TOMÀS, Roser: *Estrategias y recursos didàcticos en la escuela rural*. (Materiales para la Innovación Educativa, 11). ICE Universitat de Barcelona/Graó Editorial. Barcelona, 1995.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB. Lei nº 9.394, de 1996. _____ . *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. _____ . *Política Nacional de Educação Ambiental*. Lei nº 9.795, de 1999.

BUARQUE, Cristóvão. *O que é Educacionismo*. Brasiliense, 2008. _____ . *Como fazer!: A revolução pela educação – Ações de governo 2007 – 2010 para construir o Brasil até 2022 – setembro 2006*.

BURSZTYN, Marcel. *A Difícil Sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : ed. Garamond, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 9ª ed. – são Paulo: Cortez, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília, 2001.

DANSA, Cláudia Valéria de Assis: *Educação do campo e desenvolvimento sustentável na região do Sertão mineiro goiano: a contribuição do curso técnico em agropecuária e desenvolvimento sustentável da escola Agrícola de Unaí-MG para jovens assentados de reforma agrária*, (Tese de doutorado) Brasília: Universidade - 2008. 312 p.

DUARTE, Laura Maria Goulart; THEODORO, Suzi Huff. (Orgs). *Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo*. – Rio de Janeiro, RJ : ed. Garamond,

2002.

FELFILI, Jeanine M., RESENDE, Alba V., SILVA JUNIOR, Manoel C. (orgs). Biogeografia do bioma cerrado, vegetação e solo da chapada dos Veadeiros. UNB/FINATEC, Brasília, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Educação no meio rural: por uma escola do campo*. Texto elaborado para conferência. Unesp, 1998.

_____. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo : Hucitec, 1996.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.) *Gestão Democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios*. - 6. ed. – São Paulo : Cortez, 2008.

FISCHER, Louis. *Gandhi – sua vida e mensagem para o mundo*. Martin Claret Editores Ltda. São Paulo, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. 9a, Paz e Terra. (O Mundo, Hoje, v.10). 2001.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J. E. *Município e educação*. São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire; Brasília, DF. Instituto de Desenvolvimento de Educação municipal, 1993.

HORA, Dinair Leal da. *Gestão Educacional Democrática*. – Campinas, SP : Editora Alínea, 2007. – coleção educação em debate.

KOLLING , Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel Jose; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma Educação Básica do Campo*. Educação do Campo. 3ª. ed. Brasília, DF: 1999. copyright. Fundação Universidade de Brasília.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 4.

LIMA, Luiz. *Entre cimos nublados uma solidão selvagem, uma coreografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros*. – Brasília : Thesaurus, 2001.

LÜCK, Heloísa. *et. al. A Gestão Participativa na Escola*. Apresentação. In: LUCK, H. (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. *A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar*. 6.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

_____. *Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional*. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação*. Brasília : Liber Livro Editora, 2006. 179 p. (série pesquisa v.15).

MARENCO, José A. *Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI*. Brasília: MMA, 2007. 2ª edição. 212 p. (Série Biodiversidade v. 26).

MEC. *Conferência Nacional da Educação Básica*. Documento Final. – Brasília, DF : Ministério da Educação, 2008.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Versão preliminar para discussão nacional. Brasília: MEC, 1997.

MENNUCCI, Sud. (1930). *A crise brasileira de educação*. 2ª ed. São Paulo, Piratininga.

_____. (1932). *100 anos de instrução pública, 1892-1922*. São Paulo. Ed. Salles Oliveira, Rocha Cia. (Col. Assuntos Sociais, vol. CCIII).

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Orgs). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 5.

MORIN, Edgar. *Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

NETO, Antonio Cabral. *et. al. Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais*. Brasília : Líber Livro Editora, 2007. 292 p.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Santana. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia, Imprensa da UFGO, 1975.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇA CLIMÁTICA (IPCC). *Climate change 2001: working group II: Impacts, adaptations and vulnerability*. Disponível em: <http://www.grida.no/climate/ipcc_tar/wg2/005.html>

PERICO, Rafael Echeverry. *Identidade e território no Brasil*. Brasília : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

REVISTA AGITAÇÃO. Paulo Nogueira Neto. CIEE. Ano XII, set/out 2007. p. 27.

REY, Fernando González. *Pesquisa qualitativa e subjetividade; os processos de construção da informação*. Trad. Marcel Aristides Silva, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Por uma nova educação rural*. FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2008.

<http://www.fundacaoodebrecht.org.br/rede/odebrechtinforma/sachs>

_____. *A terceira Margem : em busca do ecodesenvolvimento*; tradução de Rosa Freire d'Aguiar. – São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. *Educação do campo e políticas públicas no Brasil [manuscrito] : a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação*. (Tese de doutorado). Universidade de Brasília. 2009. 143 p.

_____. *Educação do Campo: campo - políticas públicas - educação* / Bernardo Mançano Fernandes [et al.]. Brasília : Incria; MDA, 2008. 109 p.

SIRVENT, Maria Teresa. (Org). *Educação Comunitária*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SPEYER, Anne Marie. *Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio*

rural. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 1981.

STERN, N. *Stern Review on the economics of climate change*, s.n. UK, 2006.

TORO, Jose Bernardo. *A Mobilização Social : um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997, 104 p.

VEIGA, José Eli da, et alii, *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001. 108 p.

_____. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.

_____. *Destinos da ruralidade no processo de globalização*. Revista Estudos Avançados, 2004.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Educação Básica : política e gestão da escola*. Brasília : Líber Livro, 2009. 220 p. – (Série formar)

WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Dias. *Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Educação e comunicação; v.5)

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. *Além do lixo – reciclar: um processo de transformação*. Brasília: Terra Una, 1997.

_____. *As sobras da modernidade. O sistema de gestão de resíduos em Porto Alegre, RS*. Porto Alegre, 2006.

Anexo - 1 – Fotos

Fotos das Escolas Murici, Parida, Água Branca e Escola Polo do Sertão em diferentes períodos



Alunos da Escola do Murici - 1994



Alunos da Escola Sto. Antonio da Parida - 1994



Alunos da Escola Água Branca - 1997



Escola do Sertão na Parida - 1999



Escola do Sertão na Parida - 2000



Escola do Sertão na Faz. Sta. Clara - 2002



Escola do Sertão na Faz. Sta. Clara - 2002



Sistema de captação de água potável na Faz. Sta. Clara – Ago/nov de 2003



Início da construção do Barracão dos Formandos - 2002



Mutirão para ampliação do Barracão dos Formandos - 2003



Barracão dos Formandos - 2004



Curso de artesanato pelo SENAR - 2005



Barracão dos Formandos/ Escola do Sertão – Setembro/2006



Barracão dos Formandos/ Escola do Sertão – Outubro/2006



Reunião da Equipe Escolar - 2008



Festa para a comunidade - 2009

Anexo - 2 – Roteiro de Entrevistas para a Pesquisa

A) Pais de Alunos e Lideranças

Questões:

- 1 – Identificação: Nome, idade, sexo, origem (data) e profissão.
- 2 – Identificação dos benefícios sociais que recebem.
- 3 – Quando chegaram nesta localidade quais eram os benefícios/facilidades que havia na região? (escola, vias em bom estado, atendimento de saúde e agentes, transporte público, telefone, etc.)
- 4 – Quais foram suas impressões iniciais a respeito da região?
- 5 – De lá pra cá o que aconteceu na região?
- 6 – O que está diferente daquela época?
- 7 – Na sua opinião o quê contribuiu para esse desenvolvimento na região?
- 8 – Por quê?
- 9 – O que você tem ouvido falar da Escola do Sertão nos últimos anos?
- 10 – Qual é a opinião dos seus filhos sobre a Escola do Sertão?

B) Professores

- 1 – Identificação: Nome, idade, sexo, origem (data) e profissão.
- 2 – Identificação dos benefícios sociais que recebem.
- 3 – Quando chegaram nesta localidade quais eram os benefícios/facilidades que havia na região? (escola, vias em bom estado, atendimento de saúde e agentes, transporte público, telefone, etc.)
- 4 – Quais foram suas impressões iniciais a respeito da região?
- 5 – De lá pra cá o que aconteceu na região?
- 6 – O que está diferente daquela época?
- 7 – Na sua opinião o quê contribuiu para esse desenvolvimento na região?
- 8 – Por quê?
- 9 – O que você tem ouvido falar da Escola do Sertão nos últimos anos?

C) Alunos Egressos

- 1 – Identificação: Nome, idade, sexo, origem (data) e profissão.
- 2 – Identificação dos benefícios sociais que recebem.
- 3 – Quando chegaram nesta localidade quais eram os benefícios/facilidades que havia na região? (escola, vias em bom estado, atendimento de saúde e agentes, transporte público, telefone, etc.)
- 4 – Quais foram suas impressões iniciais a respeito da região?
- 5 – De lá pra cá o que aconteceu na região?
- 6 – O que está diferente daquela época?
- 7 – Na sua opinião o quê contribuiu para esse desenvolvimento na região?
- 8 – Por quê?
- 9 – Onde você estudou? (trajetória escolar)
- 10 – Por que resolveu voltar? (região e escola)

Anexo 3 – Questionário a ser respondido pelos alunos e suas famílias – Jun09

Eu e a Escola do Sertão = Nós

Meu nome:

Idade:

Pai:

Idade:

Mãe:

Idade:

Irmãos (idade):

Todos estão morando em sua casa?

Há outras pessoas morando em sua casa?

Na sua casa há alguém que recebe:

() Aposentadoria () Bolsa família

() Renda cidadã () Peti () Outros. Quais? _____

Você gosta de vir para escola? Por quê?

O que você mais gosta nessa escola?

O que você menos gosta nessa escola?

O que essa escola deveria ter ou fazer?

Como você vem para a escola?

() a pé () ônibus () a cavalo () bicicleta () kombi

Quanto tempo você leva para chegar até a escola? E qual é a distância?

O que você acha desse transporte?

A que horas você sai de casa para vir à escola?

Você gosta do lanche da escola? E do almoço?

O que a escola pode fazer para melhorar o lanche e o almoço?

O que você acha da equipe de funcionários?

Antes de sair para a escola o que você come?

E quando não vai a escola qual é a sua alimentação?

Qual lanche você gostaria que tivesse na escola?

Alguém de sua família já estudou ou estuda nessa escola? O que eles (elas) falam a respeito dela?

Você e sua família são felizes aqui? Por quê?

Os seus pais gostariam de se mudar para outro lugar? Por quê? Para onde?

O que se pode fazer para melhorar a escola e a região do Sertão?

Qual é o seu maior (ou maiores) sonhos?

Anexo 4 – Listagem de algumas das pessoas que foram entrevistadas

A) Atores Sociais

- 1 - Andreлина Domingues de Faria - Moradora mais antiga da região
- 2 - Ismael Cardoso de Barros – Pai de alunos
- 3 - Ivan da Silva Santarém Barros – Mãe de alunos
- 4 - Maria Elisa – Professora no Sertão em 1992
- 5 - Aline Gualberto de Brito – Ex-aluna e atual professora da Escola do Sertão
- 6 - Alessandro Cardoso de Barros – Ex- aluno e atual vigilante da Escola do Sertão
- 7 - Andréia Vanessa Inácio Mota – Ex- aluna e atual professora da Escola do Sertão
- 8 - Maria Madalena Alvares Pereira – Professora da Escola do Sertão
- 9 - Joana Torres da Silva – Professora e atual diretora da Escola do Sertão
- 10 - José do Espírito Santo – Morador antigo na região
- 11 - Denezin Inácio Bernardes – Antigo morador da região e doador do espaço físico onde a escola está instalada (em entrevista realizada em meados de 2002).
- 12 - Francisca Quirino Barbosa - Ex-aluna e funcionária da Escola do Sertão
- 13 - José Donizeth I. Bernardes – Pai de aluno e atual funcionário da Escola do Sertão
- 14 - Adenilza Cardoso da Silva - Ex-aluna e atual funcionária da Escola do Sertão
- 15 - Elita de Moura – Mãe de aluna e atual funcionária da Escola do Sertão
- 16 - Alessandra Cardoso de Barros – Ex- aluna e atual funcionária da Escola do Sertão
- 17 - Delcino Cardoso da Silva - Pai de aluno e antigo morador da região
- 18 - Marli Gomes de Melo – Ex-aluna e mãe de aluno
- 19 - Rosilene Silva dos Santos - Ex- aluna e atual Agente de Saúde no Sertão
- 20 - Eurico Torres da Silva – 1º Motorista da Escola do Sertão

B) Alunos monitores que contribuíram na aplicação do questionário de pesquisa

1. Carlito Borges de Moura
2. Rafael Chaves Dutra
3. Welton e Welio Gualberto de Brito
4. Adenilza Cardoso da Silva
5. Igor Donizeth Rezende Bernardes
6. Jacileide Torres da Silva
7. Edvânio Borges dos Santos
8. Erasmo Santiago de Sousa
9. Everson Costa Machado
10. Karina Cardoso de Barros
11. Jéssica da Silva Fagundes

Anexo 5 - Tabelas PSF Rural
Secretaria Municipal de Saúde – SIAB (sistema de Informação de Atenção Básica)

Tabela I – População da zona rural região - Sertão

	Nº de famílias por ano										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*	2009
Famílias cadastradas	32	32	64	57	61	62	62	62	63	47	91
7 a 14 anos na escola	38	34	44	31	39	28	32	27	33	27	49
15 anos e mais alfabetizados	--	6	122	117	133	138	142	149	133	103	195

Fonte: Sec. Mun. da Saúde/SIAB

* Falta ficha de Adélia 2008

Tabela II – Melhoria da Qualidade de vida / serviços básicos

Serv. Básicos no domicílio?	Nº de famílias por ano										
	1999	2000	2001	2002	2003 ¹	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Energia Elétrica	16 ¹	16 ¹	23 ¹	20 ¹	21	37	37	37	47	36	64
Água no domicílio	29	29	59	55	60	59	59	59	63	47	91
Água filtrada	20	20	45	44	40	53	53	53	58	43	78
Fossas instaladas	13	13	20	21	18	27	27	27	32	19	73
Lixo queimado/enterrado	9	9	40	39	37	39	39	39	60	46	87
Casa de adobe/tijolo	27	27	54	53	55	58	58	58	55	41	85

Fonte: Sec. Mun. da Saúde/SIAB

* Falta ficha de Adélia 2008

Nota¹ – Rede de energia numa propriedade particular que servia aos domicílios dos funcionários.

Tabela III – Abastecimento e tratamento da água na região do Sertão

Ano	Abastecimento de água			Tratamento da água no domicílio			
	Rede pública	Poço/ nascente	Outros	Filtração	Fervura	Cloração	Sem tratamento
1999	--	29	2	20	--	--	12
2000	--	29	2	20	--	--	12
2001	--	59	5	45	--	--	19
2002	--	55	2	44	1	--	12
2003	--	60	1	40	1	--	20
2004	--	59	3	53	--	--	9
2005	--	59	3	53	--	--	9
2006	--	59	3	53	--	--	9
2007	--	63	--	58	--	--	5
2008	--	47	--	43	--	--	4
2009	--	91	--	78	3	--	10

Fonte: Sec. Mun. da Saúde/SIAB

* Falta ficha de Adélia 2008

Tabela IV – Destinação do lixo e esgoto sanitário

Ano	Destino do lixo			Destino esgoto (fezes/urina)	
	Coleta pública	Queimado/enterrado	Céu aberto	Fossa	Céu aberto
1999	2 ²	9	21	13	19
2000	2 ²	9	21	13	19
2001	4 ²	40	20	20	44
2002	3 ²	39	15	21	36
2003	4 ²	37	20	18	43
2004	19 ³	39	4	27	35
2005	19 ³	39	4	27	35
2006	19 ³	39	4	27	35
2007	1 ²	60	2	32	31
2008	1 ²	46	--	19	28
2009	1 ²	87	3	73	18

Fonte: Sec. Mun. da Saúde/SIAB

* Falta ficha de Adélia 2008

Nota ² – Os moradores levavam o lixo em seus carros para a coleta urbana

Nota ³ – Equívoco no preenchimento pois, nunca houve transporte público para esse tipo de coleta

Escola do Sertão

Corpo, Alma e Coração.

Relatório anual –2005

Este relatório tem por finalidade informar a comunidade escolar bem como as autoridades locais, sobre o funcionamento e as atividades desenvolvidas nesta escola durante o ano letivo que se iniciou em 10 de fevereiro e terminou em 10 de dezembro.

Com base nos artigos 23 e 28 da lei de Diretrizes e Bases da Educação, definimos o calendário escolar levando em consideração a localização rural e as peculiaridades locais, especialmente as climáticas e econômicas sem, no entanto, diminuir a carga horária prevista em lei. Para honrar tal compromisso com a comunidade escolar, demos continuidade a jornada ampliada, oferecendo o almoço e a continuidade das atividades escolares e extra curriculares no período vespertino.

A gestão participativa e o funcionamento administrativo e pedagógico desta escola baseiam-se nos artigos 205 e 206 da constituição federal e na lei 9394/96, especialmente onde cita que o ensino deverá ser ministrado com base nos princípios de gestão democrática do ensino público, valorização do profissional da educação, pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e valorização da experiência extra-escolar, entre outros. Ainda com base na mesma lei estamos a alguns anos progredindo em direção a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira; fato que foi incentivado pelo artigo 15 da LDB e também pelas dificuldades de acesso a esta região.

Para melhor entendimento do leitor este relatório será composto de duas partes, sendo elas: atividades desenvolvidas e problemas enfrentados durante o ano.

Atividades desenvolvidas

Jornada Ampliada - este é o período vespertino onde desenvolvemos variadas atividades, tais como: artes e artesanato, dança, futebol, tarefas e quando necessário, reposição de aulas. Salientamos que esse procedimento está respaldado no artigo 34 da LDB e tem trazido muitos benefícios a essa comunidade.

Almoço – oferecer esta refeição geralmente composta de arroz, feijão, carne e salada, tornou possível melhorar a qualidade de vida das crianças de forma digna e também diminuir o gasto e o desgaste de nosso transporte escolar, com duas viagens a menos por dia. É preciso pontuar que muitas crianças e adolescentes saem de suas casas por volta de 4:00 da manhã, caminham alguns quilômetros, atravessam rios para pegar o transporte escolar e iniciar os estudos às 7 horas da manhã. Há outros que embora não tenham que fazer esse trajeto heróico, a família não dispõe de alimentação suficiente nem nutricionalmente adequada.

Cursos e palestras – durante este ano recebemos diversas visitas, algumas com objetivo específico, tais como: Vereador Silvinho que veio ver o funcionamento e também a alimentação servida aos alunos; Dr. João da Agrodefesa que fez palestra sobre a criação de animais e a importância da vacinação (aftosa, brucelose e raiva) bovina; D. Denita que enviada pelo sindicato rural, deu curso de artesanato de palha trançada para

professoras e mães de alunos; vigilância sanitária que fez inspeção nas instalações e merenda, Tama e Davi da Travessia junto com os ingleses que vieram conhecer a escola e pretendem reformar o Barracão no próximo ano.

Gincana – esta é uma atividade lúdica desenvolvida em grupo, geralmente fora da sala de aula que explora os conhecimentos gerais que os alunos vão acumulando ao longo de sua vida de estudos, privilegiando assim a difusão de valores fundamentais como o respeito ao bem comum e o apreço à tolerância.

Reuniões – é neste espaço que realizamos a formação continuada dos professores desta escola, com o estudo dos “parâmetros curriculares nacionais” através de módulos e reuniões de planejamento semanal, onde discutimos as questões pedagógicas e avaliamos o processo ensino-aprendizagem aplicado em sala de aula. É preciso ressaltar que 5 professoras desta escola iniciaram este ano na arte de ensinar. Cabe citar aqui os mutirões de alunos, pais e amigos da escola, para limpar o quintal, instalar energia elétrica e o encanamento das caixas d’água, construir duas salas, etc.

Eleições – esta foi a primeira vez que a comunidade escolar escolheu sua diretora através do voto.

Apoio básico – aqui cabe salientar que a Escola do Sertão e Barracão tem servido de ponto de apoio tanto para a prefeitura como para outros órgãos que realizam muitas ações em benefício desta região, tais como: apoio para equipe de instalação do poço artesiano, para equipe da saúde (consulta médica e vacinação), para equipe da assistência social,

Festas – junina, Fu Fu Há, miss, formatura, entre outras. Esta foi a forma encontrada para que nossos jovens tenham um mínimo de lazer nesta região, sem precisar se deslocar para a cidade e sair da vigilância de seus pais.

Viagem – o dia de campo é considerado aula extra-classe nas disciplinas a que se destinou, sendo que este ano houve apenas dois dias. É uma maneira lúdica e objetiva de aplicar a aprendizagem prática no contexto local.

2 – Principais problemas

Chuvvas e estradas – esta é a seqüência exata de nossas principais dificuldades sendo quase impossível dissociá-las. Este ano, como já foi dito, as aulas iniciaram em fevereiro e a chuva parou em meados de abril começando novamente em outubro. Vale lembrar que a grande diferença entre esses períodos, é que de fevereiro em diante a chuva tende a diminuir e de outubro pra frente ela só aumenta a intensidade. Nesse período chuvoso as estradas ficaram em péssimo estado, os rios e grotas por diversas vezes encheram, impedindo ou apenas dificultando a passagem dos veículos que atolavam e em algumas ocasiões necessitou de trator (dos vizinhos) para puxá-los. Tivemos também muitas goteiras na biblioteca, sala de vídeo, banheiros e até na sala de aula da pré-escola, onde com chuva era impossível permanecer estudando.

Solução: a) calendário escolar apropriado e flexível.

b) manutenção das estradas antes do período chuvoso (tirar esgotos e cascalhar pontos específicos tanto da GO 239 quanto das vicinais).

c) fazer bueiros nas grotas.

d) reformar o prédio escolar, especialmente o telhado (que baixou), os banheiros que estão sem porta e com sérios vazamentos, fazer a instalação elétrica de todos os cômodos, trocar a caixa d’água que já foi pedido pela vigilância sanitária, arrumar o sistema hidráulico e a fossa, entre outras coisas.

Transportes – antes de ser problema, é necessário que se diga, o transporte aqui é a única solução, pois são os veículos que possibilitam o bom atendimento ao educando e o cumprimento da lei, onde diz que é competência do município “proporcionar os meios de acesso à cultura, a educação e à ciência”. Somos gratos por contar com esse meio de transporte, porém quando ele falha como foi o caso da Kombi esse ano, que deu problema desde o início, causa grandes prejuízo e muitas preocupações. Para que se saiba a função da Kombi é: trazer as professoras que vem da cidade, trazer o combustível da semana para os dois veículos, trazer lanche, o almoço e demais compras, transportar duas turmas de alunos de regiões distintas a que o ônibus não tem acesso, dar apoio administrativo e atender emergências (desde uma criança que passa mal até uma reunião na cidade onde se requisita a presença da equipe escolar ou de um membro da mesma). Pela incapacidade da Kombi, as professoras subiam as serras a pé, o combustível vinha de caminhão ou de carona com terceiros, o lanche e o almoço vinham de carona numa camionete particular semanalmente (a escola não tem dispensa para estocar alimentos), assim como outros materiais também vieram da mesma forma. Assim foi até que a Kombi não veio mais. A função do ônibus é: transportar alunos e professores na linha viária escolar, ressaltando que, por ter o motor na frente o barulho é ensurdecador. Bem se vê a importância do transporte para o funcionamento diário desta escola e a falta que ele faz. Torna-se digno de nota o esforço e a boa vontade do secretário de transportes, Sr. Orlando, que em todas as oportunidades em que foi requisitado nos atendeu com atenção e presteza.

Solução: a) fazer uma manutenção geral nos veículos com garantia das peças e do conserto ou,

b) terceirizar o transporte (especialmente no caso da Kombi) ou,

c) trocar por veículos mais conservados ou,

d) comprar veículos novos.

Comunicação deficiente – este é um outro problema que embora seja de ordem menor também nos atingiu, pois a região não dispõe de telefone público, a escola não possui linha telefônica e o sinal para celular é fraco. A comunidade é isolada e nos comunicamos através de bilhetes e recados pelo transporte escolar ou pelo motorista do coletivo, Sr. Pereira, que passa 4 vezes na semana. Neste item também cabe ressaltar que esta escola já está recuperada da intervenção sofrida na gestão escolar no início do ano.

Solução: a) instalar telefone público nas proximidades da escola ou,

b) instalar um celular com antena no prédio escolar ou,

c) reinstalar o sistema de radiocomunicação (temos a antena) com a base na escola, os rádios portáteis nos veículos e um na prefeitura ou,

d) instalar rádio comunitária local ou aumentar o sinal da rádio de Alto Paraíso,

e) e respeitar as decisões coletivas tomadas pela Escola do Sertão.

Atenciosamente,

A Equipe Escolar do Sertão

Anexo 7 – Avaliação “Prova da Escola do Sertão”

A) Avaliação da Escola do Sertão com Equipe Escolar - Out/07

Responda de acordo com suas opiniões o que se segue:

- 1 – Qual é a sua função na Escola do Sertão?
- 2 – Como você se sente trabalhando aqui?
- 3 – Há quanto tempo você trabalha nesta escola?
- 4 – Para desenvolver seu trabalho você dispõe de:
material suficiente () sim () às vezes () não
ajuda de parceiros () sim () às vezes () não
apoio didático () sim () às vezes () não
espaço adequado () sim () às vezes () não
atendimento na biblioteca () sim () às vezes () não
- 5 – Quais são as atividades que você desenvolve e que são inerentes ao seu trabalho?
- 6 – Na sua opinião, o que é preciso mudar para melhorar o funcionamento desta escola?
- 7 – O que tem de melhor nesta escola?
- 8 – O que tem de pior nesta escola?
- 9 – Dê sugestões para o ano de 2008.
- 10 – De quem é a Escola do Sertão?

B) Avaliação da Escola do Sertão com Alunos – Out/07

Não é necessário se identificar, então, responda de acordo com suas opiniões o que se segue:

Conceitue em Ótimo, Bom, Regular ou Ruim

- | | | | | |
|------------------------|-----------|---------|-------------|----------|
| 1 - Transporte escolar | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| 2 – Merenda | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| 3 – Limpeza | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| 4 – Biblioteca | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| 5 – Equipe Escolar | | | | |
| Motoristas | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| Merendeiras | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| Professoras | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| Faxineiras | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| Secretária | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| Coordenadora | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
| Diretora | () Ótimo | () Bom | () Regular | () Ruim |
- 6 – O que tem de melhor nessa Escola?
 - 7 – O que tem de pior nessa Escola?
 - 8 – O que falta nessa Escola?
 - 9 – O que você sugere para 2008?
 - 10 – De quem é a Escola do Sertão?